UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

A GUERRA DO CHACO (1932-1935): OCULTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

ANDRÉ HENRIQUE ELTZ

Orientador
PROFESSOR DR. ERNESTO CERVEIRA DE SENA

Cuiabá – MT
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

A GUERRA DO CHACO (1932-1935): OCULTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Territórios e Fronteiras da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Ernesto Cerveira de Sena.

Cuiabá – MT
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

E51g Eltz, André Henrique.
A guerra do Chaco (1932-1935): ocultação e participação indígena / André Henrique Eltz. -- 2014
152 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Ernesto Cerveira de Sena.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Guerra do Chaco. 2. Bolívia. 3. Participação indígena. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 – Boa Esperança – Cep: 78060900 - Cuiabá/MT
Tel: (65) 3615-8493 – Email: gerapesquisa@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "**A GUERRA DO CHACO (1932-1935): OCULTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA"**

AUTOR: Mestrando **André Henrique Eltz**

Exame de Qualificação em 18/09/2013

Defesa em 29/04/2014

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador:
Professor Dr. **Ernesto Cerveira de Sena**
Universidade Federal de Mato Grosso

Examinadora Externa:
Professora Dra. **Isabelle Combès**
Instituto Francês de Estudos Andinos

Examinador Interno:
Professor Dr. **Anderson Roberti dos Reis**
Universidade Federal de Mato Grosso

Agradecimentos

À Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, pela oportunidade.

Ao Professor Dr. Ernesto Cerveira de Sena, pela gentileza e doação com que orientou este trabalho. Pelos bons debates, discussões e conversas nas viagens em congressos e pesquisas pela Bolívia.

Ao Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, Sucre-BO e ao Museo de Historia y Archivo Historico de la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, Santa Cruz de La Sierra-BO, pelo apoio dispensado.

Aos Professores do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Às Professoras, Pilar García Jordán (UB-TEIAA-Espanha), Isabelle Combès (EHESS-IFEA-França) e Licenciada Paula Peña (UAGRM-Bolívia). Todos pelas importantes contribuições ao trabalho, seja em discussões em sala de aula ou em conversas e debates.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em História, Valdomira Ribeiro (Val), pela atenção e disponibilidade.

Aos colegas do mestrado, pelas discussões, incentivos e opiniões, em especial a Marcela, Débora, Cassianna, Mauro.

Ao meu grande amigo e colega de graduação e mestrado Flávio Conche do Nascimento, pelo incentivo a trabalhar com o tema Bolivia, pelas longas discussões, conversas e debates.

Aos meus pais Enio Eltz e Reni Helena Flesch e meus irmãos Neco, Juliano e Eric, pela força e incentivo.

A Deus, aos meus pais pela presença inconfundível em minha vida...

Ao Vitor, meu filho, meu companheiro, meu amigo, meu maior tesouro...

A Vanusa, companheira inseparável, pelo nosso amor...

RESUMO

A presente dissertação, *A guerra do Chaco (1932-1935): ocultação e participação indígena*, aborda o conflito bélico entre a Bolívia e o Paraguai, ocorrido em um território distante das principais cidades dos dois países. O enfrentamento entre os dois beligerantes se deu em função de discussões sobre fronteiras nacionais e territórios ainda não conquistados pelos Estados. Através de análise bibliográfica e documental, a dissertação esquadrinha como algumas obras historiográficas ocultam, em suas narrativas, a participação dos diferentes grupos indígenas no conflito. Em contraposição ao ocultamento, há uma bibliografia que escreve a história do período dando visibilidade ao indígena. Por meio de conceitos como mestiçagem e etnogênese e de bibliografia especializada, além da crítica documental, foi possível demonstrar a participação indígena na guerra.

Palavras-chave: Guerra do Chaco, Bolívia, participação indígena.

RESUMEN

La presente disertación, *La Guerra del Chaco (1932-1935): ocultación y participación indígena*, hace un abordaje acerca del conflicto bélico entre la Bolivia y el Paraguay en un territorio distante de las principales ciudades de los dos países. El enfrentamiento entre los dos beligerantes se dio en función de discusiones sobre fronteras nacionales y territorios todavía no conquistados por los Estados. A través del analice bibliográfica y documental la disertación aborda como algunas obras historiográficas en suyas narrativas ocultan la participación de los diferentes grupos indígenas en el conflicto. En contraposición al ocultamiento hay una bibliografía que escreve la historia del periodo dando visibilidad al indígena. Por medio de conceptos como mestizaje y etnogénesis y de bibliografía especializada, alim de la crítica documental, fue posible demuestra la participación indígena en la guerra.

Palabras-clave: Guerra del Chaco, Bolivia, participación indígena.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa dos reclames territoriais da Bolívia diante do Paraguai

Figura 02 - Mapa dos reclames territoriais do Paraguai diante da Bolívia

Figura 03 - Mapa do Chaco

Figura 04 - Mapa étnico do Chaco em 1931

Figura 05 - Mapa dos dispositivos militares dos dois países beligerantes

Anexo A - Aldeia Maká

Anexo B - Aldeia Tapiete

Anexo C - Ángel Ayoroa

Anexo D - Cabana Mataco, rio Pilcomayo

Anexo E - Aldeia Chané

Anexo F - Ancião Chiriguano

Anexo G - Homem Chané, rio Parapetí

Anexo H - Narrador de contos, Chané, rio Parapetí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 12

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO E PREMISSAS TEÓRICAS GERAIS..... 24

1.1 - Aspectos da sociedade boliviana no final do século XIX e início do século XX.....25

1.2 - O contexto paraguaio na guerra.....29

1.3 - Premissas teóricas 33

1.3.1 - Nações, nacionalismo e Estado-nação.....33

1.3.2 - A "Comunidade imaginada" de Benedict Anderson.....39

1.3.3 - Produção simbólica na legitimação dos Estados-nação.....44

1.3.4 - Formação do Estado-nação boliviano 47

1.3.5 - Fronteiras.....51

1.3.6 - Conceitos de mestiçagem e etnogênese.....53

CAPÍTULO 2 - A GUERRA E O APAGAMENTO DOS INDÍGENAS 60

2.1 - Características Territoriais do Chaco: "um lugar despovoado".....61

2.2 - A guerra na visão da historiografia que oculta os indígenas.....64

2.3 - Quem eram os soldados que lutaram no Chaco? 72

2.4 - Análise do Diário de Campanha do Ten. Res. Juan Granier Chirveches 76

2.5 - A terra, a cidadania e as Constituições bolivianas.....81

2.6 - Discurso racial 89

2.7 - O discurso patriótico do governo boliviano.....91

2.7.1 - Produção de um sentimento de pertencimento 91

2.7.2 - Carnet Patriótico 97

CAPÍTULO 3 - A PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS CHAQUENHOS NA GUERRA..... 100

3.1 - Mestiçagem e etnogênese na fronteira chaquenha 101

3.2 - Os principais grupos étnicos e os primeiros contatos com os militares 104

3.3 - As expedições bolivianas ao interior do Chaco. O contato com diversos grupos indígenas ..106

3.4 - O rio Pilcomayo médio, espaço dos Nivaclés.....110

3.5 - Um pouco da história da relação dos grupos de fila linguística Mascoy com a guerra, os Angaité 117

3.6 - O que sabemos sobre os Enlhet e sua relação com a ocupação menonita.....119

3.7 - O que nos chega sobre a história do Isoso e dos Isoseños.....122

3.8 - Identidade étnica, identidade nacional e "abertura para o outro" 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS 137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 140
ANEXOS 148

INTRODUÇÃO

A guerra do Chaco foi um conflito travado entre Bolívia e Paraguai durante os anos de 1932 e 1935. As fronteiras da região não foram muito bem definidas pelo colonialismo espanhol, e, durante o processo de independência do que viria a ser a Bolívia e o Paraguai, cada um queria a maior parte da região do Chaco para si. O conflito deixou um saldo de aproximadamente 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, tendo resultado na derrota dos bolivianos e a perda e anexação de parte de seu território pelos paraguaios. A derrota militar da Bolívia frente ao Paraguai impôs ao país, além da perda de um pedaço do território, a impossibilidade de ligação com o oceano Atlântico via Bacia do Prata.

Trata-se de um conflito entre os dois países mais pobres da América do sul, no qual houve um intenso contato entre "brancos" e grupos indígenas, provocando importantes transformações em ambas as culturas[1]. Contudo, a história da guerra do Chaco tem sido narrada de diferentes maneiras pela historiografia que se detém ao tema. Algumas interpretações desconsideram a participação indígena ao ponto de ocultarem sua presença no conflito ou, quando falam destes, utilizam em suas narrativas a clássica relação dominantes e dominados. Por sua vez, algumas narrativas atuais vêm revendo a história da guerra, demonstrando a participação indígena e tratando da relação entre "brancos" e indígenas como uma relação de contato caracterizada por intensas trocas culturais.

Sobre o contexto do conflito, existem algumas interpretações que falam dos motivos da guerra. Entre as mais importantes, segundo Carlos Mesa (2008, p. 451-463), estão as teorias de uma guerra pelo suposto petróleo da região e da busca da Bolívia por uma ligação fluvial e marítima com o resto do mundo.

A tese mais recorrente fala de um conflito entre a petroleira norte americana Standard Oil Company, que operava na Bolívia, e a anglo-holandesa Royal Dutch Shell, que explorava jazidas no Paraguai e tinha pretensões de operar no Chaco boliviano. De acordo com Dalla-Corte (2010, p. 29), a Standard Oil Company teria criado grandes expectativas em cima de uma suposta riqueza existente nas terras do Chaco. A autora destaca que notícias divulgadas no Paraguai diziam que o petróleo surgia de maneira espontânea da terra e que essa situação explicaria o interesse boliviano por territórios que nunca havia possuído nem nos papéis de

[1] Em concordância com Quijada (2000, p. 143), entendemos que é um problema utilizar pares opostos estruturais como no caso "branco" e indígena, já que são construções históricas que mudam de significado ao longo do tempo; porém, seu uso facilita o entendimento da discussão.

seus mapas. Chiavenato também defende a questão do petróleo como pretexto para a guerra. Em *Guerra do Chaco (leia-se petróleo)* (1980), em uma visão econômica da guerra, o autor critica duramente o imperialismo do petróleo como sendo a origem dos desastres dos povos subdesenvolvidos: "A Standard Oil of New Jersey, que chegou na Bolívia na década de 20, representando um imperialismo selvagem e violentíssimo, tomou conta do país e insuflou-o à guerra". (CHIAVENATO, 1980, p. 9). Analisando o lado paraguaio da questão, Chiavenato trata como um país dominado pelo imperialismo inglês que, aliado à Argentina na figura da Royal Dutch Shell, foi armado para o conflito. Portanto, para esse autor a guerra foi financiada pelos interesses internacionais ligados às duas petrolíferas. O dinheiro internacional teria armado os dois países mais pobres da América Latina em um conflito por interesses do *gangsterismo* que estava atuando em todo lugar onde houvesse petróleo.

Uma segunda tese defendida diz respeito ao enclausuramento marítimo da Bolívia; nesse caso, a busca de uma saída para o oceano seria um motivador para o conflito. Os problemas de fronteira territorial envolvendo a Bolívia fazem parte da história nacional deste país; a exemplo, a guerra do pacífico 1879 – 1883[2], conflito com o Chile no qual a Bolívia perdeu a região do litoral que lhe possibilitava acesso ao oceano Pacífico. Vale ressaltar ainda a disputa fronteiriça com o Brasil em 1903[3], em relação ao Acre. Após a derrota no pacífico, os olhos bolivianos se voltaram para o rio Paraguai, que seria uma alternativa de ligação com o oceano Atlântico pela Bacia do Prata[4]. A livre navegação sobre o rio Paraguai e a ligação com o Atlântico possibilitaria maior autonomia para a Bolívia em suas relações econômicas com o mundo, por isso, o Chaco se convertia em uma região estratégica para o país. Para Klein (2002, p. 194), no início da guerra, a opinião pública do país parecia estar convicta de que o conflito se fazia por causa dos supostos campos petrolíferos; porém, essa teoria não se comprovaria porque, até quase o final da guerra, os combates se realizaram a centenas de quilômetros do local onde estariam os poços mais próximos. A causa mais provável,

[2] Para Zavaleta (2008, p. 167), o tratado de paz com o Chile e com o Brasil (Acre) foi firmado através da venda de território que se traduziu em infraestrutura de ferrovias, retornando assim o dinheiro para mãos norte-americanas e chilenas.

[3] Segundo Carlos Mesa (2008, p. 417), o conflito militar do Acre teve seu ponto mais agudo entre 1900 e 1903. A origem da guerra estaria nas diferenças de limites com o Brasil e a importância econômica da borracha na região.

[4] O sonho de chegar ao Atlântico através do Chaco é muito mais antigo. Já em 1561, o vice-rei do Peru pensava que povoando o rio Parapetí se podia chegar até o Atlântico. (CAÑETE, 1914, p. 26-28) (MATIENZO, 1922, p. 168-179). Segundo Combès (2005), foi buscando essa rota para o rio Paraguai que os bolivianos começaram a colonizar o Isoso em 1844.

considerada por esse autor, teria sido o isolamento geográfico boliviano e os problemas econômicos e políticos agravados pela grande crise de 1929[5].

Além dessas duas teses explicativas para as causas da guerra, a outra questão que norteia o conflito se refere às disputas territoriais de longa data entre os dois países beligerantes. Com a formação das duas repúblicas, os limites territoriais não foram muito bem definidos, pois várias tentativas de se encontrar uma solução para a questão foram desenvolvidas ao longo do século XIX. Tratados foram discutidos entre os dois Estados sempre sem sucesso, ora a Bolívia não aceitava as condições, outrora o Paraguai. Na visão internacional, a importância do espaço disputado se dava mais em função das expectativas geradas em torno dos recursos potenciais existentes. Assim, entedemos que uma disputa territorial no sentido de definir os limites e intensificar a presença dos Estados na região se deve justamente aos dois primeiros motivos citados como causas da guerra. A possiblidade de existência de petróleo, não somente vista pelos bolivianos, mas também pelos paraguaios, e a saída para o oceano, buscada pela Bolívia, certamente influenciaram a movimentação dos dois Estados em função da disputa territorial.

Segundo Dalla-Corte, "El desarrollo ganadero acompañaba desde finales del siglo XIX la explotación taninera en los grandes bosques chaqueños por parte de fuertes empresas nacionales y extranjeras que valorizaban la zona en litigio [...]". (DALLA-CORTE, 2010, p. 29). A guerra foi, por conseguinte, uma luta pela soberania de territórios e por delimitação de fronteiras. Os beligerantes lutaram pela defesa de suas pátrias; portanto, foi uma guerra defensiva na qual o inimigo foi sendo forjado com constantes denúncias de invasão do território nacional, reforçando os ideais de soberania nacional.

Segundo Carlos Mesa, os limites internacionais da Bolívia estavam baseados nos títulos coloniais herdados pela República e reconhecidos internacionalmente. O governo boliviano apresentava suas pretensões baseado em documentos da época colonial, considerando que suas fronteiras incluíam todas as terras da antiga Audiência de Charcas[6]:

> Los límites internacionales de Bolivia en 1825 estaban referidos a los de la Audiencia de Charcas y se basaban en los títulos coloniales que heredó la

[5] A quebra da bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929 equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial. (HOBSBAWM, 1994, p. 95).

[6] A Audiência de Charcas (hoje República de Bolívia) era a mais alta autoridade jurídica e administrativa no sul do vice-reinado do Peru durante os três séculos da colônia. A Real Audiência de Charcas foi criada pela Cédula Real de 18 de setembro de 1559 expedida pelo rei Felipe II, com o nome original de *Audiencia de La Plata de Charcas.* (MESA; MESA; GISBERT, 2008, p. 127).

> República. Si bien es cierto que en algunos casos estos no eran de todo precisos, la soberanía jurídica de Bolivia sobre el chaco fue siempre reconocida en la cartografía internacional del siglo XIX y el XX hasta la guerra. (MESA, 2008, p. 453).

No mesmo sentido, para o Paraguai, a principal tese defendida para as causas do conflito diz respeito às questões territoriais. Apresentando também documentação colonial, este país afirmava que o Chaco era região territorial pertencente a Assunção. A historiografia paraguaia pesquisada afirma que o Chaco é região do Paraguai desde os primeiros anos da colônia espanhola. Bejarano (1959), em seus estudos sobre as expedições que transitaram pelo Chaco ao longo dos séculos após o a chegada dos espanhóis à América, procura comprovar que o lugar é posse paraguaia:

> El chaco fue descubierto, explorado, conquistado, civilizado, defendido, colonizado y poseído por el Paraguay a fuerza de grandes sacrificios aun antes de 1536 hasta 1852, en que por primera vez Bolivia presentó reclamación. Hasta ese año el chaco era considerado netamente posesión paraguaya y nadie osaba discutirlo. (BEJARANO, 1959).

Demonstrando os dois lados da disputa, Dalla-Corte diz o seguinte:

> La crónica ausencia de delimitación o demarcación del territorio entre la antigua provincia paraguaya con la Gobernación de Chiquitos y la Capitanía de Santa Cruz de La Sierra en la provincia altoperuana hizo que los gobiernos paraguayo y boliviano plantearan sus reclamos de dos maneras distintas: el primero alegó una cuestión de límites, defendió la unidad geográfica entre la región oriental y la occidental, y planteó una ocupación histórica desde tiempos inmemoriales; el segundo incorporó la tesis de la soberanía territorial en una zona indeterminada que le correspondía de derecho por herencia colonial. (DALLA-CORTE, 2010, p. 31).

Fig. 01: Mapa dos reclames territoriais da Bolívia diante do Paraguai.

Fonte: (RIESTER, 2005).

Fig. 02: Mapa dos reclames territoriais do Paraguai diante da Bolívia.

Fonte: (RIESTER, 2005).

Essa última tese parece ser a mais convincente para as causas do conflito. As delimitações territoriais, segundo Souza (2009), são um fator importante para os modernos Estados-nação, pois, em sua formação no século XIX, a fronteira geopolítica era essencial, fazia parte do discurso de legitimação das elites responsáveis pela formação da nação. A fronteira geopolítica traçada por delimitações espaciais, por sua vez, era algo que não fazia sentido algum para os povos indígenas habitantes do Chaco. Segundo Capdevila (2010, p. 12), as fronteiras desses povos não são pensadas dessa maneira, a noção de separação por

limites traçados não fazia parte do seu cotidiano; por isso, eles não viam a guerra da mesma maneira que os Estados nacionais.

Porém, se a causa da guerra foi por questões econômicas relacionadas ao petróleo ou em função da busca boliviana de acesso ao oceano Atlântico, ou, ainda, pelas disputas das fronteiras territoriais dos dois Estados nacionais em função da existência ou não de petróleo na região, ressalto que não farei uma análise aprofundada dessas questões já que não é esse o objetivo. A intenção é demonstrar – primeira hipótese a ser examinada - que parte de uma historiografia corrente que escreve sobre a guerra na Bolívia e em outros países como Brasil, Estados Unidos, etc., através de suas narrativas, ocultam a participação dos diferentes povos indígenas no conflito, intencionalmente ou não.

Alguns livros de História geral da Bolívia e história da guerra do Chaco neste país são construções históricas que privilegiam os grandes heróis nacionais, os grandes fatos históricos, ou seja, se preocupam com assuntos de ordem política e social. Só enchergam como atores políticos os homens do Estado. Nesse sentido, essas obras se aproximam da história narrativa dos historiadores positivistas[7]. Assim, nessas construções históricas, os indígenas aparecem geralmente como sujeitos passivos.

Enfatizamos que o principal livro de História da Bolívia analisado é uma construção sobre história geral do país produzida para atingir o grande público, portanto, para grande divulgação. A obra chama-se *Historia de Bolivia,* escrita por José de Mesa, Teresa Gisbert, Carlos D. Mesa Gisbert. José de Mesa nasceu na cidade de La Paz em 1925. É arquiteto e historiador, especializado em história da arte. Foi catedrático em aquitetura na Universidad Mayor de San Andrés de La paz (1954-1970) e da Universidad Católica Boliviana (1988-1998). Foi diretor do Instituto Boliviano de Cultura (1982). É membro da Academia de Ciências da Bolívia e da Academia Boliviana de História. Teresa Gisbert nasceu na cidade de La Paz em 1926. É também arquiteta e historiadora especializada em história da arte. Foi catedrática em humanidades na Universidad Mayor de San Andrés de La paz (1954-1970) e da Universidad Nuestra Señora de La Paz (1994-1997). Foi diretora do Museu Nacional de Arte (1970-1976) e diretora do Instituo Boliviano de Cultura (1985-1989). É membro da Academia de Ciências da Bolívia, da Academia Boliviana de História e da Sociedade Boliviana de História. Carlos D. Mesa Gisbert nasceu na cidade de La Paz em 1953. É ex-

[7] História dominante durante o século XIX e primeiras décadas do XX, associada à busca da verdade dos fatos, história factual; com forte tradição do documento escrito como fonte histórica, na qual o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e com um método de crítica textual (em função do método, esse modelo de se fazer história era também conhecido como escola metódica), procurava trazer o acontecido na sua integridade e fidedignidade.

presidente da Bolívia, historiador e jornalista. Trabalhou em rádio, imprensa e televisão. Foi eleito vice-presidente da Bolívia em 2002-2003. Em 17 de outubro de 2003, por meio de sucessão constitucional, assumiu a Presidência da República, cargo que exerceu até 2005. É membro da Academia Boliviana de História e da Sociedade Boliviana de História. (MESA; MESA; GISBERT, 2008). Esses autores, de acordo com as informações acima, são grandes nomes da intelectualidade e da política boliviana.

Entre os autores que escrevem especificamente sobre a guerra do Chaco na Bolívia, destacamos Juan Granier Chirveches e Roberto Querejazu Calvo. Juan Granier Chirveches (1893-1973) foi subtenente do exército boliviano durante a guerra do Chaco. Escreveu um diário de campanha que em 2004 foi publicado em forma de livro na Bolívia. Em *Diario de campaña: fragmento de una vida patriótica en la Guerra del Chaco* (GRANIER, 2004), ele narra a guerra dando destaque às grandes batalhas, assim como enfatiza os comandantes militares ligados ao governo boliviano. Roberto Querejazu Calvo nasceu na cidade de Sucre em 1913 e faleceu em 2006. Foi historiador e diplomático pelo departamento de Chuquisaca. Foi soldado pelo exército boliviano e combateu na guerra do Chaco. Escreveu um livro sobre a guerra que é considerado uma das grandes contribuições da historiografia nacional boliviana sobre o assunto. Em *Historia de la guerra del Chaco* (QUEJERAZU, 1998), ele narra os acontecimentos diplomáticos, políticos e militares, através de uma sequência cronológica da guerra. Os dois autores são considerados referências na escrita específica da guerra na Bolívia.

Além das produções bolivianas, existem também investigações em outros países onde podemos perceber o ocultamento indígena. Julio José Chiavenato é um autor brasileiro que escreveu sobre o conflito. Sua análise enfatiza um quadro econômico do conflito em uma perspectiva de exploração da Bolívia e do Paraguai por um suposto "Imperialismo norte americano e europeu". Enfatizamos que *A guerra do Chaco (leia-se pretróleo)* (CHIAVENATO, 1980) nos serve para demonstrar que existem estudos sobre o assunto no Brasil. Esta produção também não demonstra a participação indígena na guerra, apesar de falar rapidamente em um tópico da situação geral do indígena boliviano do altiplano durante o período colonial. Ainda, esse autor será utilizado apenas como apoio em algumas ocasiões quando discuto pontos comuns com a historiografia boliviana.

David H. Zook Jr. é um investigador norte americano do conflito. O autor é Catedrático de História Militar da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos. Em *La conducción de la guerra del Chaco* (ZOOK, 1962), ele faz uma narrativa política e militar

sobre a guerra também na forma cronológica dos acontecimentos. Em uma longa narrativa sobre as movimentações militares, praticamente não faz referência aos indígenas.

Como as obras citadas nos servem de referência para a discussão da primeira hipótese, da ocultação indígena, é necessário discutirmos um pouco sobre por que essas construções históricas foram elaboradas dessa maneira.

De acordo com Certeau, a história é uma operação na qual há uma relação entre um *lugar, procedimentos* de análise e a construção de um *texto*, sendo que "toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural". (CERTEAU, 2000, p. 66). Em relação ao lugar, Certeua nos explica que estando a pesquisa circunscrita por esse, há limitação entre o possível e o impossível, a história se define por uma relação da linguagem com o corpo social e também por uma relação com os limites que o corpo impõe. (CERTEAU, 2000, p. 77). Ainda, se a narrativa está submetida a um lugar e a um tempo, isso se deve às técnicas de produção. Cada sociedade se pensa historicamente com os intrumentos que lhe são próprios, assim, a escolha das fontes está condicionada ao lugar social. (CERTEAU, 2000, p. 78). Portanto, as narrativas históricas são subjetivas, estão condicionadas ao lugar a partir do qual o investigador está escrevendo: uma universidade, mídia em geral, um cargo público ou privado etc.

Por isso, entendemos que os autores que classificamos como os que ocultam a participação indígena no conflito escrevem sujeitos ao seu lugar social. Assim, entendemos também que o ocultamento pode ser intencional ou não, ou ainda por desconhecimento. Entretanto, é fato que essas narrativas estão passíveis de ser criticadas por mostrar apenas um dos lados do acontecimento.

Esses modelos de construções precisam ser substituídos por outras visões históricas que reconheçam as diferenças dos diversos povos. Fazendo referência aos povos indígenas das terras baixas[8], particularmente as populações do Chaco afetadas pelo conflito, entendemos que a presença dos exércitos nacionais foi uma tardia colonização dessas terras, muito mais além de episódios estritamente militares. A chegada dos militares se traduziu concretamente na colonização do Chaco e seu controle direto por parte dos Estados. Em concordância com (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD; BARBOSA, 2010), entendemos que tratar a disputa no Chaco, pensando em uma tardia colonização dessas terras, se deve à relação com a história colonial americana. Para estes autores, a disputa em terras indígenas chaquenhas se aproxima

[8]As *tierras bajas* são formadas pelo Oriente boliviano, Chaco e Amazônia, estão localizados os departamentos de Santa Cruz, Pando, parte de Tarija e Chuquisaca. É uma vasta região que representa quase 70% do território boliviano. *Apoyo Para el Campesino-Indígena del Oriente Boliviano: perfiles étnicos.* Disponível em: <http://www.apcob.org.bo/pagina.php?page=etnicos&cont=perf_etnicos> Acesso em 17 de set de 2012.

do processo de conquista americana impulsionada pelos europeus ao final do século XV, logicamente levando-se em consideração que o processo se desenvolve durante a República, portanto, em espaços e tempos diferentes. Contudo, não no sentido de que a colonização seria a intenção do conflito, na realidade a colonização foi uma consequência da dinâmica da guerra, já que, para os dois Estados, o Chaco fazia parte do território nacional e a luta se deu em defesa da soberania nacional. (CAPDEVILA, 2010, p. 13). Assim, Capdevila observa que colonizar naquela época estava ligado a civilizar[9], e isso se deu através do exército boliviano que ocupou de maneira acelerada e povou a região no momento do conflito. Esse processo seria apenas mais uma etapa do processo de formação territorial do Estado-nação boliviano iniciado com a independência. (CAPDEVILA, 2010, p. 23-24).

Além disso, é importante ressaltar que os militares em contato com os povos indígenas locais carregavam consigo um discurso de luta pela pátria, em nome da soberania dos Estados nacionais, e que a colaboração indígena, seja combatendo diretamente nas linhas de frente ou em trabalhos secundários, seria realizada em nome da nação. Portanto, além de ocorrer o ocultamento da participação indígena, há ainda um discurso ideológico presente durante o conflito. Dessa maneira – outra hipótese a ser analisada - a cultura, a sociedade, o cotidiano desses povos locais, se transformaram mediante suas relações com o mundo ocidental[10]. Essa complexa rede de relações que se estabeleceu a partir desse contato levou os diferentes povos indígenas a estabelecer estratégias de resistência e de interação, redefinindo seus espaços, suas identidades. Desse modo, demonstrar a participação na guerra dos diversos povos indígenas que habitavam as terras do Chaco é uma maneira de escrever uma história sobre eles, dar voz a um grupo social ignorado. Nesse contexto, minha preocupação principal é demonstrar a atividade dos povos indígenas que lutaram pelo exército boliviano ou que mantiveram relações com ele. Consideramos que, para isso, é necessário falar dos paraguaios, na medida em que estamos tratando de uma região fronteiriça onde há constantes relações de poder, intensas trocas culturais entre seus habitantes que, por sua vez, não possuíam no momento do conflito um sentimento de pertencimento a qualquer um dos Estados nacionais ou a nenhum deles.

[9] Por estar ligado ao sentido de civilizar e também por ser uma consequência da guerra, Capdevila utiliza o termo *colonizar* entre aspas.

[10] Importante salientar que o contato não se dá apenas a partir da guerra. Estudos comprovam que na região do Isoso, na segunda metade do século XIX, criadores de gado estavam em conflito com Isoseños por disputa de terras. (RICHARD, 2008, p. 203, 234).

A análise de questões do Paraguai serão feitas ocasionalmente a fim de realçar a discussão dos aspectos da historiografia boliviana utilizada, por isso, ressaltamos que nos limitaremos em não aprofundar a discussão nas questões paraguaias.

A dissertação está estruturada em três capítulos de desenvolvimento e a conclusão. Para que os argumentos deste trabalho possam ser desenvolvidos, é essencial uma abordagem teórica que oriente e dê suporte para a interpretação dos resultados da pesquisa. Sendo assim, no primeiro capítulo, um contexto teórico e alguns dos principais conceitos utilizados serão discutidos através de estudos acadêmicos de diferentes áreas, como a Antropologia, a Geografia, a Ciência Política, a História etc. Levando em consideração que havia uma ideologia dos poderes governamentais em função de desenvolver nos combatentes um sentimento de pertencimento a suas nações, ou seja, de afirmar que eles estavam lutando em nome da nação boliviana ou da nação paraguaia, em nome da pátria, se faz necessário estabelecer uma discussão teórica sobre alguns termos constantemente utilizados pelas mais diversas sociedades. Dentre eles, o nacionalismo, nação, identidade, pertencimento; palavras que, por si só, parecem não explicar muita coisa, porém, são carregadas de sentido e são indispensáveis para explicar toda a complexidade da sociedade moderna. Entre os autores que explicam estes conceitos, utilizamos principalmente Eric Hobsbawn, Benedict Anderson, Mónica Quijada, Pierre Clastres, Marco Pamplona e Don Doyle. Para a discussão dos conceitos de mestiçagem e etnogênese, utilizamos principalmente Guillaume Boccara, Silvia Ratto e Federico Navarrete. Além da base teórica proposta, utilizamos como fonte informações sobre a história indígena do Chaco que nos chegam por autores que discutem o tema na Bolívia e no Paraguai. Basicamente, a bibliografía utilizada é: *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935)* (RICHARD, Org., 2008), uma compilação de diversos artigos que descrevem a narrativa histórica dos grupos do Chaco e sua relação com a guerra, dando visibilidade aos indígenas; e *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)* (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD; BARBOSA, 2010), obra que faz parte da coleção Scripta Autochtona: Historia Indígena de Las Tierras Bajas[11] e tem como objetivo mostrar o avanço da presença do Estado na região do Chaco através de seus representantes, os militares, procurando entender as relações estabelecidas entre militares e indígenas dos anos de 1920 aos anos posteriores ao conflito, dando visibilidade aos indígenas na guerra.

[11] A coleção *Scripta Autochtona* é dedicada à História indígena das terras baixas na América Latina e se propõe a oferecer aos investigadores, aos próprios indígenas e ao público em geral, a rica memória destas nações cujas notícias a disposição são parciais ou simplesmente desconhecidas. Ver mais em: <http://www.misionologia.org/publicacion.php?p=3&pbls=10>. Acesso em 17 de set de 2012.

Ainda, para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos dados recolhidos em pesquisa de campo na Bolívia, no *Museo de Historia e Archivo Histórico de la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno* localizado na cidade de Santa Cruz de La Sierra (departamento de Santa Cruz), e no *Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia* localizado na cidade de Sucre (departamento de Chuquisaca). No arquivo de Sucre, encontramos uma caderneta oficial que funcionava como uma identidade pessoal do combatente. Esse "*Carnet Patriótico*" nos possibilitará entender como se dava o discurso patriótico do Estado boliviano em relação aos militares que iam para o combate.

No segundo capítulo, desenvolvo a ideia de que algumas construções históricas são responsáveis pelo ocultamento da participação indígena na guerra. Alguns referenciais teóricos são apresentados para que, em conjunto com a bibliografia e a documentação analisada, possamos entender melhor essa questão. Defendendo a primeira hipótese proposta, de que há uma ocultação da participação indígena no conflito, iniciamos o capítulo demonstrando de que maneira o conflito foi narrado por alguns autores. Levando em consideração o que já foi exposto aqui sobre essas narrativas serem conscientes ou não, talvez por desconhecimento do assunto, e, ainda, devido ao lugar social de produção, entendemos que os autores tem uma posição social assumida diante do acontecimento histórico *guerra do Chaco.* Assim, para que se compreenda melhor qual é esse posicionamento, temos que analisar outras questões que estão relacionadas à sociedade boliviana. Portanto, ao longo do capítulo, serão analisadas as questões que norteiam o acesso à cidadania na Bolívia através da observação da Constituição Republicana e de bibliografia que trata dos decretos presidenciais sobre reforma agrária e acesso à terra. Também será analisado o discurso patriótico estruturado pelo Estado no sentido de produzir um sentimento de pertencimento nos combatentes e de apoio e legitimação na população boliviana.

No terceiro capítulo, apresento como se deu a participação indígena na guerra por meio da história de diversos grupos que estiveram inseridos no conflito em trabalhos secundários e como combatentes nas linhas de frente. Para a defesa da segunda hipótese proposta, o capítulo será desenvolvido com base em duas obras que escrevem a história dos indígenas chaquenhos na guerra, dando-lhes visibilidade, representando a dimensão indígena no conflito através de uma narrativa que observa o passado a partir do presente. Em *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935)* e *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935),* os diversos autores especialistas em várias disciplinas contribuem com suas narrativas para o debate em torno da relação *guerra do Chaco e indígenas.* Em conjunto com os conceitos de mestiçagem e etnogênese,

analiso as informações que nos chegam de alguns grupos indígenas do Chaco: Zamucos/Ayoreos, Nivaclés, Enlhet, Isoseños. Assim, é possível observar que a guerra alterou profundamente o cotidiano dos povos chaquenhos, principalmente no que diz respeito à identidade dos grupos, e que eles tiveram participação ativa e intensa na guerra. Finalizando o capítulo, apresento um debate com alguns autores que trabalham com a ideia de "abertura para o outro" na relação entre ameríndios e uma cultura diferente, de maneira que a identidade não é a principal questão e sim sua relação com a alteridade.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO E PREMISSAS TEÓRICAS GERAIS

1.1 - Aspectos da sociedade boliviana no final do século XIX e início do século XX

Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade boliviana continuava, em muitos aspectos, não muito diferente dos anos da independência e dos tempos coloniais. A maior parte da nação pertencia ainda ao sistema agrário latifundiário, às grandes propriedades, às *haciendas*, servindo como força de trabalho e prestando serviços pessoais aos patrões em condições de exploração, a *pongueaje*. Fazendeiros, proprietários de minas, industriais, comerciantes, todos formavam uma oligarquia estável e com respeitável poder político, dirigiam a vida econômica e política da nação. A partir dos anos 1880, a política nacional sofreu profundas mudanças com a entrada dos partidos liberais à frente do governo, modificando o quadro de regimes caudilhistas que se alternavam no poder desde os primeiros anos republicanos. O Partido Liberal foi responsável pelo processo de modernização do país, incorporando a Bolívia ao mercado mundial[12]. Segundo Lorini (2006, p. 65), muitas foram as transformações que possibilitaram tal fato, dentre elas, a modernização da infraestrutura de comunicações e transportes e o aumento da produção de minerais, estanho principalmente. A indústria da mineração de prata vinha de um longo processo de crise durante o século XIX, portanto, necessitava se reorganizar para continuar viva. A nova elite mineira, aliada aos governos liberais, procurou desenvolver a indústria da mineração através da modernização da maquinaria e da mecanização dos transportes para escoar a produção.

Lorini faz um estudo aprofundado da formação da nação boliviana ao longo das primeiras décadas do século XX, demonstrando os processos que originaram a formação do nacionalismo e da identidade boliviana. Para a referida autora, o sentimento nacionalista e de pertencimento à nação boliviana não se deu de maneira homogênea. Coube apenas à elite política e social com suas ideias de progresso baseadas nas correntes de pensamento liberal[13] europeias. Ou seja, a integração nesses primeiros anos do século XX não se daria por todos os rincões da república e nem para toda a população:

---

[12] Segundo Canclini (2008, p. 31-32), a modernidade é constituída por quatro movimentos básicos: um projeto emancipador – que se entende pela secularização dos campos culturais, a produção autoexpressiva e autorregulada das práticas simbólicas, seu desenvolvimento em mercados autônomos. Um projeto expansivo à tendência da modernidade – que busca extender o conhecimento e a possessão da natureza, a produção, a circulação e o consumo dos bens. Um projeto renovador – que abarca dois aspectos geralmente complementares: primeiro, a busca incessante de uma melhor relação com a natureza e a sociedade liberada de toda percepção sagrada de como deve ser o mundo; segundo, a necessidade de reformular uma e outra vez os sinais de distinção que o consumo massificado usa. Por fim, um projeto democratizador ao movimento da modernidade, confiando na educação, na difusão da arte e dos saberes especializados, para alcançar uma evolução racional e moral.

[13] Segundo a análise de Bobbio (s/d, p. 181), Max Weber traçou um tipo ideal de Estado liberal burguês, "*liberal* no sentido de que a justiça formal e racional vale como 'garantia de liberdade'; *burguês* porque a liberdade garantida pelo direito formal e racional é a liberdade econômica".

> ¿Cómo fueron la sociedad y cultura bolivianas de esa época? Dadas las características de esta República por aquellos tiempos, la sociedad y cultura boliviana se movieron en un ámbito muy estrecho. La cultura dominante fue la de los arriba, pero la magnitud de ésta no traspasó sus fronteras, es decir, fue muy limitada. (LORINI, 2006, p. 64).

Além do crescimento do setor de minerais e sua estrutura de funcionamento, cresceram, ainda, o comércio agrícola e os grandes centros urbanos; porém, o tradicional pensamento continuou dominando as elites governamentais, que mantinham uma visão paternalista perante os povos indígenas. A ideia de "civilizar" os indígenas ainda era perpetuada; agora, no pensamento das elites liberais. Essas elites instauraram, a partir de 1900, uma lei[14] para regular a educação nas escolas dos centros urbanos e rurais, a fim de uniformizar os métodos de ensino em todas as instituições educativas do país – inclusive as particulares[15]. Além disso, com o novo modelo de governo e o avanço do capitalismo na sociedade boliviana, seria necessário uma melhor preparação da mão de obra; portanto, pensar o melhoramento e ampliação do sistema educativo seria uma das prioridades dos liberais. Essas medidas tinham a intenção de consolidar a nação boliviana que, nesse momento, se apresentava estratificada nas tradicionais divisões sociais do discurso oligárquico do século XIX – no qual, de um lado, posicionavam-se os "brancos" e mestiços e, do outro, os povos

[14] Baseados nos princípios educativos do liberalismo, a lei de reforma da educação se desenvolveu fundamentalmente para a escola única e de ensino laico. As ações educativas desse período se caracterizaram pelas iniciativas de acesso e democratização da educação para as maiorias; a aplicação de métodos pedagógicos; a modificação dos planos de estudos nos níveis primários e secundários; as missões pedagógicas; criação de escolas técnicas e normais. Todos esses acontecimentos deram lugar às medidas educativas do período liberal, que muitos historiadores denominam como a "época de ouro da educação boliviana". (WEIMAR, 2009, p. 175-224).

[15] Um quadro de modernidade em relação à educação foi sendo implantado em outros países latino-americanos como Argentina, Brasil e México. Segundo Vidal e Ascolani (2009), o desenvolvimento da escola tanto no Brasil quanto na Argentina se coadunava com o movimento internacional de difusão da escolarização de massa.
A década de 1920 foi a das reformas educacionais no Brasil. Foi um período de grandes inciativas. Um dos movimentos mais importantes da época ficou conhecido como Escola Nova, que tinha como grande bandeira a defesa de uma escola pública, universal e gratuita. Em novembro de 1930, foi criado o Ministério da educação. Nesta década, foi implementada a reforma do ensino secundário e o grande projeto de reforma universitária. Disponível em:http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/ReformasEducacionais e http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao. Acesso em 23 de set 2013. Por sua vez, a Argentina, segundo Devoto (2003, p. 171), realizou uma reforma em 1910 com a intenção de resolver o problema de coesão nacional. Além do serviço militar obrigatório e do voto secreto e obrigatório masculino adulto, foram implantas reformas na educação. Segundo Curzio (2003, p. 308), o processo modernizador do México teve como um dos seus eixos principais a educação, especialmente a primária. O desejo de educar todos os mexicanos, sem distinção, foi estabelecido na Constituição de 1917.

indígenas. Lorini (2006, p. 66-67), em estudos sobre o senso realizado em 1900, aponta que a Bolívia permaneceu um Estado predominantemente rural, com maioria indígena, ao entrar o século XX; assim, em 1900, a população indígena alcançava 51% dos bolivianos e uma população rural chegava a 73%. Nesse contexto, os "brancos" e mestiços habitavam as regiões urbanas, capitais de departamentos e províncias. Os "brancos", segundo o senso estudado, ostentavam sua origem europeia. Já os mestiços, em população numerosa, em muitos casos, se consideravam "brancos" dependendo de sua condição social. As particularidades da sociedade boliviana, após quase um século de independência, demonstram que em inícios do século XX a maioria da população não possuia um sentimento de pertencimento, uma consciência de sua bolivianidade; ou seja, os termos "nação boliviana" e "pátria" são apenas vocábulos vazios para grande parte do país. (LORINI, 2006, p. 68). Portanto, a ampliação e reformulação do sistema educativo tinham como um dos principais propósitos trazer a ideia de unidade nacional aos membros da nação e desenvolver o sentimento de pertencimento.

Com a ausência de uma economia diversificada na Bolívia neste momento, a indústria da mineração sofreu uma grande contração devido à crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. Dessa forma, nos primeiros anos da década de 1930, o país estava afundado numa profunda crise. Caracterizada por uma constante instabilidade política desde sua independência, a Bolívia lograva uma admirável estabilidade a partir dos anos 1880, com a aplicação do modelo liberal de governo que se estende até os anos da guerra. Porém, era uma nação atrasada, e, para Klein, ainda uma oligarquia:

> No solamente Bolivia en 1930 era una nación económica y socialmente atrasada, sino que su estructura política era igualmente retardada. A pesar de su apariencia constitucional de gobierno democrático representativo, Bolivia, pese a todas las intenciones y propósitos, era una oligarquía. (KLEIN, 2002, p. 194).

Com as eleições de 1931, Daniel Salamanca chegou ao poder com apoio da maioria dos partidos tradicionais, carregando a imagem de um homem símbolo e com grande capacidade de governar o país. No entanto, seu governo iniciou de forma conturbada. Algumas medidas estabelecidas, como a afirmação de que o problema da nação não era a crise e sim o comunismo, proporcionaram-lhe uma forte oposição. Além disso, Salamanca foi perdendo apoio de seus aliados no congresso. Em relação ao Chaco, o mandatário propôs ao

exército um plano de penetração do território por conta das conturbadas relações fronteiriças com o Paraguai, que já se estendiam há décadas. Para Salamanca, a Bolívia devia dominar essa região em conflito, a presença militar nessa área era inquestionável; por isso, sua célebre frase "pisar fuerte en el Chaco". (MESA, 2008, p. 453). Suas ações de aumentar a presença militar no território chaquenho são consideradas por alguns críticos como "passar da situação defensiva para ofensiva". (PUENTE, 2011, p. 383). O envolvimento da Bolívia em mais um conflito bélico, após a derrota contra o Chile e na questão do Acre, despertava na sociedade sentimentos de esperança diante desses dois recentes fracassos históricos pelo qual passou o povo boliviano. Salamanca aparece nesse momento, mesmo que por um curto período de tempo, como a figura de um governante que possibilitaria uma vitória à Bolívia, que devolveria ao país sua fé em si mesmo. Ele estava à frente do poder como o Salvador[16] da nação, "um herói que capta em torno dele todos os fervores da esperança coletiva". (GIRARDET, 1987, p. 66).

Com discussões diplomáticas infrutíferas e os dois países aumentando suas forças militares na região, a diplomacia internacional entrou em cena para tentar evitar o conflito que se desenhava, a Sociedade das Nações e a Comissão de Neutros[17] exerceram pressão para entrar nas negociações. Os Estados Unidos, encabeçando a Comissão, conseguiu a adesão de 19 países do continente e, em conjunto, declararam que não reconheceriam as aquisições territoriais obtidas pela força das armas. Contudo, as negociações com a diplomacia internacional não foram suficientes para evitar o conflito. Em agosto de 1932, em sessão no congresso, Daniel Salamanca anunciava a suspensão dos esforços de mediação com o

[16] Girardet em "*Mitos e mitologias políticas*" discute em um capítulo o que vem a ser a figura do Salvador. O autor trata do processo de heroificação de personagens históricas das sociedades. Para Girardet, a heroificação é um processo misterioso de passagem do histórico ao mítico, em que devem ser distinguidas as parcelas de real e de imaginário, de espontaneidade criadora e construção intencional. Levando em consideração a história da Bolívia, o Presidente Salamanca aparece como um Salvador desejado. Nos três tempos propostos por Girardet sobre o processo de heroificação, o tempo da espera, o tempo da presença, o tempo da lembrança, podemos dizer que Salamanca estaria localizado no tempo da espera: "aquele que se forma e se difunde à imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dele a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de nostalgias e de sonhos". No caso de Salamanca, as expectativas em torno dele não se concretizaram. (GIRARDET, 1987, p. 63-96).

[17] O conselho da Sociedade das Nações se reuniu em seção, no dia 11 de dezembro de 1928, quando comunicou aos governos da Bolívia e do Paraguai que buscassem por vias pacíficas uma solução para o problema estabelecido. Ainda nessa seção, ficou estabelecida a criação de uma comissão destinada a investigar as agressões mútuas que já vinham ocorrendo na região em disputa. A comissão era composta por dois delegados de cada um dos governos litigantes, e de um de cada país convidado a participar: Colômbia, Cuba, Estados Unidos, México e Uruguai. Após concluídas as investigações, a comissão seria responsável por fazer propostas para tentar solucionar amistosamente os incidentes de maneira a satisfazer as duas partes. A Comissão de Neutros, como ficou conhecida, não obteve sucesso nas negociações para evitar o conflito, por isso, continuou mediando as negociações até 1935 quando foi realizado o acordo de paz. (CARVALHO, 1958).

Paraguai e decretava uma mobilização geral da nação em apoio ao conflito que se iniciava, ordenando ainda operações militares em grande escala no Chaco.

Em fins da década de 1920, os dois governos decidiram sentar domínio sobre o território, instalando fortes militares como defesa de suas fronteiras:

> Así empieza una disputa por ganar la mayor posesión posible de territorio en conflicto con más fortines militares. Durante el Gobierno de Hernando Siles (1924-1928), Bolivia establece los fortines Sorpresa, Tinfunqué, Alihuatá Arce y Cuatro Vientos, al Sur y al Norte Paredes, Pando, Vitriones y Vanguardia, […]. (PUENTE, 2011, p. 381).

Em 15 de junho de 1932, ocorreu um incidente entre os dois exércitos. As tropas bolivianas atacaram o forte Carlos A. López, localizado na margem direita da lagoa Chuquisaca (Pitiantuta para os paraguaios), ocupado desde 1931 pelos paraguaios. Essa lagoa era o mais importante centro de abastecimento de água do Chaco. O Paraguai retomou o controle do forte em 16 de julho. O início da guerra trouxe aparente calmaria à crise pela qual passava a nação boliviana. Salamanca conseguiu despertar um sentimento nacionalista e patriótico, bem como o apoio da opinião pública; entretanto, tal situação durou pouco. Conforme Carlos Mesa (2008, p. 456), os movimentos ligados aos partidos de esquerda promoveram diversos atos de protesto contrários à guerra e à mobilização de milhares de soldados para as frentes de batalha, a guerra seria interna também.

1.2 - O contexto paraguaio na guerra

Para que possamos observar a situação do Paraguai durante o conflito, utilizaremos uma bibliografia atual que se aproxima das questões que estão sendo desenvolvidas nesta pesquisa. A análise de Dalla-Corte[18] sobre a guerra do Chaco e a ocupação da região

[18] Gabrilea Dalla-Corte Caballero é antropóloga e historiadora da Universidade de Barcelona e membro do Grupo de Estudos e Investigaciónes Andino-Amazónicos do Departamento de Antroplogia Cultural, História da América e África da Universidade de Barcelona (TEIAA). Dalla-Corte estuda o processo de privatização, concentração territorial e formação de latifúndios no Chaco paraguaio no período anterior à guerra. A autora apresenta como se deu o processo de privatização das terras. Principalmente, na década de 1880, quando redes sociais, políticas e empresariais construídas na Argentina (destaque para a Associação Patriótica Espanhola), na figura de Carlos Casado, foram se estabelecendo nas terras do Chaco. Para Dalla-Corte, esse processo significou a definitiva nacionalização do Chaco paraguaio. Ao longo do artigo, a autora demonstra, através de quadros bastante informativos, os números dessa privatização. Os quadros contêm o nome das empresas que adquiriram

possibilitará um melhor entendimento das questões que estão sendo discutidas. Principalmente, no que se refere à ideia de ocupação do Chaco pelos dois Estados, através de um processo de territorialização de espaços considerados "desertos," e à questão do ocultamento/apagamento da participação dos indígenas locais no conflito. A situação econômica do Paraguai em inícios do século XX não era muito diferente da Bolívia. Um país, também, muito pobre economicamente, o Paraguai entrava no século XX destruído pela guerra da Tríplice Aliança (1865-1870)[19]. É a partir do contexto dessa guerra que Dalla-Corte faz sua análise da ocupação das terras chaquenhas pelas redes e organizações sociais do Paraguai e da Argentina. A autora parte da ideia de que as terras do Chaco foram utilizadas como moeda de troca para contratação de empréstimos internacionais utilizados pelo governo do Paraguai para enfrentar a crise instaurada pela guerra da Tríplice Aliança (DALLA-CORTE, 2007, p. 486). Nesse sentido, Dalla-Corte destaca o grande interesse da Argentina em expandir sua soberania territorial ao norte do rio Pilcomayo. A venda de terras fiscais pelo governo paraguaio a empresas privadas como processo de recuperação de sua economia foi o carro chefe da ocupação territorial do Chaco na região ocidental do rio Paraguai. A figura central do processo de privatização das terras do Estado foi o espanhol Carlos Casado del Alisal. Radicado na Argentina, na cidade de Rosário, possuía comércio de importações e exportações, além de ser empresário do setor bancário. Carlos Casado não era membro da elite Argentina, ele se aproximou dessa elite por meio de seu casamento com Ramona Sastre Aramburu. (DALLA-CORTE, 2007, p. 488).

De acordo com Dalla-Corte (2007, p. 487), a constituição paraguaia, após a guerra da Tríplice Aliança, ditava que os territórios localizados a oeste do rio Paraguai poderiam ser protegidos pela iniciativa de particulares, uma espécie de segurança jurídica privada, consolidando, assim, a soberania paraguaia sobre essas terras. Foi a partir dessa legislação que Carlos Casado, na década de 1880, expandiu seus empreendimentos até o Paraguai. Possuidor de uma grande quantidade de terras nas províncias argentinas de Santa Fé, Buenos Aires e Córdoba, Casado apoderou-se das terras mais produtivas do Chaco paraguaio onde fundou uma fábrica de tanino[20] chamada de "La Hispano-Paraguaya", localizada em Puerto Casado. Na legislação que previa a venda de terras, existiam restrições quanto à compra dos lotes para

terras, número de hectares, valores financeiros, data de aquisição dos lotes, número dos lotes, local dos lotes etc. Através desse demonstrativo, Dalla-Corte comprova a formação dos latifúndios, pois as empresas e as pessoas que compravam as terras faziam parte da rede de negócios de Carlos Casado. Segundo Dalla-Corte (2007, p. 488), Carlos Casado nasceu em 1833 na pequena cidade de Villada, Espanha. Em 1850, Carlos Casado resolveu estabelecer-se na Argentina. Radicou-se em 1957 em Buenos Aires, transferindo-se pouco depois para a cidade portuária de Rosário. (DALLA-CORTE, 2007).

[19] Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai.

[20] Utilizado na indústria de curtimento de couro.

que não se estabelecessem latifúndios; porém, Carlos Casado utilizou-se de "testas de ferro" para acabar arrematando grande quantidade de terras, estabelecendo latifúndios. (DALLA-CORTE, 2007, p. 499). Com seu falecimento em 19 de junho de 1899, Carlos Casado deixou um testamento dividindo seus bens entre sua esposa e filhos. A família herdou grande quantidade de terras na Argentina e no Paraguai. Sobre as terras no Paraguai, escreve Dalla-Corte: "En el Chaco paraguayo, Casado poseía unas 2,609,5 L/c que pasaron a pertenecer, a diferencia de los bienes argentinos, a todos sus sucesores, es decir, Ramona Sastre e a los hijos e hijas[…]". (DALLA-CORTE, 2007, p. 504). As propriedades de Carlos Casado se estendiam das margens do rio Paraguai até a região central do Chaco, região em disputa durante a guerra de 1932. Dalla-Corte (2007, p. 510, 512) destaca ainda que 72% das terras herdadas estavam no Paraguai, o restante em Rosário. Além disso, a Associação Patriótica Espanhola era também dona de terras na região do Chaco, pois havia recebido doações de Carlos Casado em 1896.

Portanto, para Dalla-Corte, o empresário Carlos Casado foi um típico representante da construção da modernidade do país. Detentor de terras em grande parte do Chaco paraguaio, construiu quilômetros de ferrovias que ligavam Puerto Casado ao interior chaquenho. Desse modo, ela entende que a guerra foi uma estratégia econômica no sentido de unificar o espaço nacional e o controle do território apoiado na privatização das terras da região.

A superioridade paraguaia em prover rapidamente mantimentos aos combatentes nas linhas de frente, como foi apontado por Zavaleta (2008, p. 190), se deve em grande parte pela influência do avanço das empresas privadas na região, principalmente a de Carlos Casado. Dalla-Corte (2010) comprova isso na obra "*La guerra del Chaco: ciudadanía, Estado y Nación en el siglo XX. La crónica fotográfica de Carlos de Sanctis*". Segundo a autora, em Puerto Casado se instalou a base de operações militares do exército paraguaio, contando com a linha férrea da empresa florestal de Carlos Casado. Essa linha férrea se estendia até região onde se localizava três importantes fortes paraguaios, Boquerón, Toledo e Corrales. Através das vias férreas de Casado, entraram na região central do Chaco soldados, víveres, medicamentos, combustíveis e água potável (DALLA-CORTE, 2010, p. 91). Dalla-Corte comprova essa afirmação através das fotografias tiradas por Sanctis que mostram soldados viajando em um trem da empresa taninera de Carlos Casado, no trajeto Puerto Casado/Kilômetro 145. (DALLA-CORTE, 2010, p. 96-97). Juntamente com os soldados estavam novilhas, bolsas de alimentos e até um trator. Dalla-Corte destaca que havia um órgão responsável por requisitar junto aos criadores de gado, ao longo das margens do rio Paraguai, parte de seus rebanhos para a defesa nacional: "En febrero de 1933 el ejército tomó

60.000 novillos y vacas, 14.000 caballos y 8.000 bueyes, ya atacó los intereses de empresas en realidad domiciliadas en países neutrales, como Argentina". (DALLA-CORTE, 2010, p. 97).

Por outro lado, a Bolívia tinha muitos problemas para colocar seus soldados e víveres no Chaco. Desde o altiplano os soldados percorriam 800 Km de trem e mais 1000 Km de caminhões, trajeto que levava em torno de um mês. Por isso, enquanto os bolivianos levavam trinta dias para chegar à região de litígio, os paraguaios rapidamente se deslocavam até lá, em torno de três dias. (DALLA-CORTE, 2010, p. 107).

Quando cita Puerto Casado, Dalla-Corte fala da presença de missões salesianas e das colônias menonitas. Em finais do século XIX, se instalaram na região de Puerto Casado as colônias menonitas e as missões religiosas salesianas responsáveis pela evangelização dos indígenas locais. Segundo Torraca (2006, p. 14), o estabelecimento dos menonitas[21] no Paraguai atendia às necessidades da questão litigiosa entre o Paraguai e a Bolívia. A instabilidade dos anos anteriores ao conflito levou o governo a elaborar um projeto migratório que garantisse a segurança das fronteiras através do estabelecimento de uma comunidade de origem europeia na região do Chaco. Os menonitas eram vistos como instrumento de legitimidade que garantia a soberania nacional do Chaco paraguaio.

Dalla-Corte (2010), em seu estudo sobre a crônica fotográfica de Carlos de Sanctis, utiliza-se também da hipótese de demonstrar que a guerra não apenas condicionou os dois exércitos beligerantes. As populações da região foram afetadas diretamente e tiveram que estabelecer estratégias para se adaptar às novas condições impostas ao seu meio. Nesse sentido, a autora faz uma crítica a Sanctis. Para ela, a fotografia estabelece um vínculo com quem elege o "quê" representar no momento da tomada da imagem, marcando a posteriori determinados elementos para dirigir a visão de quem observa. Sanctis, com sua subjetividade, representou a guerra exaltando a pátria paraguaia e deixando de lado a presença da população indígena local. (DALLA-CORTE, 2010, p. 237).

Trata-se, portanto, de um representante da historiografia paraguaia comprometido com o lugar social em que está atuando, o diário *La Capital*, e com o projeto liberal do Estado paraguaio. (DALLA-CORTE, 2010, p. 17). Dessa maneira, há a intenção de não mostrar as populações indígenas do Chaco paraguaio como parte da nação, e, sim, de ocultar sua presença no local e sua participação na guerra.

[21] Os menonitas formam um segmento religioso que surgiu durante o período da Reforma Protestante. Considerados como uma das vertentes originárias do antigo Anabatismo, especificamente o da Suíça em 1525, que se expandiu, inicialmente, para a Alemanha e para os países baixos. A denominação menonita provém do nome de uma das antigas lideranças do grupo: o ex-sacerdote Menno Simons. (TORRACA, 2006, p. 35).

Ao final das discussões apresentadas, algumas considerações nos encaminham às questões que envolvem a participação dos indígenas locais na guerra. Vimos que há unanimidade no ocultamento dos povos indígenas chaquenhos em alguns textos que analisamos. Algumas etnias até foram citadas, mas, nada mais que isso, nenhuma informação complementar explicativa que pudesse definir quem são, como são, onde estão localizados ou como vivem. Em relação aos indígenas do altiplano, mais informações podem ser observadas, contudo, da mesma maneira, foram apagados das narrativas em termos de participação na guerra como sujeitos ativos. Vimos ainda que essa historiografia faz sua análise de fronteira, pátria e território, baseada na dinâmica do Estado-nação; ou seja, pensam em espaço geográfico delimitado, linhas lineares fronteiriças, desconsiderando outras características que envolvam esses termos. Nessa perspectiva, tais interpretações desconsideram as relações de poder que perpassam o território, esquecem que o território não é apenas espacial, é geográfico, cultural, econômico e temporal. Assim, o processo de apagamento dos indígenas se deu da mesma maneira na Bolívia e no Paraguai, porque, na realidade, os dois Estados elaboraram seus discursos de ocultação sobre povos que não se consideravam bolivianos nem paraguaios. No entanto, são povos estruturados de maneira diferente dos tradicionais Estados-nação, eles têm sua própria forma de organização social. Portanto, o espaço chaquenho é uma região fronteiriça, um espaço de encontro de culturas das mais diversas origens e formado por povos indígenas que, até o período da guerra, mantinham "vínculos frouxos" com os Estados.

1.3 - Premissas teóricas

1.3.1 - Nações, nacionalismo e Estado-nação

Há uma ampla historiografia que discute os fenômenos *nação* e *nacionalismo*, e a maior parte se questiona sobre o que é uma nação? Hobsbawm, em *Nações e nacionalismo desde 1780*, aponta que nação é "qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação" (HOBSBAWM, 2004, p. 18). Hobsbawm entende que não faz sentido discutir nação sem discutir nacionalismo, pois o nacionalismo vem antes das nações, o nacionalismo forma as nações:

> [...] o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas

> preexistentes [...] as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. [...] não considero a "nação" como uma entidade social originária ou imutável. A "nação" pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o "Estado-nação"; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (HOBSBAWM, 2004, p. 19).

Hobsbawm, na citação acima, fala em Estado territorial, mas o que vem a ser Estado, qual a origem deste nome? Segundo Bobbio (1987), a palavra Estado se impôs pelo prestígio do *Príncipe* de Maquiavel. Bobbio faz uma breve análise do longo percurso dos termos anteriormente utilizados para designar o que vem a ser Estado. Segundo o autor, "através de modificações ainda não bem esclarecidas passou de genérico de situação para um significado específico de condição de posse permanente e exclusiva de um território e de comando sobre os seus respectivos habitantes". (BOBBIO, 1987, p. 67). Em uma interpretação feita por Bobbio, baseada na tradição jusnaturalista - direito natural -, o nascimento do Estado representa a passagem da idade primitiva - selvagem e bárbara - para a idade civil - cidadão e civilizado.

Para Bornheim, os conceitos de Estado e cidadania nasceram profundamente imbricados e são conceitos essencialmente modernos: "[...] no decorrer dos tempos modernos, o Estado atravessa toda uma série de etapas em sua evolução que se estende da monarquia à democracia e aos Estados totalitários". (BORNHEIM, 2003, p. 209). Amplamente relacionado à cidadania está o individualismo, o indivíduo no mundo moderno ocupa um lugar central, "o homem começa a ver-se enquanto realidade essencialmente autônoma: tal é o pressuposto de tudo, a pedra angular que passa a alicerçar a suntuosidade que se inicia". (BORNHEIM, 2003, p. 210). É a partir do trabalho, na força da produção, que o homem moderno vai conquistar sua autonomia; juntamente com autonomia, surge, segundo Bornheim, a invenção da propriedade privada.

Guerra (2003) atirbui três sentidos para o termo *nação*: no primeiro, o termo se emprega para grupos corporativos fundados sobre uma origem comum, geográfica ou política; no segundo, o termo designa um grupo humano assentado em um território, a pátria; e, no terceiro sentido, o termo *nação* tem sentido político, que predominará no século XVIII. Para tal autor, embora a pátria possua, antes de qualquer outro, um sentido geográfico concreto – a

terra onde se nasceu, o lugar, cidade ou País em que se nasceu, *"tierra chica"* – seu vínculo com a nação tornará possível aplicá-la a todos os significados políticos de nação. (GUERRA, 2003, p. 36).

Para os hispano americanos, a Espanha é vista como a "pátria-mãe" e as terras americanas não eram conhecidas por colônia, eram chamadas de "reinos" e "províncias" de "Espanhas". Assim, nação era empregada na América com o sentido de povo, de pessoas da mesma estirpe, independente do território. A designação nação era também empregada para falar dos índios antes da conquista. (GUERRA, 2003, p. 50). A Revolução Francesa inventará o primeiro grande modelo de nação moderna. Durante todo o século XVIII, há uma conversão na direção de uma identidade unificada. Os termos "nação" e "pátria", na península, deixam de ser aplicados aos reinos e províncias e concentram-se unicamente na Espanha. (GUERRA, 2003, p. 52).

O modelo de Estado moderno nascido do processo revolucionário Francês é questionado pela antropologia em relação às sociedades primitivas, pois estudos afirmam que elas têm sua organização política própria.

Clastres apresenta importante contribuição na antropologia política para a discussão entre sociedades primitivas e sociedades com Estado. Em *A sociedade contra o Estado* (2003), Clastres critica a visão dominante que afirma que todas as sociedades estão condenadas a percorrer etapas que conduzem da selvageria à civilização. Segundo o autor, essa visão etnocentrista encherga determinadas sociedades de maneira negativa, sob o critério da falta: sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história. Dessa maneira, a verdadeira sociedade só pode estar sob a tutela do Estado, onde é preciso trabalhar constantemente. No plano econômico, são vistas como sociedades de economia de subsistência, ou seja, não dispõem de mercado[22]. (CLASTRES, 2003, p. 209). Economicamente falando, Clastres escreve que o invocamento do subequipamento técnico e a inferioridade tecnológica são os responsáveis pela classificação de sociedades como tecnologicamente atrasadas. Para Clastres (2003, p. 209), não existe hierarquia no campo da técnica, nem tecnologia superior ou inferior, pois essa classificação só pode ser determinada pela capacidade de satisfazer, em um determinado meio, as necessidades da sociedade. Portanto, economia de subsistência, para ele, é a economia que recusa a produção excedente, na qual não tem sentido trabalhar em tempo integral para produzir sem necessidade, além das necessidades de sobrevivência.

[22] Segundo a visão criticada por Clastres, a economia de subsistência não dispõe de mercado por não produzir excedente.

Podemos observar ainda que Clastres considera que a sociedade moderna, as sociedades com Estado, não tiveram sua gênese nas sociedades primitivas. Ele faz essa afirmação baseado em exemplos de sociedades na América pós-colombiana que tiveram grandes alterações nas suas condições de existência material e não tiveram alterações em sua organização política. Todavia, em sociedades onde ocorreu a alienação do trabalho, onde o lazer foi substituído pelo gosto da acumulação, pela produção de excedente, houve a destruição da sociedade primitiva pela potência de sujeitar e pela capacidade de coerção. (CLASTRES, 2003, p. 214). É o que o autor chama de instauração do político, quando a relação política do poder precede e fundamenta a relação econômica de exploração:

> Quando, na sociedade primitiva, o econômico se deixa identificar como campo autônomo e definido, quando a atividade de produção se transforma em trabalho alienado, contabilizado e imposto por aqueles que vão tirar proveito dos frutos desse trabalho, é sinal de que a sociedade não é mais primitiva, tornou-se uma sociedade dividida em dominantes e dominados, em senhores e súditos, e de que parou de exorcizar aquilo que está destinada a matá-la: o poder e o respeito ao poder. (CLASTRES, 2003, p. 215-216).

É a partir da ruptura política e não da mudança econômica que Clastres encherga a gênese do Estado. Com o Estado vem a hierarquia, a dominação dos homens, a dominação da classe que detém o poder de exploração do outro.

As considerações de Clastres são de relevante importância para o entendimento da formação das nações na América Ibérica, tendo em vista que as sociedades que habitavam o continente americano antes da presença dos europeus foram por estes consideradas primitivas, sem Estado.

Pensando a experiência americana de formação de suas nações a partir da heterogeneidade nativa e da pluralidade de imigrantes que pela América se estabeleceram, forçadamente ou não, o nacionalismo no novo mundo tem suas especificidades. Pamplona e Doyle (2008), organizadores de *Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*, discutem o nacionalismo a partir da hipótese de que as Américas foram negligenciadas no debate e que o conhecimento da experiência americana possibilitaria uma melhor compreensão do nacionalismo em geral, já que as influências se deram reciprocamente

entre os Estados que se formavam na América e na Europa. (PAMPLONA; DOYLE, 2008, p. 18).

Considerando a existência de sociedades sem Estado, é fato que o Estado-nação se consolidou como organização sociopolítica moderna. Quijada (2000, p. 180-181) estabelece diferenças entre nação étnica e nação cívica ou política. A nação étnica fundamenta uma conceção genealógica que cimenta a unidade em uma ascendência comum, uns mitos de origem, identidades de costumes e de memória histórica e uma língua vernácula. Na nação cívica ou política, se sustenta um sistema único de ocupação e produção, leis comuns com direitos e deveres legais idênticos para toda a população, um sistema educacional público e massivo e uma única ideologia cívica. Porém, Quijada observa que nas construções ocidentais essa diferença é uma abstração, e que ambos os modelos de nação se misturam ao produzir-se o processo de etnização que busca a homogeneidade cultural da população. Segundo Quijada (2000, p. 7), através de fronteiras nacionais bem definidas e de um povo soberano, a nação se destaca como fonte legítima e única da autoridade do Estado. Para Quijada, o Estado-nação foi fundado na soberania popular, e ao Estado está vinculada a construção da homogeneidade de sua população. Trata-se de eliminar ou ignorar as diferenças culturais, étnicas, fenotípicas etc, de um grupo humano de tal forma que o mesmo seja percebido ou se auto perceba como integrante de uma unidade etno-cultural e referencial. (QUIJADA, 2000, p. 8). Além disso, o processo de homogeneização se vincula à assimilação ideal das fronteiras do grupo humano com os limites do Estado ao qual está ligado institucionalmente, onde as individualidades tendem a assumir-se como uma unidade que se pretende uniforme e coesa. (QUIJADA, 2000, p. 8). Utilizando estudos de Gellner e suas influentes teorias sobre nação, Quijada (2000, p. 15) afirma que, à medida que os Estados vão se formando e buscam legitimação política, a homogeneidade torna-se uma preocupação central, surgida do processo de modernização da sociedade. Esse processo administrado pela política dominante coloca sob seu controle a economia, a língua e a religião, sendo que não há espaços para individualidades de seus membros, a intenção é criar um sentimento de amor pátrio e um sentido de pertencimento, pensando o coletivo da nação.

Para fazer a transformação de uma sociedade segmentada e desunida em uma nação homogênea, os administradores precisavam de ações criativas que conduzissem a sociedade para o pensamento coletivo; para isso, utilizavam meios que iam ao encontro de seus interesses, de acordo com o poder que possuíam. Entretanto, a homogeneização da sociedade não é algo fácil de alcançar. De acordo com Quijada (2000, p. 18), a cidadania tem importante papel como meio de privilegiar quem é considerado cidadão e quem não é. Porém, como

afirma a autora, a cidadania a esses moldes é uma barreira à homogeneização, pois segrega a sociedade. (QUIJADA, 2000, p. 18). Considerar o indivíduo de uma determinada nação como cidadão ou não está diretamente ligado às diferenças fenotípicas internas à nação, que não podem ser simplesmente homogeneizadas. Assim, como característica dos processos americanos, uma maneira de resolver a heterogeneidade interna foi acentuar a categorização racial, ou seja, colocar em prática um sistema de segregação que categorizava e marginalizava partes do corpo da nação. (QUIJADA, 2000, p. 20). Típico do processo de homogeneização unido ao discurso de progresso, a hierarquização das raças através de características fenotípicas faz parte daquilo que Quijada chama de expansão unidirecional, dominação em uma só direção, dos "brancos" sobre os "não brancos". (QUIJADA, 2000, p. 23).

Para Navarrete (2008, p. 100), o processo de construção nacional dos Estados-nações americanos tem sido visto como modernização de sociedades tradicionalmente heterogêneas que levou à superação de suas diferenças primordiais por meio da unificação cultural e étnica. Os grupos governantes que encabeçaram esse processo se apresentavam como representantes dos valores universais da modernidade, acima de suas identidades étnicas particulares, e como inventores de uma identidade nacional que supostamente superava as identidades particulares previamente existentes. Mas, Navarrete questiona que a diversidade dos países americanos é uma condição originária e que a diversidade atual é produto e continuação desta diversidade primordial. Ele propõe a existência de diversidades emergentes, que são formas novas de diferenciação e pluralidade que estão em constante modificação nas sociedades americanas. Como explica Navarrete (2008, p. 91), são diferenças emergentes porque elas surgiram e surgem, atualmente, dos processos históricos de colonização e de construção dos Estados-nações; porém, não devem ser concebidas como uma simples continuação das diferenças primordiais, e sim como fenômenos novos, que podem retomar elementos das diferenças previamente existentes, mas que lhes dão novos sentidos. O que Navarrete demonstra é que as diferenças estão sendo constantemente atualizadas de acordo com cada nova situação que se apresenta aos grupos dominantes e aos subordinados, considerando a temporalidade.

Continuando Navarrete, a modernização e a homogeneização da sociedade propostas pelos grupos governantes teve sempre um limite: a dissolução de seus privilégios. O processo de homogeneização não podia chegar ao ponto de se ter uma unificação cultural e étnica, pois, assim, desapareceriam as diferenças entre a elite moderna e a população atrasada, provocando a perda de legitimidade e a fonte de poder dessa elite. Para impossibilitar que isso ocorresse, algumas soluções tinham que ser colocadas em prática. Navarrete indica duas soluções: na primeira, ele afirma que a dissolução das diferenças primordiais tem sido sempre

acompanhadas pela criação de diferenças emergentes que produzem e aprofundam as distinções entre a elite e o resto da população; na segunda, que esse processo é inconcluso e interminável, sempre estará sendo revisto. (NAVARRETE, 2008, p. 102).

Em relação à diferenciação que o Estado faz da sociedade através de termos como "raça", Navarrete aponta que a construção de diferenças não é apenas uma ferramenta para o exercício do poder estatal e econômico, mas também para a resistência e negociação com esse poder. (NAVARRETE, 2008, p. 96). Temporalmente, Navarrete demonstra que, na segunda metade do século XIX, as ideologias e práticas discriminatórias foram influenciadas pelas políticas de darwinismo social e ciência racial nos Estados-nações americanos. As diferenças da população foram concebidas como um problema biológico-racial que devia ser resolvido com as técnicas do biopoder[23]. (NAVARRETE, 2008, p. 108).

Portanto, não há passividade por parte dos grupos subalternos. Navarrete propõe que as elites modernizadoras basearam seu poder na utilização das concepções ocidentais de política, cultura e cidadania. Os grupos subalternos participaram da política nacional, aceitando, questionando e redefinindo essas concepções, se modernizaram e reinventaram suas identidades, gerando diferenças emergentes frente às elites modernizadoras. (NAVARRETE, 2008, p. 103).

1.3.2 - A "Comunidade imaginada" de Benedict Anderson

De acordo com Anderson (2005, p. 83), a formação dos novos Estados americanos foi influenciada diretamente pelo nacionalismo europeu. Boa parte do pensamento regional, dos *pioneiros crioulos*, foi sendo formada pela situação em que se encontravam nas colônias, onde fatores geográficos, políticos e econômicos foram determinantes para a independência. A chave do pensamento de Anderson reside no fato de que "cada uma das novas repúblicas sul-americanas foram uma unidade administrativa do século XVI ao século XVIII", (ANDERSON, 2005, p. 83), e que principalmente as dificuldades de comunicação com a Espanha contribuíram para que essas unidades tivessem certa autonomia. Somada a esses fatores, a situação dos crioulos em relação aos peninsulares era de subordinação e carregavam

[23] Biopoder é um conceito trabalhado por Foucault. Desenvolvido a partir do direito de causar a morte ou deixar viver típico das sociedades nas quais os soberanos exerciam poder sobre a vida de seus súditos, era o chamado *poder soberano* que foi substituído pelo *poder disciplinar* em que o direito de morte tenderá a se deslocar para um poder que gere a vida, "Essa morte, que se fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida [...]" (FOUCAULT, 1999, p. 128). Entre as características, tem-se o controle da população, engenharia racial, higienismo, instituições disciplinares e educação das massas. (NAVARRETE, 2008, p. 108).

o peso de não terem nascido na Espanha. Em um equilíbrio tenso, os conflitos entre as elites regionais e as peninsulares anteciparam a formação das consciências nacionais em finais do século XVIII. Além disso, Anderson destaca os meios de comunicação como fator de grande influência na formação dos novos Estados. (ANDERSON, 2005, p. 92).

Anderson aponta que a dificuldade de ascensão de crioulos ao exercício de cargos e de funções importantes, dentro do que ele chama de unidades administrativas, foi um dos fatores que levaram à formação de uma consciência nacional americana que desencadeou, por fim, o processo de independência. Em concordância com Young (2007, p. 274), a formação de uma consciência compartilhada foi antecipada pela peregrinação de funcionários públicos crioulos da colônia pelos diversos locais do Continente e, por sua vez, pelo contato entre eles e a vivência mútua da dificuldade de acesso a cargos ocupados exclusivamente por peninsulares. Somado a esse contato, Anderson destaca como decisivo o papel do que ele chama de "capitalismo de imprensa". As publicações impressas locais traziam notícias do cotidiano da colônia em uma língua comum e possibilitavam, não somente aos funcionários públicos, mas ao restante da população, ter o acesso a informações comuns. De acordo com Anderson (2005, p. 93), os primeiros jornais traziam, além de notícias da metrópole e da colônia, informações diversas: horários de partida e chegada de navios, preços habituais de determinadas mercadorias, nomeações políticas, casamentos de famílias ricas etc. O compartilhamento dessas informações de uma forma bastante natural e apolítica teria criado uma *comunidade imaginada* entre seus leitores.

Calhoun destaca Anderson como um dos mais influentes estudiosos do nacionalismo; como produtor de *Comunidades Imaginadas* Anderson quer dizer que:

> As nações são produzidas essencialmente por práticas culturais que estimulam seus membros a situar sua própria identidade e entendimento de si mesmos dentro de uma nação. As leituras das mesmas notícias, por exemplo, não só fornece ao povo uma informação comum, e imagens comuns de "nós" e "eles", mas também ajuda a reproduzir uma narrativa coletiva na qual os múltiplos e diferentes eventos e atividades relatados se encaixam como linhas narrativas num romance, entretecendo todos eles com a vida do leitor. Práticas e instituições de administração do Estado são cruciais para essa produção de nações como categorias do entendimento e da imaginação, mas elas não são exaustivas nessa produção, e os que detêm o poder do Estado não as controlam por inteiro. (CALHOUN, 2008, p. 52).

Dessa forma, como afirma Anderson (2005, p. 92), a produção da narrativa situa o lugar da nação na história; como as identidades étnicas por si só não explicam o nacionalismo, são as narrativas que têm o poder de transformar quaisquer traços étnicos primordiais comuns que possam existir em um sentimento nacional. Ou seja, as produções discursivas formam o sentimento de pertencimento entre os membros de uma nação, levando-os a deixar de lado, a esquecer de certos traços primordiais.

Quijada (2000, p. 26) explica que, para Anderson, a expansão da língua impressa sentou as bases para o desenvolvimento de uma consciência nacional, mediante a criação de âmbitos unificados de comunicação e intercâmbio, criação de línguas de poder que se diferenciavam de outras formas de expressão – dialetos – por sua identificação com a língua impressa. Porém, o analfabetismo em espanhol de parte dos integrantes das nações em formação não possibilitava que tivessem acesso à língua impressa e, portanto, pudessem compartilhar a construção de uma consciência nacional por essa via.

Com o Estado moderno, o acesso à educação primária, antes monopólio da Igreja, passou a ser uma questão de Estado. A ilustração das massas através da educação era uma maneira de alcançar a homogeneização da língua. A criação de uma cultura homogênea, estandarizada, foi obra da universalização do sistema educativo, que possibilitou a extensão da cultura de um grupo e de uma classe social a toda uma comunidade. (QUIJADA, 2000, p. 25). A língua que predominou foi a língua do Estado, proveniente da cultura da elite, pois as línguas indígenas não podiam expressar o pensamento abstrato porque não operavam como veículos de progresso. Quijada (2002, p. 40), referindo-se a esse processo no México, explica que no decorrer do século XIX muitos professores de primeiras letras aprenderam as línguas locais, não como veículos de cultura, mas como meio de facilitar a aprendizagem do castelhano por parte das crianças indígenas. A ideia era que os professores aprendessem as línguas locais para destruí-las e suprimir o que era uma barreira à unificação do povo mexicano. A língua e a educação ainda tiveram outro papel fundamental para a homogeneização da sociedade: a construção da memória histórica como elemento básico de identificação grupal. (QUIJADA, 2000, p. 27).

Como historiografia que critica as premissas de Anderson, tomamos como referência o historiador norte americano Eric Van Young, que escreve sobre a independência do México. Young propõe que no processo de independência do México não houve uma consciência nacional no sentido de luta contra o domínio espanhol, nem sentimentos nacionalistas em grande escala ao longo do século XIX. Segundo Young (2008, p. 268), as revoluções que preparam caminhos para as novas nações tendem a ser acontecimentos extremamente

complexos, em que grupos diferentes do povo se engajam em violência política coletiva por diferentes motivos, não sendo a criação da nação necessariamente o principal motivo. Portanto, Young afirma que a tese de Anderson não se aplica a todos os casos de formação das nações americanas. Ele derruba a tese de Anderson ao afirmar que, se no processo de independência mexicana havia nacionalismo, este era muito rudimentar. Para Young (2008, p. 271), *Comunidades Imaginadas* foi um livro de forte influência em uma série de campos de estudos sobre o caráter do nacionalismo na formação dos Estados modernos, mas sua tese está sendo questionada com o avanço da globalização. Uma das críticas de Young diz respeito à relação que Anderson faz dos "pioneiros crioulos" com as massas em cenários revolucionários. Para Young, a tese de Andreson aparece como um modelo pronto a ser aplicado aos diversos processos de independência que ocorreram na América. Em nosso entendimento, Young contesta o uso de modelos explicativos para processos históricos tendo em vista a especificidade de cada acontecimento histórico, devido a contextos, espaços e tempos diferentes. Para o caso mexicano, Young enxerga que não é possível que uma minoria, os "pioneiros crioulos", uma pequena elite mexicana, fosse capaz de moldar ideologicamente a maioria da população. Segundo Young (2008, p. 273), a relação entre a religião e o nacionalismo no México é desconsiderada por Anderson; além disso, Young entende a formação da consciência nacional através de uma horizontalidade social e cultural, ou seja, entende que a maioria da elite letrada mexicana, desde o início dos movimentos pela independência, fosse capaz de pensar para os lados, imaginando uma comunidade comum, uma mexicanidade. Young utiliza como referência dados sobre os índices de alfabetização na Nova Espanha no ano de 1810 e comprova que nos espaços das cidades menos de 10% da população era alfabetizada, índice que era consideravelmente mais baixo nas áreas rurais. (YOUNG, 2008, p. 280). Outro fator que o autor considera é que a violência política coletiva em grande parte do país, desencadeada no período do processo de independência, reflete qualquer coisa, menos um sentimento nacionalista coletivo. Na realidade, longe de uma comunidade imaginada que pensasse coletivamente, houveram distúrbios, localizados tanto nas áreas urbanas quanto rurais, que, por sua vez, procuravam o atendimento de demandas localizadas, e não de uma luta por algo maior, nacional. Portanto, segundo Young (2008, p. 292), para os episódios da independência na Nova Espanha, é difícil encontrar provas que sustentem a interpretação de Anderson quanto a uma expressão de sensibilidade nacionalista nutrida pela divisão política, social e econômica entre espanhóis nascidos na colônia e espanhóis provenientes da Península Ibérica.

Chiaramonte, em *Nación y Estado en Iberoamérica: El lenguage político en tiempos de las independencias*, assim como Young (2008) pontuou, discute a formação dos Estados nacionais na América Ibérica no sentido da inexistência de uma consciência nacional antes e durante os processos de independência. Chiaramonte critica os historiadores que defendem que as atuais nações da América Ibérica já existiam quando inicia os ciclos de independência. O autor critica a existência, já no final da colônia, de comunidades que lutavam pela independência a partir de uma identidade coletiva, ou seja, por querer formar Estados independentes em virtude de possuir uma cultura comum, formando assim um protonacionalismo. (CHIARAMONTE, 2004, p. 11). Ao contrário do que fala Guerra (2003), que a formação dos novos Estados nacionais americanos ocorreu influenciada pela Revolução Francesa, Chiaramonte afirma que o sentido político de nação não surgiu com esta Revolução, teria surgido do direito naturalista. (CHIARAMONTE, 2004, p. 38-44). Para Chiaramonte, existem três grandes modalidades históricas para o uso do termo nação: na primeira, o termo nação é usado durante séculos em um sentido étnico; na segunda, o surgimento do sentido estritamente político, aparentemente durante o século XVII, que se generalizou durante o século XVIII, bastante antes da Revolução Francesa; na terceira, paralelamente ao romantismo, surge o princípio das nacionalidades, que é a junção dos dois primeiros sentidos, o étnico e o mais recente, o político. (CHIARAMONTE, 2004, p. 50). Assim, Chiaramonte parte do pressuposto de que o processo de formação dos Estados da América Ibérica foi fundamentado pelos manuais de direito natural, que ditavam que todas as nações ou Estados seriam soberanos, independentes e com igualdade de direitos entre eles[24]. Dessa maneira, a principal hipótese trabalhada por Chiaramonte diz respeito à emergência, no momento inicial das independências, de entidades soberanas no âmbito de cidades ou de províncias, e suas peculiares práticas políticas[25]. (CHIARAMONTE, 2004, p. 60). Para Chiaramonte, existiam sujeitos políticos coletivos ao nível das cidades ou províncias, os chamados "pueblos". Contudo, isso não ocorria no sentido de se ter um sentimento de identidade nacional, pois, no início dos processos de independência, os "pueblos" possuíam conceitos básicos de ciência política baseados no direito natural e de gentes. Portanto, esses sujeitos pensavam o coletivo num âmbito menor. (CHIARAMONTE, 2004, p. 133-134). Desse modo, pensando os processos de independência na América Ibérica a partir da hipótese da ausência de uma

[24] No capítulo IV, Chiaramonte apresenta um histórico da discussão em torno dos fundamentos do direito natural nos movimentos de independência. (CHIARAMONTE, 2003, p. 91-132).

[25] Ao longo do texto, Chiaramonte vai trabalhando com diversos casos de formação de Estados nacionais na América Ibérica. O autor apresenta características de alguns processos como o do México, Paraguai, Argentina e Brasil, este por sua vez entrando no período imperial.

consciência nacional anterior, Chiaramonte também critica duramente as *Comunidades Imaginadas* de Anderson por entender que este autor procura enquadrar todos os processos de independência em sua teoria; ou seja, ele generaliza os movimentos independentistas como se todos tivessem ocorrido da mesma forma. De acordo com Chiaramonte (2003, p. 163), foi através do conceito de "capitalismo de imprensa" que Anderson expõe uma de suas maiores debilidades: a tendência em construir explicações globais com pouca fundamentação. A convergência entre capitalismo e tecnologia impressa teria possibilitado uma nova forma de comunidade imaginada que, por sua vez, teria preparado o cenário para a nação moderna. Chiaramonte critica essa hipótese baseado no fato de que os processos de independência aconteceram das mais diversas formas nos diversos locais, por isso, sem uma forma homogênea, sem um pensamento comum e sem ter um sentido de pertencimento pelo nacional.

1.3.3 - Produção simbólica na legitimação dos Estados-nação

Bourdieu (1989) nos explica que o poder de construção da realidade tende a estabelecer uma ordem, um sentido imediato do mundo, o que é uma produção simbólica relacionada com os interesses das classes dominantes. São ideologias que servem interesses particulares, mas que tendem a se apresentar como interesses universais comuns ao conjunto do grupo. Se pensarmos as relações de poder presentes em todas as relações, temos de levar em conta que os diferentes poderes em luta não possuem os mesmos recursos sociais. A repartição das diversas espécies de capital, seja ele econômico, político, social e cultural, é desigual. Por isso, os diferentes poderes não têm a mesma capacidade de ação em relação aos níveis de dominação. Em Bourdieu:

> A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as facções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade de sua dominação quer por meio de sua própria produção simbólica, quer por intermédios dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação [...]. (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Segundo Earle (2005), o processo de independência das diversas colônias espanholas na América se deu com a exaltação do passado anterior à conquista. A memória dos tempos pré-colombianos foi revivida no imaginário da construção das novas nações que se formavam. As novas nações buscavam suas origens nos mitos do tempo passado. No caso da América espanhola, o mito dos povos originários e seus impérios, astecas e incas principalmente. A memória resgatada procurava dar importância aos tempos "gloriosos" de um passado em que se vivia sem a presença espanhola. As diversas elites responsáveis pelas insurgências que levaram à onda de independências das colônias espanholas precisaram elaborar um discurso que se dissesse contrário ao domínio espanhol e que procurasse formar uma nova nação e construir um nacionalismo que as legitimasse.

Em *Sobre Héroes y Tumbas: National Symbols in Nineteenth-Century Spanish America*, Earle (2005) retrata bem a questão da formação dos novos Estados que se formavam e a construção do nacionalismo. O trabalho que a autora desenvolve destaca, em seu início, a construção simbólica utilizada pelas elites de maneira a dar importância ao passado pré-colombiano em detrimento do domínio espanhol. Para os novos Estados, foi recriada toda uma nova simbologia baseada na geografia e nos povos anteriores à conquista. Os emblemas do Estado, os brasões das armas, moedas, bandeiras e medalhas, criados para simbolizar essas novas nações fizeram uso de imagens indígenas. Ao contrário da moeda colonial com seus bustos dos monarcas espanhóis, as moedas cunhadas durante as guerras de independência não retratavam pessoas em particular, muitas vezes usavam motivos indígenas. (EARLE, 2005, p. 385).

Em um primeiro momento de construção das nações na América Espanhola, o passado dos grandiosos impérios pré-coloniais foi recuperado pela elite intelectual. Todavia, posteriormente, nos anos pós-independência, à medida que a legitimação no poder já estava concretizada, o discurso nacionalista aos poucos foi sendo alterado. A exaltação do passado tomaria outros rumos. As novas repúblicas não queriam ser vistas como nações de índios perante a Europa e, para isso, trataram de deixar de lado a ideia de que foram reivindicações dos impérios pré-colombianos e se afinaram com o pensamento europeu da época: a ideologia liberal e progressista de nação. (EARLE, 2005, p. 385).

A restauração do passado pré-colombiano é uma utopia possível de ser percebida em diversos momentos da história das sociedades do novo mundo. O mito da restauração do império inca é algo presente, principalmente, na sociedade peruana e boliviana. Pinheiro

(2009, p. 128) faz uma análise da obra de Flores[26] e nos explica que esse mito de restauração do mundo incaico na realidade é uma visão romanceada que representa um império inca idealizado, algo que em termos nunca existiu. Esse mito esteve presente no processo de independência da Bolívia e do Peru e ainda está na memória destas nações, na esperança de uma sociedade mais justa e melhor.

O que se pode observar, então, é que as elites iniciaram as repúblicas com a construção de um nacionalismo que se dizia incorporador de todas as demandas, para, com isso, conseguir o apoio das massas indígenas contra o domínio espanhol. No entanto, conseguindo sua legitimação, o "compromisso" de incorporar a cultura indígena ao país não se realizou. As simbologias nacionais foram sendo modificadas juntamente com o discurso de progresso. O passado dos impérios simbolizado em moedas, bandeiras e brasões, foi substituído pelo heroísmo da conquista espanhola.

Quijada resume muito bem como funcionou o processo de seleção da memória histórica hispânica. Para a autora, esse processo se desenrolou a partir de uma dinâmica oscilante que buscava a continuidade na ruptura, incluindo e excluindo alternativamente segmentos do passado. Cada país impunha seu ritmo, em que dois binômios fundamentais articularam a dialética substrato indígena/substrato hispânico e liberalismo/antiliberalismo. (QUIJADA, 2000, p. 42). Nas zonas de alta cultura indígena, os independentistas tenderam a apropriar-se das glórias do passado pré-hispânico como parte do acervo cultural do grupo. (QUIJADA, 2000, p. 185).

As questões relacionadas à construção da homogeneidade na América hispânica e portuguesa abordadas nos parágrafos anteriores tiveram sua matriz nas Cortes de Cádiz de 1812. De acordo com Quijada (2000, p. 32-33), os debates que cristalizaram a Constituição de 1812 implicaram o estabelecimento de um novo desenho de sociedade, concretado na criação de um sistema social em que indivíduos iguais em direitos estabelecem relações livres entre eles. As Cortes de Cádiz constituíram uma profunda revolução social, que substitui a anterior sociedade estamental por uma nova sociedade regida pelo princípio da igualdade. Segundo Guerra (2003, p. 33), a grande assembléia revolucionária que promulgou a constituição de 1812 foi, à época, fonte e modelo para todos os países hispânicos, para Portugal e Brasil e até mesmo para os revolucionários italianos e russos. A partir das cortes de Cádiz, as palavras *pátria, nação, constituição, liberdade,* jamais pronunciadas nas Cortes clássicas, são lidas e ouvidas.

[26] "Buscando un inca: identidad y utopia en los andes", 1986.

Quijada (2000, p. 33) aponta que a dimensão americana das propostas de Cádiz se deu em uma dimensão essencialmente política e acentuou, ao mesmo tempo, um caráter especificamente territorial da construção nacional, ou seja, uma vinculação estreita e fundacional com o território.

Para Guerra (2003), a formação dos Estados americanos está diretamente ligada aos acontecimentos na Europa. Seguindo as influências da Revolução Francesa, o novo modelo de nação que triunfa no mundo hispânico, a partir de 1808, foi a recusa da abdicação forçada da família real espanhola a favor de Napoleão, fazendo dessa nova nação uma fonte de legitimidade. (GUERRA, 2003, p. 55). Para Guerra, a ligação entre a península e a América é evidente durante as transformações que ocorriam na Espanha no início do século XIX. O levante armado espanhol e a lealdade da América com os patriotas espanhóis comprovam a ligação. O artigo da Constituição de 1812 utilizado por Guerra reflete muito bem a nova nação espanhola: "A Nação espanhola é a reunião de todos os espanhóis de ambos os hemisférios". (GUERRA, 2003, p. 56).

Todavia, a ideia de uma nação unitária entre península e América, na prática, não ocorreu; isso, devido à recusa de igualdade política total entre os dois continentes e a incapacidade de inventar uma estrutura política plural, provocando o surgimento de países independentes na América. Nesse sentido, Guerra explica que a união dos reinos e províncias americanos fundava-se apenas nos vínculos verticais com a monarquia, já que no momento em que desapareceu a figura do rei na Espanha rompeu-se a união entre península e América. (GUERRA, 2003, p. 58). Portanto, baseado nesses fundamentos, Guerra faz sua crítica a Anderson e à tese de que as novas repúblicas americanas eram unidades administrativas que gozavam de grande autonomia do século XVI ao século XVIII. Para Guerra (2003, p. 60), não há pioneirismo crioulo no sentido de invenção da nação americana.

Tratamos um pouco de algumas questões que foram importantes para a formação dos Estados-nação americanos: a nação, o nacionlismo, sentimento de pertencimento etc. Considerando o que foi abordado, partimos para uma breve análise de como se deu o processo de formação do Estado na Bolívia.

1.3.4 - Formação do Estado-nação boliviano

A Bolívia tornou-se oficialmente independente da Espanha em 1825. Analisando um pouco do processo revolucionário que culminou com a independência e a criação do Estado-

nação boliviano, observamos que ele tem algumas aproximações com o ocorrido na Nova Espanha, segundo as premissas de Young e de Chiaramonte.

Quando falamos de elites formadoras nas nações americanas, dentro da discussão teórica, entendemos que o termo está sendo usado de maneira geral e que, para cada processo de independência ocorrido em solo americano, há talvez mais de um grupo que se considere elite ou apenas lideranças locais. Assim, para o caso boliviano, faz-se necessário uma melhor definição de quem faz parte da elite ou de lideranças nos anos da independência e nos primeiros anos da República.

O primeiro grito de independência do que viria a ser a Bolívia moderna aconteceu na cidade de La Plata[27], em 25 de maio de 1809. De acordo com Puente (2011, p. 112), o processo revolucionário por independência foi colocado em marcha por intelectuais crioulos e mestiços e uma grande quantidade de comunidades e lideranças indígenas. Puente observa que estudantes da *Universidad San Francisco Xavier de Chuquisaca* recebiam a influência do pensamento europeu e norte americano, e foram os responsáveis pelos primeiros pronunciamentos formais contra a Coroa espanhola. (PUENTE, 2011, p. 113). Analisando o livro *Recuperando la memoria:una historia crítica de Bolivia* (PUENTE, 2011), observamos que o autor aborda as insurgências nas principais cidades: La Paz, Cochabamba, Trinidad, Santa Cruz e Oruro. Com isso, entendemos que o processo não se deu de maneira homogênea ao longo do território. Segundo Puente (2011, p. 116), em La Paz, haviam diferentes posições na luta pela independência: uma ala radical, uma ala conservadora e uma posição central. A ala radical, conhecida por Junta Tuitiva, possuía um nível de radicalidade que não coincidia com o resto do território e nem com o do continente. Em Cochabamba, o autor cita a heroica defesa da causa independentista por parte das mulheres de Cochabamba. Em Trinidad, Puente destaca a importante participação de lideranças indígenas. Por sua vez, em Santa Cruz, o destaque vai para os crioulos latifundiários, proprietários de terras. Em Oruro, a participação do *Ejército Auxiliar Argentino*[28] e de comunidades e líderes indígenas foi o principal destaque dado por Puente. Além das cidades citadas, Puente fala sobre *Las republiquetas guerrilleras,* que eram as guerrilhas nas áreas rurais. Essas guerrilhas lutavam de forma autônoma devido a sua dispersão geográfica e escassa vinculação entre elas. (PUENTE, 2011, p. 123). Puente cita ainda a participação dos *Doctores de Chuquisaca*, considerados um grupo de oportunistas que, ao mesmo tempo, defendia a Coroa espanhola e se preparava para, no caso da Coroa ser

[27] Atual cidade de Sucre. É a capital do departamento de Chuquisaca.
[28] Formado por oficiais e demais militares argentinos que lutaram pela independência no que viria a ser a Argentina. (PUENTE, 2011, p. 123).

derrotada, assumir outra posição. Eram também conhecidos pela denominação de “duas caras”. (PUENTE, 2011, p. 132).

Passados os anos da independência, a Bolívia entrava no período republicano com a herança do período colonial. A nova República estava a cargo dos latifundiários, aliados às decadentes empresas mineiras; grupos que não se somaram à causa da independência para transformar a velha sociedade, pelo contrário, queriam manter a antiga estrutura. De acordo com Puente (2011, p. 152), é um setor oligárquico e racista, de mentalidade colonial, parasitário do Estado, e desinteressado de tudo que possa levar ao desenvolvimento nacional. Ainda, a maioria indígena segue submetida aos caprichos dessa oligarquia que não consegue desenvolver o país e depende, nos primeiros anos, exclusivamente dos tributos indígenas para a manutenção do Estado.

Navarrete (2008, p. 102-103) afirma que, devido à posição privilegiada que os grupos governantes da maioria dos Estados-nações americanos tinham dentro dos regimes coloniais, procuravam manter e consolidar seus privilégios. Contudo, ele destaca que as elites modernizadoras também se transformaram pelos processos de construção nacional, assim como sua composição e definição identitária.

Em uma Bolívia marcada por profundas divisões baseadas na etnicidade no século XIX, fazia-se necessária a elaboração de um projeto de promoção de unidade nacional e legitimação do Estado recém-independente que atendesse as demandas dos diversos grupos. De acordo com Reily (2008, p. 355), Manuel Isidoro Belzú, presidente constitucional da Bolívia em 1850, “lançou mão do passado colonial e pré-colombiano da Bolívia no esforço de criar uma tradição que promovesse um sentido de identidade nacional baseado na inclusão, não na exclusão”. Reencenando a subida ao topo da montanha Sumaj Urqu, realizada por Simón Bolívar em 1825, assinalando a liberação da Bolívia em relação à Espanha, Belzu apropriou-se de um lugar sagrado para as populações indígenas, um lugar que estava marcado na memória dos habitantes, conseguindo assim um grande apoio. Foi nesse momento que foram instituídos a bandeira, o brasão e o hino no país.

Um decreto de 1854 determinava a presença da bandeira em prédios públicos reforçando a autoridade do Estado. Ainda, segundo Reily (2008), Belzú elaborou todo um conjunto de cerimônias e rituais em torno dos três símbolos oficiais para fortalecer e legitimar o Estado e inculcar maior coesão social entre os grupos que formavam a nação. Para Belzú, essa ideia de igualdade tornava todos os bolivianos “cidadãos” e possibilitava que os indígenas interpretassem e definissem a nação por si mesma, reforçada pelo entendimento de que seu relacionamento com o Estado estava diretamente ligado a suas obrigações fiscais. O

pagamento de tributos ao Estado no entendimento dos indígenas lhes dava o "direito à terra e a reivindicar a plena cidadania" (REILY, 2008, p. 368).

Porém, a elite oligárquica que governava o país não via essa igualdade com bons olhos, pois considerava que a construção nacional era prerrogativa sua. Não aceitavam que alguém de fora de sua classe e, o que era ainda pior, de uma classe inferior tivesse qualquer participação na condução do país. (REILY, 2008, p. 359).

Segundo Reily (2008, p. 362), os indígenas e mestiços eram "não-imaginados" na comunidade nacional imaginada pela elite oligárquica[29]. O projeto de construção nacional desconsiderava as particularidades dos grupos indígenas, sendo que tal processo foi elaborado pelas noções de cidadania e participação política da elite oligárquica. Esse quadro de valorização do indígena nos primeiros tempos de república durou apenas durante o governo de Belzú (1848-1855). O "*Nacionalismo Caudilhista na Bolívia*" (REILY, 2008) teve vida curta. O que se viu no decorrer dos anos posteriores a 1855 foi a hegemonia das oligarquias *terratenientes*[30].

Reily observa ainda a importância dos estudos de Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas* no que diz respeito à expansão das informações através da imprensa, o que proporcionou a fixação de uma massa comum de conhecimento nos Estados americanos em formação. Porém, Reily (2008, p. 361) destaca que na Bolívia, apesar de todos os esforços desencadeados por Belzú através das políticas educacionais, a maioria da população indígena era analfabeta em castelhano, não possibilitando assim compartilhar essa massa comum de conhecimento, o que os deixava de fora do processo de construção nacional.

Puente, apresentando dados do primeiro censo nacional da população boliviana, realizado entre os anos de 1846 e 1850, nos possibilita criticar algumas questões que fazem parte das premissas de Benedict Anderson e também de Reily. O censo, em termos gerais, comprova que a população estava em crescimento, chegando a 1,4 milhões de habitantes. La Paz seguia sendo a maior cidade, com 43 mil habitantes, seguida de Cochabamba com 30 mil. Na área urbana, estaria 11% da população e outros 89% nas áreas rurais, onde viveriam 620 mil pessoas em comunidades indígenas. Umas 400 mil pessoas viviam em *haciendas* e outras 200 mil como agricultores soltos. Do total de habitantes, somente 100 mil pessoas, em torno de 7% da população, eram alfabetizadas em castelhano. (PUENTE, 2011, p. 179-180).

[29] Reily utiliza Anthony Smith para fazer uma crítica a Benedict Anderson e sua interpretação de construção nacional baseada na mídia impressa. Segundo Smith, tem que se dar importância à tradição das canções, danças, objetos rituais, trajes, obras de arte, ou seja, a fontes e meios não escritos que também facilitam a incorporação das classes populares à nação.

[30] Latifundiários.

Dessa forma, pelos dados apresentados, podemos dizer que a maioria dos habitantes não estava apta a ter acesso à imprensa escrita por ser analfabeta na língua; assim, por essa via, não podia desenvolver naquele momento sentimentos comuns por uma nação boliviana. Em outro sentido, apesar de não termos aprofundado nos pormenores dos diversos focos de luta pela independência desencadeados ao longo do território, com as informações expostas por Puente, podemos chegar a mesma conclusão de Eric Van Young: as lutas estavam muito dispersas, não tinham uma organização central que focasse um determinado objetivo comum, não havia um posicionamento homogêneo. Os distúrbios estavam espalhados nas áreas urbanas e rurais. A luta contra a Coroa espanhola se dava com ataques aos representantes locais, pois era a representação do "inimigo" mais próxima. Por isso, pensar em uma articulação nacional coesa em nome de uma Bolívia unida contra a Coroa espanhola com o objetivo de cortar o vínculo colonial não nos parece possível diante das características do "movimento independentista".

Apesar de Reily criticar pontos centrais da tese de Anderson, afirmando que não se enquadram para o caso boliviano de formação do Estado-nação e processo de independência, observamos que ele fala de uma "comunidade nacional imaginada pela elite oligárquica" e de um "projeto de construção nacional". Entendemos que, através da descentralização que caracterizou o processo de independência e da "manutenção" da organização política, social e econômica colonial nos primeiros anos de República, não existia um projeto de construção nacional ou um pensamento homogêneo de mudança.

1.3.5 - Fronteiras

Como se vê na formação dos Estados-nação mundo afora, os termos "território nacional" e "pátria" são utilizados ideologicamente para legitimar e trazer coesão aos países. No entanto, o termo "território" utilizado no sentido de espaço geográfico onde um Estado exerce sua soberania é uma definição muito vaga para um termo que nos parece mais complexo. Souza (2009, p. 59) observa que "o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder", ou seja, o território tem em primeiro lugar uma definição política. Entretanto, as relações de poder em um determinado espaço não separam os demais aspectos do território, o geográfico, o cultural e o econômico. Souza destaca que a "coisificação" do território faz parte do discurso do Estado, a fim de defender o nacional ao externo e de manter a união interna:

> Exercendo sua soberania sobre geralmente vastas extensões de Terra, um Estado-nação se manifesta, político-geograficamente, como um país, [...], com seus recursos e suas riquezas. Exaltar esses recursos e essas riquezas, das jazidas de minérios às belezas naturais, sempre fez parte do discurso legitimatório de qualquer Estado-nação, ao lado da insistência naturalizante sobre a "personalidade própria e indivisível" daquele espaço [...]. (SOUZA, 2009, p. 62).

Portanto, o Estado-nação é uma grande fonte de poder de produção de delimitação geográfica em função de seus interesses.

Mas, o território é muito mais que simples delimitações lineares de espaços geográficos. O território é um espaço onde grupos exercem relações sociais complexas, onde esse espaço é constantemente transformado por essas relações. Assim, o espaço perpassado pelas relações de poder é o espaço vivido pelas experiências individuais e coletivas, ou seja, tem, sobretudo, um caráter humano. Segundo Roncayolo (1986), a identidade dos grupos provém mais da cultura, da produção do espaço através das relações sociais, do que do espaço físico propriamente dito. Pensando, então, no Estado com grande poder de territorializar espaços, em lugares onde o povoamento é mais contínuo, a tendência é que o Estado exerça um domínio mais forte, a fronteira tende para uma "linha ideal". (RONCAYOLO, 1986, p. 281). Porém, nos limites territoriais estabelecidos entre Estados onde supostamente o domínio é mais fraco, não se apagam a multiplicidade das relações entre os dois lados. Conforme Sena, a "produção de espaço não gera necessariamente uma fronteira linear entre Estados, pois participam também dessa política de tomar áreas geográficas para si povos sem Estado, ou com vínculos frouxos com este [...]". (SENA, 2013, p. 115).

A formação das fronteiras das nações americanas colonizadas pela Espanha e por Portugal foi produzida, portanto, pelos novos governos. Todavia, conforme observa Pamplona e Doyle (2008, p. 25), as novas elites governantes se apoderaram da máquina política e administrativa colonial, e, diante disso, a construção das novas fronteiras se deu à "imagem anterior de um território dado". Como já foi dito anteriormente, Bolívia e Paraguai, em seus discursos em relação ao Chaco, se apoderaram de documentação dos tempos coloniais para pleitear a posse sobre o território em disputa.

Sena (2013), destacando a grande influência das discussões de Claude Raffestin sobre "territorialização" e "fronteira", nos atenta para que pensemos que a fronteira não é apenas espacial, ela também é temporal. Sena em sua análise sobre as fronteiras entre Brasil e Bolívia observa que:

> Para a República da Bolívia e para o Império do Brasil, recorrer à antiguidade seria procurar um suposto fundamento superior localizado no passado colonial, como se tivesse acontecido um acordo indissolúvel, unânime e inquestionável entre as antigas metrópoles. Mas além de os antigos tratados nunca terem sido consolidados nas suas demarcações, eram frequentemente anulados depois e, [...]. (SENA, 2013, p. 124).

A mesma análise pode ser utilizada para o caso das fronteiras entre as repúblicas da Bolívia e do Paraguai. Sendo as fronteiras não apenas espaciais, mas também temporais, ou seja, a fronteira é datada, entendemos que as documentações que os dois países utilizavam para defesa de seus territórios não serviam de garantia alguma.

Desse modo, as questões relacionadas à fronteira conforme foi discutido nas linhas anteriores nos permitem pensar com mais segurança os conceitos que serão tratados a seguir: a mestiçagem e a etnogênese. Estes conceitos estão diretamente relacionados à fronteira política e aos espaços vividos por povos que mantém vínculos frouxos com os Estados. (SENA, 2013, p. 115). Ainda, os dois conceitos em questão são determinantes para o entendimento da produção de espaço de povos fronteiriços, de maneira que esses espaços estão constantemente se modificando em função de contatos entre diferentes povos da mesma região e em função do contato com elementos externos.

1.3.6 - Conceitos de mestiçagem e etnogênese

A aproximação mais intensa entre história e antropologia, como observa Almeida (2012, p. 153), se deu a partir das décadas de 1970 e 1980, sendo a história cultural o ponto de encontro entre as duas disciplinas, em que a cultura é pensada em uma perspectiva histórica. Antes disso, as duas disciplinas tinham seus métodos e teorias demarcados em campos específicos de investigação. Os historiadores dedicavam-se às pesquisas empíricas fundamentalmente baseadas em fontes escritas para representar o passado de sociedades

históricas. Os antropólogos, por sua vez, dedicavam seus estudos à cultura de povos considerados primitivos, a-históricos. (ALMEIDA, 2012, p. 152). Novos pressupostos teóricos e conceitos foram elaborados para a análise de contato entre povos cultural e etnicamente distintos. A antiga visão da historiografia na qual povos africanos e indígenas eram vistos como mão de obra e/ou vítimas do sistema, como seres passivos, não mais se sustenta. Na nova perspectiva histórico-antropológica, índios e africanos são vistos como sujeitos ativos nos processos históricos. (ALMEIDA, 2012, p. 151). Assim, o antigo conceito de etno-história baseado no estudo da história de povos sem escrita passa a ter uma nova tendência. Os etno-historiadores devem utilizar as abordagens antropológicas e históricas de maneira integrada, pensando a história culturalmente e a cultura historicamente.

> [...] o historiador procura ler as fontes com um olhar antropológico, buscando os significados das ações dos agentes a partir de suas próprias culturas; e o antropólogo procura compreender as culturas dos povos com um olhar histórico, entendendo-as como resultado de trajetórias e experiências vivenciadas por esses povos ao longo do tempo. (ALMEIDA, 2012, p. 158).

Portanto, como observa Almeida (2012, p. 151), cruzar e articular informações e interpretações produzidas pelas duas disciplinas, analisando sempre o contexto histórico e valorizando a ação dos povos e indivíduos estudados, é o caminho que as abordagens interdisciplinares entre história e antropologia estão seguindo. Nessa nova trajetória proposta, identidades, categorias e classificações étnicas têm sido repensadas. A identidade não é mais vista como fixa, única e imutável.

Para pensar as ações dos povos indígenas das terras baixas do Chaco, utilizaremos autores que trabalham com conceitos que conseguem explicar que as relações de poder não ocorrem apenas em um sentido. Boccara, em *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)* (BOCCARA, 2002), e Ratto, em *Rompecabezas para armar: estudios de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo* (RATTO, 2005), utilizam-se da interdisciplinaridade entre história e antropologia e dos conceitos de etnogênese e mestiçagem para explicar as trocas culturais no contato entre as diferentes culturas. Esses autores fazem

uma releitura da história dos contatos coloniais e pós-coloniais na América[31] a partir das estratégias desenvolvidas pelos próprios indígenas em função de uma nova conceitualização de fronteira, não mais como limite entre civilização e barbárie e sim como um território imaginado de circulação permeável. Essa tendência reinscreve as realidades indígenas em seu contexto, demonstrando as reconfigurações étnicas e as reformulações identitárias; além disso, define a etnogênese e a mestiçagem como conceitos que rompem com a antiga etno-história. Essas reconfigurações étnicas criam novos sujeitos históricos e estão diretamente relacionadas com a hibridação da fronteira. Segundo Boccara (2002, p. 71), é na fronteira que ocorre a mestiçagem, a mescla, que não ocorre de forma aleatória, sem sentido, ocontece por razões de sobrevivência física e social.

Interpretando Boccara, Almeida (2012, p. 164) observa que os processos de etnificação, entendidos como mudanças culturais e identitárias impostas por situações de contato, são analisados em conjunto com os processos de etnogênese, que são os movimentos dos povos indígenas em resposta às variadas situações de contato. Diante disso, são reelaboradas práticas e relações culturais, políticas, econômicas e sociais, construindo novas formas de identificação.

Boccara é um antropólogo francês, trabalha em colaboração com a história na perspectiva apresentada, a fim de edificar um espaço comum entre as disciplinas que desconstroem esquemas dicotômicos tradicionais de entendimento do contato entre espanhóis e povos indígenas. Boccara parte da premissa da globalização, ou seja, da fragmentação das identidades nacionais causadas pelo ocaso do marco mental e político do Estado-nação. Da emergência de novas identidades, de novas configurações socioculturais, o autor estuda a situação dos povos indígenas em outros momentos de sua história, quando a sua pluralidade cultural era negada pela ação homogeneizadora das entidades estatais. Procura demonstrar que os povos indígenas também participaram dos processos históricos:

> […] se trata tanto de devolverle espesor socio-histórico y protagonismo a los sujetos dominados como de mostrar que las realidades americanas, caracterizadas por la multiplicidad de los contactos interétnicos y la construcción permanente de espacios de intermediación, tendieron a

[31] Boccara, para o desenvolvimento desses conceitos, utiliza o estudo de algumas etnias americanas, dentre elas, os Jumanos (Novo México, Texas), os Karankawan (costa central do Texas), os Miskitus (costa centro americana do Caribe) e os Mapuches (centro sul do Chile). (BOCCARA, 2002). Por sua vez, Ratto aplica os conceitos no espaço fronteiriço bonaerense (Buenos Aires) logo após a independência Argentina. (RATTO, 2005).

> imponerse por sobre la rigidez ideológica y administrativa del orden colonial y estatal-nacional. (BOCCARA, 2002, P. 7).

Boccara destaca que essa nova perspectiva está sendo discutida não apenas na América espanhola. Nos Estados Unidos, há uma forte corrente que está também repensando o avanço fronteiriço do "pioneiro branco" e a teoria de Turner[32]. A teoria de Turner foi fundamental para explicar a expansão norte americana para o interior do continente e para construir a identidade desta nação; porém, defende abertamente a relação dominador e dominado, e, por isso, vem sofrendo duras críticas. As críticas se devem justamente porque sua teoria foi construída a partir do etnocentrismo da historiografia que procurava construir os pilares de uma nação imaginada baseada em discursos excludentes. Para Boccara (2002), etnia está na essência da desconstrução desses esquemas explicativos descompromissados e mostra a existência dos diversos grupos distintos e sua autonomia. Segundo Boccara, não podemos mais falar de um "espacio geoétnico amerindio global, ya que los contextos cambian, las estrategias identitarias se transforman y las relaciones de fuerzas se encuentran trastocadas". (BOCCARA, 2002, p. 51). Precisamos lembrar que as classificações fazem parte do funcionamento de todo sistema social que está baseado no princípio legítimo e dominante de visão e de divisão do mundo. Portanto, as categorias utilizadas pelos agentes sociais dominantes estão carregadas de interesses e são afirmadas com se fossem a expressão da realidade através da imposição de sua visão de mundo. (BOCCARA, 2002, p. 52).

Nessa perspectiva, os espaços indígenas foram construídos simbolicamente à semelhança das concepções sociais, políticas e culturais de Estado e nação. Nessa concepção, a noção de fronteira se baseia na distinção entre centro e periferia, espaços conquistados e não conquistados, em que estes são os chamados fronteiriços, zonas habitadas por sociedades desprovidas de uma organização política centralizada. Assim, o processo de aculturação se daria em espaços conquistados através da evangelização, normatização jurídica e política e da exploração econômica, enquanto a resistência se daria nas zonas fronteiriças sob a forma de confronto. (BOCCARA, 2002, p. 49). Conforme Boccara (2002), há uma zona de mestiçagem entre resistência e aculturação dentro da qual se desloca a maioria das populações fronteiriças. Basicamente, os dois conceitos explicativos para os processos de trocas culturais observados nos contatos entre espanhóis e indígenas, a mestiçagem e a etnogênese:

[32] Para Turner, a fronteira, o Grande Oeste, foi responsável pela formação da identidade norte americana. O desenvolvimento social americano vem continuamente se reiniciando na fronteira, o verdadeiro ponto de vista da história desta nação não é a Costa Atlântica, mas sim o Grande Oeste. (TURNER, 2004).

> Al desvincular la noción de etnogénesis de su acepción estrictamente biológica, los estudios recientes pusieron énfasis en las capacidades de adaptación y de creación de las sociedades indígenas y empezaron a considerar la posibilidad de que nuevas configuraciones sociales se dibujaran no sólo a través de los procesos de fisión y fusión sino también vía la incorporación de elementos alógenos y mediante las consecutivas modificaciones en las definiciones del *Self* […]. Por otra parte, se considera desde ahora que los procesos de etnogénesis no pueden ser estudiados sin tomar en cuenta los fenómenos de etnificación y de etnocidio que los acompañan. (BOCCARA, 2002, p. 57).

Ratto discute a relação entre espanhóis e indígenas na mesma perspectiva de Boccara. Faz também uma crítica à teoria de Turner sobre a fronteira norte americana. Destaca que há um consenso historiográfico em definir as regiões fronteiriças como lugares de encontro de culturas. São espaços de multiculturalidade, de elementos culturais das mais diversas origens. (RATTO, 2005, p. 182). Por isso, Ratto fala que a teoria sobre fronteira em Turner está sendo duramente questionada, pois apagou da história a presença indígena durante o avanço para oeste dos Estados Unidos:

> Pero, más allá de este fundamento ideológico, el modelo de frontera turneriano fue duramente criticado poniéndose en duda su validez histórica. Uno de los grandes errores que se le imputaron al modelo fue el de circunscribir el sujeto que protagonizó el avance fronterizo al "pionero blanco" de descendencia europea, lo que borraba del escenario tanto a diferentes minorías que acompañaron el proceso (esclavos, mestizos, mujeres, asiáticos) como a los mismos pueblos nativos con quienes los pioneros debieron encontrarse. (RATTO, 2005, p. 181).

Para Ratto (2005, p. 183), a hibridação da fronteira leva a um complexo processo de intercâmbio cultural, balanço de poder e criação de novas formas sociais.

Fugindo da tradicional estrutura que separava o conquistador espanhol do nativo indígena pelo esquema explicativo de aculturação e resistência, Ratto (2005, p. 182) propõe duas esferas de contato para explicar as trocas culturais em espaços fronteiriços: a

diplomática, que é a relação oficial entre os grupos, e a cotidiana. Em relação à primeira, há uma abundância de fontes documentais para pesquisa, pois havia produção de documentação escrita a respeito, já sobre a segunda há falta de registros dos contatos.

A etnogênese e a mestiçagem são conceitos que conseguem demonstrar as ações das sociedades indígenas nos diversos momentos de sua história de contato com as sociedades ditas civilizadas. A mescla de distintas culturas nos múltiplos processos de mestiçagem não permite explicações simplistas que desconsideravam os indígenas.

Navarrete nos explica que o conceito de etnogênese é importante para entender as diferenças emergentes. Trata-se da "inesgotável capacidade que grupos sociais tiveram, e tem, para redefinir suas identidades e suas diferenças em meio à complexa interação com outros grupos e com os Estados, e as estratégias de resistência e reação a fatores externos e internos". (NAVARRETE, 2008, p. 94). Com esse conceito, é possível compreender que alguns grupos considerados passivos nos processos de construção nacional, na realidade, desenvolveram complexas estratégias para reagir, resistir, negociar e também participar e se beneficiar na medida do possível. Boccara (1999, p. 51) explica que durante o sistema colonial os indígenas utilizaram as missões e outras instituições de controle em benefício próprio, manejaram em seu favor os antagonismos que existiam entre os distintos atores imperialistas ou coloniais e foram criando espaços de intermediação e negociação. Trata-se de contrariar os efeitos das políticas de controle. Assim, a luta armada não foi o único modo de resistência dos indígenas, optaram por outras estratégias como fugas para outras regiões, provocando o nascimento de novas formações sociais. Outros se valeram das vias legais ou judiciais do sistema para fazer valer seus direitos.

Entretanto, para entender melhor esse conceito, Navarrete faz uma distinção entre identidade étnica e o que ela chama de "categoria étnica". Os sistemas mais amplos de dominação política, econômica e social, e de interaçõs interétnicas, dão sentido histórico e função social às "categorias étnicas". Estas são definidas exteriormente aos grupos, geralmente pelas relações de exploração econômica e de classe. Já a identidade étnica, também em interação com os sistemas de dominação, é definida no interior dos grupos. (NAVARRETE, 2008, p. 99). Segundo Ratto (2005, p. 183), a etnificação é a construção das diferenças por partes dos agentes estatais para poder impor sua legitimidade e dominação. Dessa maneira, identidade étnica e "categoria étnica" estão diretamente relacionadas ao conceito de etnogênese, pois, à medida que grupos participam, negociam, resistem, rebelam-se diante dos diversos processos, ao mesmo tempo constróem e inventam novas identidades, modificam as que haviam herdado historicamente adaptando-as às novas circunstâncias.

Portanto, de acordo com Navarrete (2008, p. 99), as identidades étnicas são construções históricas únicas, produtos de contextos e lutas particulares. Ele destaca, ainda, que historicamente "categoria étnica" e identidade étnica tiveram uma convivência complexa, repleta de contradições e conflitos, mas também de coincidências e negociações. (NAVARRETE, 2008, p. 100). Essa relação torna-se mais complexa nas regiões de fronteira. Boccara (1999, p. 43-44) explica que, se nenhuma cultura existe em estado puro, idêntica a si mesma desde sempre, tal fato conduz à reflexão sobre as modalidades de contato e sobre os mecanismos de diferenciação e de elaboração das identidades. Para Boccara (1999 apud Cuche, 1996), o processo que experimenta cada cultura em situação de contato cultural, de desestruturação e reestruturação, é na realidade o mesmo princípio de evolução de qualquer sistema cultural. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. Nesse sentido que Boccara e Ratto pensam a fronteira como um espaço de mestiçagem e etnogênese, espaço chamado de *Midle Ground*. O conceito é utilizado para interpretar a fronteira como um espaço que engloba um complexo processo de intercâmbio cultural, balanço de poder e criação de novas formas sociais. Nesse espaço, a noção fundamental que guia a convivência cotidiana é a persuasão: um grupo tentando persuadir o outro, apelando ao que percebe como valores e práticas do segundo. (RATTO, 2005, p. 183).

Como propõe Almeida (2002, p. 165-166), utilizando-se da perspectiva histórico-antropológica, é preciso historicizar as categorias étnicas, identidades étnicas e os processos de mestiçagem e etnogênese, de maneira a dar significados específicos conforme as situações, os tempos e os grupos estudados. Através da historicização, pode-se ver as identidades como construções fluidas, múltiplas e cambiáveis, que se alteram ao longo das experiências de contato. Portanto, como veremos no próximo capítulo, algumas narrativas históricas do conflito ocultam a presença indígena na guerra de modo que não é possível visualizarmos esses processos, pois as experiências de contato não são expostas nessas interpretações.

CAPÍTULO 2 - A GUERRA E O APAGAMENTO DOS INDÍGENAS

A Bolívia, entre o final do século XIX e início do XX, esteve envolvida em três conflitos internacionais: a guerra do Pacífico, a guerra do Acre e a guerra do Chaco. Todos esses conflitos se deram em função de discussões sobre fronteiras territoriais. A mais devastadora foi, sem dúvida, a guerra do Chaco, que deixou profundas cicatrizes na sociedade boliviana, devido a mais uma derrota sofrida pelo país e pelo número de vidas que se perderam. Mas, as marcas não se deram apenas pela quantidade de mortos. A Bolívia sofreu profundas mudanças em relação a sua identidade como nação porque o conflito foi um marco para a formação da consciência nacional e do sentimento de pertencimento no país. Uma vida nacional coletiva nunca fez parte da sociedade boliviana até os anos posteriores a 1935. A história colonial e republicana, até então, foi marcada pela exclusão das populações indígenas por meio de uma política racial desenvolvida pelo Estado. Os reflexos desse modelo estatal podem ser observados com a guerra, pois, mais uma vez, o Estado necessita do apoio dos indígenas em função dos interesses nacionais.

2.1 - Características Territoriais do Chaco: "um lugar despovoado"

Parte da historiografia que escreve sobre o conflito ocultando o indígena apresenta o território chaquenho como um lugar despovoado, deserto, vazio, de um meio ambiente hostil e de uma natureza selvagem e perigosa.

Segundo Quijada (1999, p. 675-676), assim como a Patagônia e os pampas, a zona do Chaco é uma região que não foi ocupada pelas autoridades republicanas até os últimos anos do século XIX e início do XX. Tal expansão se produziu a partir de um espisódio conhecido como a "campanha do deserto", que implicou o avanço militar da população crioula sobre as tribos indígenas que mantinham sua independência.

A região em disputa é descrita por Puente (2011) como um triângulo formado pelos rios Parapetí (norte), Pilcomayo (oeste) e Paraguai (leste). Carlos Mesa apresenta o Chaco como sendo uma região com aproximadamente 290.000 km² a uma altitude de 225 m sobre o nível do mar. A região é formada por grandes extensões planas cobertas de vegetação herbácea e espinhosa, com solo muito arenoso e seco. O autor afirma, ainda, que nos anos do conflito o Chaco "contaba con una población total de no más de 70.000 almas [...]". (MESA, 2008, p. 456).

Segundo Carvalho (1958, p. 23, 30), no Chaco, as chuvas são poucas e a escassez de água caracteriza o território. Duas estações distintas definem o clima, uma longa estação seca e uma estação chuvosa, que começa em novembro ou dezembro e termina em abril ou março.

A chuva em contato com o terreno arenoso produz uma lama espessa no solo. Devido à longa duração da estiagem, encontrar fontes de água é algo difícil. Os pequenos rios que se formam durante as chuvas quase todos deixam de fluir, os lagos são pequenos e escassos. Ao longo da margem do rio Paraguai, predominam os bosques cerrados; no limite ocidental do Chaco, onde a superfície começa a se elevar em direção aos Andes, as precipitações estão mais bem distribuídas através do ano. A vida silvestre não é muito diversa, existem muitos jaguares, lagartixas e iguanas, e também muitas serpentes venenosas como a cascavel. Nas palavras de Carvalho:

> A maior parte do Chaco permanece, por isso, em estado desértico, abandonada a tribos indígenas, apegadas à região que habitam e difíceis de submeter. O número de seus componentes é pequeno, admitindo-se que não ultrapassará cinqüenta mil, na área total do Chaco, situada ao sul da linha Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, havendo todavia índios bravos, ferozes, na região ao Norte do Pilcomaio. (CARVALHO, 1958, p. 26).

Chiavenato (1980, p. 86) também considera que o Chaco é lugar deserto e pouco útil. O autor descreve o Chaco como sendo uma região árida, quase um deserto, possuindo pântanos próximos ao rio Paraguai. O autor afirma que "apesar de ser quase um deserto [...] esparsamente habitado, pobre e sem atrativos, o colonialismo espanhol ignorou o Chaco e, por isso, não se definiram claramente suas fronteiras" (CHIAVENATO, 1980, p. 86).

Em um pequeno trecho publicado no periódico *El Oriente*, em 24 de março de 1934, George Larden descreve sua visão da região através de uma viagem realizada ao local do conflito:

> Hace algún tiempo se me presentó ocasión de visitar los campos de batalla del Gran Chaco. Imagínese el lector en un matorral selvático lo habitado, vastísimo e llano, que se extiende en todas las direcciones por cientos de millas. Tan espesa es la maraña de matas y arbustos, y tan matrelazadas se hallan las ramas de esos árboles […]. (LARDEN, *El Oriente*, 1934, p. 1).

Apesar de George Larden destacar (em uma pequena nota no início do trecho citado acima) que a luta na região é sem precedentes devido às características da região, podemos ver em sua fala, como vemos nos autores citados, que há uma imagem negativa do Chaco que se reforça mesmo através da população.

Granier (2004), nas anotações de seu diário sobre a campanha do Chaco, constantemente fala das dificuldades encontradas em relação ao ambiente da região. O autor descreve que durante a época de chuvas é praticamente impossível se locomover, por conta da grande quantidade de lama que se forma, e que durante a época mais seca a falta de água e o sol escaldante dificultam também a locomoção das tropas.

Segundo Zook (1962, p. 21), a região do Chaco tem extensas e altas pastagens e pequenos bosques, sendo a população formada por pequenos grupos em rancho de barro. Os grupos tinham nomes atrativos.

Portanto, considerar o Chaco como um lugar despovoado é algo unânime nessa historiografia que oculta o indígena, além de fazer parte do discurso de mobilização do Estado em relação ao conflito.

Quijada (2000, p. 200) afirma que essa conceitualização que faz alusão à ideia de "vazio, deserto" tem três conotações complementares: a primeira, da perspectiva da construção do Estado, era referência a grandes espaços onde não chegava a capacidade centralizadora de poder; a segunda, o termo aludia à visão de um território desabitado, com uma densidade de população inexistente ou indigna de alguma denominação; a terceira, um espaço "bárbaro" que gerava barbárie.

Caracterizar o Chaco dessa maneira faz parte de um sistema de representação produzido com base num discurso de mobilização que procurava incorporar esse espaço à sociedade boliviana. (CAPDEVILA, 2010, p. 11 – 32). Segundo Capdevila (2010, p. 16, 17), tratando a região do Chaco como um "deserto", dissemina-se a ideia de ocupar, colonizar e civilizar, sendo que a essas três ações estão articuladas com a ideia de que o território chaquenho é um pedaço da pátria. Ainda, a ideia de "deserto" estava ligada a territórios por se colonizar, não significando que estavam vazios, apenas não estavam habitados pelo Estado, estavam habitados por índios.

O termo *tierra adentro* utilizado por Capdevila significa o espaço indígena localizado mais além da fronteira, distante da presença do Estado. Nesse sentido, se um lugar não tivesse a presença da cultura ocidental, consequentemente, era considerado não civilizado.

Capdevila afirma que ocupar o Chaco era uma prioridade para os dois Estados. Tratava-se de concretizar a presença do Estado, pois, pela representação do lugar, se entende

que já estava habitado. A ocupação se deu de maneira diferente pelo Estado boliviano em relação ao Paraguai. A Bolívia fez a ocupação através do exército, primeiramente, com expedições de exploração do território e, posteriormente, com o estabelecimento de fortes. Por sua vez, o Paraguai, inicialmente, ocupou com soldados que mais tarde foram transformados em colonos através de uma lei que, além disso, atribuía parcela de terras aos que ocuparam o lugar. (CAPDEVILA, 2010, p. 22 – 23).

No sentido de colonizar, Capdevila observa que era uma antiga vontade das autoridades e que é um processo que se concretiza após a ocupação. A colonização do Chaco também apresentou diferenças entre os dois Estados. No Paraguai, "[…] la colonización iba junto con la inmigración y la explotación de los recursos por los migrantes, los grandes terratenientes y las compañías forestales de la orilla derecha del Paraguay". (CAPDEVILA, 2010, p. 24). Na Bolívia, a colonização dependia do ministério da guerra e colonização. (CAPDEVILA, 2010 apud GARCÍA JORDÁN, 2006, p. 74).

Quando fala sobre civilizar, Luc Capdevila destaca que o termo também é parte do discurso de mobilização. Novamente, há diferenças entre Paraguai e Bolívia. No Paraguai, essa tarefa estava confiada aos colonos, empresários e às missões salesianas. Na Bolívia, já desde 1840, missões fransiscanas tinham sido solicitadas pelo Estado a cristianizar os indígenas, os guaranis principalmente.

2.2 - A guerra na visão da historiografia que oculta os indígenas

As discussões diplomáticas entre Bolívia e Paraguai no período anterior ao conflito apenas serviram para acelerar o início das hostilidades. A década de 20 foi caracterizada por intensas discussões sobre os limites territoriais e pela instalação de fortes de ambos os países. Em 5 de dezembro de 1928, ocorreu o primeiro atrito real entre militares dos dois exércitos. Segundo a historiografia "de viés nacionalista" boliviana, o forte Vanguardia, que era defendido por 25 homens, foi atacado por forças paraguaias:

> "Fuerzas regulares del Paraguay, en número de 300, atacaron sorpresivamente el fortín boliviano Vanguardia, compuesto de una guarnición diminuta de 25 hombres. Hay numerosas bajas y oficiales y soldados prisioneros". (QUEREJAZU, 1998, p. 10).

Em represália, militares destacados em Roboré atacaram e conquistaram o forte paraguaio Boquerón. Segundo Querejazu (1998, p. 10), a ordem do governo boliviano era para que o forte Vanguardia fosse retomado por esses militares, porém, como não conseguiram chegar à região devido ao acesso estar inundado pelas fortes chuvas, mudaram o foco para Boquerón.

Nesse momento, inicia-se uma movimentação internacional para evitar o conflito. A Liga das Nações intervém solicitando a criação de uma comissão panamericana para mediar a situação. É criada a Comissão de Neutros, formada pela Colômbia, Cuba, Estados Unidos, México e Uruguai. A Comissão consegue mediar inicialmente o conflito, fazendo com que a Bolívia devolvesse o forte Boquerón ao Paraguai e este abandonasse Vanguardia. No entanto, a situação dos limites ainda não estava definida e a iminência de novos atritos era latente.

Como já foi dito anteriormente, com Daniel Salamanca à frente do governo boliviano a partir de 1931, a questão do Chaco se torna prioridade para a Bolívia. Salamanca era partidário de que a questão territorial do Chaco fosse resolvida nas armas. Como descreve Querejazu: "Respecto al Chaco, Salamanca había sido partidario que se buscase la reafirmación de los derechos territoriales de Bolivia mediante una política enérgica y aun por medio de la fuerza como último recurso". (QUEREJAZU, 1998, p. 15). Contudo, Salamanca assumia uma Bolívia afundada em uma crise econômica que havia se agravado com os problemas econômicos mundiais de 1929 e deixou-lhe de mãos atadas para iniciar alguma ação mais agressiva no Chaco. Todavia, Salamanca, em agosto de 1931, pediu a colaboração de Simon Patiño[33], magnata da indústria mineira na Bolívia. Segundo Querejazu (1998), Salamanca teria dito que a necessidade financeira não seria para começar um ataque ao Paraguai, mas, para "la rápida y efectiva ocupación de las regiones todavía desiertas del fondo del Chaco, con objeto de incorporarlas a nuestra soberanía […], asentar el dominio boliviano en ese territorio". (QUEREJAZU, 1998, p. 16). Com o empréstimo conseguido de Patiño, o governo pôde financiar o avanço do exército. Foram fundados mais fortes na região central do Chaco, Aroma, Florida, Picuiba e Baptista ao norte, Fernández, Loa, Bolívar e Camacho ao sul. Com o número de fortes aumentando, a quantidade de militares foi crescendo também. O plano de ocupação boliviano foi se tornando realidade.

O exército descobre, então, no Chaco central, uma lagoa com algumas construções de barro em uma de suas margens. A descoberta se deu com as tropas do Capitão Víctor Ustárez.

[33] Zavaleta Mercado afirma que Patiño era burguês, um dos barões do estanho. "[…] siendo burgués hasta el fondo de su alma, era capitalista en forma, pero no nacional. […] era como la personificación del capital […]". (MERCADO, p. 169, 171).

(QUEREJAZU, 1998, p. 17). A notícia da descoberta de água no que eles chamavam de deserto provocou grande entusiasmo entre o alto comando boliviano, que, por sua vez, tratou logo de avisar o governo da grande descoberta. Os bolivianos a chamaram de *laguna Chuquisaca*. Salamanca ordena que seja cautelosamente ocupada as margens da lagoa, pois seria de suma importância para o caso de uma guerra com o Paraguai. Porém, ao cumprir a ordem, o exército entra em conflito com soldados paraguaios que faziam a guarda das construções às margens da lagoa. No conflito, morreram dois soldados paraguaios:

> Al enterarse del incidente, Salamanca ordena el retiro inmediato de las tropas bolivianas, pero el Estado Mayor ejerce presión sobre el Presidente, que acaba cediendo pensando que si el destacamento boliviano está en la orilla occidental y el fortín paraguayo en la oriental, tal vez se podría llegar a un acuerdo para que dicha laguna sirviese de límite entre Bolivia y Paraguay. (PUENTE, 2011, p. 385).

De acordo com Querejazu (1998, p. 30), a lagoa havia sido descoberta um ano antes por exploradores do exército paraguaio que a batizaram de *laguna Pitiantuta* e construíram habitações precárias, a que deram o nome de forte Carlos Antonio López. Zook (1962, p. 92) afirma que depois de ter realizado expedições na região, em março de 1931, o Paraguai fundou o forte no final deste mesmo ano. A resposta paraguaia veio em julho de 1932 em um longo combate no qual os paraguaios recuperaram o forte e o controle da lagoa. As tropas bolivianas mudaram o foco no sentido dos fortes Corrales, Toledo e Boquerón e tomaram esses três fortes paraguaios. Nesse momento, a Comissão de Neutros tentava travar o conflito, porém, sem sucesso. As mútuas agressões levaram os dois países à guerra.

Os dois exércitos começam a colocar maior quantidade de militares no Chaco. O Paraguai conseguiu colocar mais homens devido à facilidade de locomoção, já que Assunção estava relativamente próxima da região do conflito. Puente aponta a dificuldade que o exército boliviano encontrava em mandar homens em grande quantidade para a região: "El ingreso al Chaco del resto del ejército resulta difícil debido a las enormes distancias, la falta de medios de transporte y escasez de recursos alimenticios". (PUENTE, 2011, p. 387).

Em início de setembro de 1932, inicia-se a mais longa batalha da guerra, a batalha de Boquerón. Recebendo ordens do presidente Eusebio Ayala para resgatar Boquerón, o

comandante do exército paraguaio General José Félix Estigarribia comanda pessoalmente o ataque para reconquistar o forte perdido para os bolivianos. Assim descreve Granier em seu diário no dia 29 de setembro de 1932:

> En Boquerón se combate desde el día 9 de setiembre. El Cnl. Marzana, comandante del destacamento a cuyo cargo está la defensa, ha recibido orden de resistir a todo trance y no abandonar el reducto. […] La guarnición que defiende Boquerón es reducida, precaria y problemática la ayuda que pueda recibir, lo que hace presumir su caída más tarde o más temprano, salvo que logre salir del reducto para unirse con las tropas que van en su auxilio. Se pierden sin embargo las esperanzas de que resista al adversario que dispone de mayor número de soldados y potencia de fuego. (GRANIER, 2004, p. 35).

De acordo com Querejazu (1998), o comandante do exército paraguaio Gal. Estigarribia fez seus estudos militares no Chile e na França. A sua estratégia na retomada de Boquerón foi cortar as comunicações inimigas, deixando os combatentes sem recursos para se defender por muito tempo. Em 29 de setembro, Boquerón cai diante dos paraguaios. O Tenente Coronel Marzana é feito prisioneiro juntamente com vários soldados. As tropas paraguaias estranharam o pequeno número de soldados bolivianos que defendiam o forte, "apenas 20 oficiales y 446 soldados, en el último extremo de miseria humana. Por todas partes cadáveres y escombros". (QUEREJAZU, 1998, p. 43). Carlos Mesa afirma que em Boquerón o exército da Bolívia escreveu uma das páginas mais brilhantes de sua história. A resistência durante 20 dias aos ataques paraguaios, em uma relação de 10 para 1 combatentes, demonstrou um heroísmo admirável por parte dos bolivianos. "Marzana es quizás el mayor héroe boliviano de la guerra del Chaco, él simboliza al medio millar de bolivianos que defendieron, muchos de ellos con su vida, el fortín Boquerón". (MESA, 2008, p. 459). De acordo com Zook (1962, p. 146), a batalha de Boquerón foi a primeira batalha decisiva da guerra. Deixou os paraguaios em grande vantagem psicológica e os bolivianos com a moral destroçada.

Após a derrota em Boquerón, o Presidente Daniel Salamanca destituiu o chefe do Estado Maior Gal. Osorio e designou para seu lugar o Gal. Lanza. De acordo com Puente (2011, p. 389), a opinião pública boliviana pedia que o cargo fosse dado ao Gal. Hans Kundt, militar alemão que foi o estruturador do exército boliviano nas décadas de 1910 e 1920. Hans

Kundt possuía cidadania boliviana, porém, estava na Alemanha nesse momento. Para os oficiais bolivianos que estavam dirigindo a campanha no Chaco, a nomeação do Gal. Lanza não foi aceita com bons olhos. A crise entre o comando militar e o presidente Salamanca se agrava a cada dia. Os oficiais acusavam o mandatário da nação de precipitar o conflito a fim de atender seus interesses políticos. Os chefes militares "no simpatizaban con el general Lanza y resentían también la intromisión del Presidente de la República en cuestiones de carácter militar". (QUEREJAZU, 1998, p. 46). Granier também faz apontamentos em seu diário (29 de setembro de 1932) sobre a crise no âmbito militar em relação à nomeação do Gal. Lanza e dos clamores urbanos pela volta do Gal. Kundt: "Cayó Boquerón [...] manifestaciones callejeras, frente al Palacio Quemado, dejan oír gritos de *Que venga Kundt*. [...] El Presidente Salamanca ha nombrado nuevos ministros. Quiere decir que la política interna no anda bien". (GRANIER, 2004, p. 36, 42).

As tropas bolivianas, no final do ano de 1932, se concentravam em defender os fortes Arce e Alihuatá, os dois mais importantes fortes bolivianos devido sua estrutura e proximidade com fontes de água. Entretanto, a moral da tropa não estava boa devido à derrota de Boquerón e não conseguiram resistir, deslocando-se para o forte Saavedra e Muñoz. A sequência de derrotas leva o Presidente a chamar o Gal. Kundt para dirigir o exército boliviano na tentativa de uma reação: "El ejército boliviano que combatía en el Chaco era obra de Hans Kundt". (QUEREJAZU, 1998, p. 53). Hans Kundt estava retornando à Bolívia, aos 63 anos de idade, para conduzir o exército à vitória. Zook escreve que se acreditava que Kundt era capaz de reverter o curso da guerra e levar a Bolívia à vitória. Salamanca acreditava que Kundt poderia conduzir à vitória de forma rápida, portanto, apostava em um desfecho rápido e econômico. (ZOOK, 1962, p. 183). Todavia, Kundt não tinha apreço com os chefes militares bolivianos e preferia comandar sozinho. Nos primeiros dias de janeiro de 1933, o exército boliviano, sob o comando de Hans Kundt, consegue retomar o forte Alihuatá. A próxima ação seria tentar conquistar Nanawa e, posteriormente, alcançar o rio Paraguai. Segundo Puente, o Gal. Estigarribia se antecipou às ações de Kundt e fortaleceu as suas tropas em Nanawa, preocupado com esse forte por ser um dos mais importantes para o Paraguai. Uma tomada desse forte por parte dos bolivianos ameaçaria a região de Concepción, segunda cidade do país:

> El 4 de julio de 1933 las tropas bolivianas inician el segundo ataque a Nanawa, pero fracasan porque lo encuentran bien organizado. La derrota del

> ejército boliviano ofrece al ejército paraguayo la posibilidad de una maniobra envolvente, y las tropas bolivianas que quedan no tienen otra alternativa que retornar a sus trincheras en Gondra. (PUENTE, 2011, p. 392).

Nos primeiros dias de dezembro de 1933, as tropas paraguaias desfecham um pesado ataque a Alihuatá, praticamente aniquilando a defesa boliviana deste forte. Muitos soldados foram feitos prisioneiros. De acordo com Querejazu (1998, p. 99), a resistência perante as tropas paraguaias seria inútil, portanto, os oficiais que comandavam o forte preferiram a rendição e entregaram todo o efetivo de suas divisões em troca do cumprimento das leis de guerra. A derrota de Alihuatá custou a Kundt o cargo de comandante do exército, foi substituído pelo Coronel Enrique Peñarada. Hans Kundt retornaria para a Alemanha logo após o ocorrido e nunca mais voltaria à Bolívia.

Estigarribia, após a vitória e reconquista de Alihuatá, organizou suas tropas com intenção de conquistar o forte Ballivián localizado às margens do rio Pilcomayo. Sua estratégia era tomar Cañada Strongest e posteriormente Ballivián: "Cuando el ejército boliviano retrocede hasta el fortín Ballivián y Cañada Strongest, el general Estigarribia lo considera presa fácil". (PUENTE, 2011, p. 399). O rio Pilcomayo era a fronteira Boliviana com a Argentina, assim, as tropas bolivianas não tinham como avançar através deste ponto, a única saída para uma possível retirada de Ballivián seria recuar até Villamontes. A Bolívia consegue deter as forças paraguaias em Cañada Strongest. Derrotado nessa batalha, o Paraguai continua com seu plano de tomar Ballivián. Em Julio de 1934, as forças paraguaias tentam furar a defesa de Ballivián que, por sua vez, é defendida por longos dias. Puente (2011) destaca que o Presidente Salamanca ordena ao comando do exército não abandonar Ballivián, porém, o Cel. Peñarada considerava perigoso manter a maior parte do exército em uma tarefa puramente defensiva. Para Peñarada, um outro corpo de militares devia avançar de Roboré e Puerto Suarez, via Bahia Negra, para alcançar algum ponto do rio Paraguai ou avançar pela lagoa Chuquisaca até Puerto Casado onde seria possível cortar as comunicações paraguaias. Preocupado com avanço paraguaio nas proximidades de Villamontes, Salamanca adverte o comando do exército da terrível ameaça. O comando do exército, por sua vez, não cumpre a ordem do Presidente de organizar uma defesa na região de Villamontes. Em uma citação de uma mensagem enviada ao comando militar, podemos ver o sentimento de Salamanca com a desobediência de sua ordem:

> Exasperado por el incumplimiento de sus órdenes, manda al Comando superior el siguiente mensaje: “Hago saber a ustedes que el pueblo ya no tiene confianza en la pericia del Comando”. Peñarada y los demás jefes le responden: “Respecto a la opinión del pueblo no debe usted preocuparse, porque aquí en la línea también se piensa lo mismo de su Gobierno y no por ello nos preocupamos”. […] O hay un cambio total del Comando o cae el Gobierno. (PUENTE, 2011, p. 402).

Em agosto de 1934, o Gal. Estigarribia a mando do Presidente paraguaio organiza novamente outro ataque a fim de tomar Ballivián, fato que se concretiza em novembro desse mesmo ano. Segundo Zook (1962, p. 287), o Gal. Estigarribia estava seguro de que a movimentação de suas tropas para Ballivián esmagaria o inimigo e daria aos paraguaios maior liberdade para avançar sobre a região de Villa Montes. A situação boliviana torna-se muito crítica, levando Salamanca que estava em Villamontes a decretar a substituição do Cel. Peñarada pelo Gal. Lanza. Porém, o comando não aceita e desencadeia um golpe de Estado derrubando Salamanca. O Major Germán Busch se encarrega dos detalhes do golpe. “Con tropas de un grupo de artillería, apostan dos cañones en la residencia donde se encuentra el Presidente en Villamontes. Salamanca se entrega preso sin hacer resistencia”. (PUENTE, 2011, p. 403). O vice-presidente Tejada Sorzano assume a presidência do país.

O avanço paraguaio em direção a Villamontes continua ao final do ano de 1934. Uma das primeiras ações do Presidente Sorzano foi decretar a mobilização de todos bolivianos aptos a manejar um fuzil. A defesa da região próxima a Villamontes repele as tropas paraguaias que agora se movimentam em direção à Charagua com força total, derrotando facilmente a defesa desse forte e se aproximando de Santa Cruz de La Sierra. “La caída de Charagua pone en peligro a Santa Cruz, primera población boliviana importante que se ve amenazada por la guerra”. (PUENTE, 2011, p. 406). O exército boliviano, em início de 1935, se reorganiza e impõe uma forte defesa da região de Villamontes, retomando Charagua. As tropas paraguaias batem em retirada depois que Estigarribia conclui que não seria mais possível impor uma derrota a Bolívia em Villamontes. Segundo Carlos Mesa (2008, p. 462), em 23 de fevereiro, depois de ter perdido milhares de homens tentando tomar Villamontes, Estigarribia se deu conta que a ofensiva havia fracassado e, portanto, decide recuar até Ballivián. A partir de abril de 1935, a Bolívia organiza uma contra ofensiva novamente em

direção à região central do Chaco, todavia, a ofensiva não se concretiza devido à intensificação do processo de paz liderado pela Comissão de Neutros. Às 12 horas do dia 14 de junho de 1935, são suspendidas as hostilidades no Chaco, pondo fim ao conflito que durara três longos anos.

Toda a narrativa da guerra vista nas páginas iniciais deste capítulo demonstra a maneira que a historiografia que oculta a participação indígena conta a história do conflito. A principal preocupação está em falar das importantes batalhas travadas em um ambiente "deserto", onde ganham destaque os grandes personagens políticos e militares envolvidos no conflito. Os presidentes, generais, coronéis e tenentes, são os nomes a serem lembrados como heróis ou como vilões. As pátrias em disputa são exaltadas nas entrelinhas pelo nacionalismo. Portanto, esse modelo de narrativa suprime a presença indígena no conflito.

Como observa Almeida (2012, p. 159), registros escritos sobre grupos marginalizados e, sobretudo, sobre povos ágrafos são lacunares e filtrados por concepções etnocêntricas, preconceituosas e equivocadas. Apontamentos desse tipo devem ser, portanto, problematizados. Suas entrelinhas devem ser analisadas de maneira a questionar afirmativas, identificar contradições, colocar em cheque algumas questões dos registros. Assim, o objetivo principal deste capítulo é realizar alguns questionamentos a essas narrativas sobre a guerra, procurando demonstrar a ocultação dos povos indígenas nos registros.

Analisando com cuidado essas obras, conseguimos extrair pequenas palavras que podem identificar um ou outro soldado combatente e/ou povos do Chaco por onde os dois exércitos passaram. Portanto, essa historiografia apaga da história do país esses homens, pois são indesejados para a nação:

> La invisibilidad de los indígenas en la representación pública de la guerra tiene fundamentalmente que ver con la imposibilidad de nombrar y de identificar los actores no-nacionales en el marco de un dispositivo que piensa y hace la guerra en nombre de la nación. (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD, 2010, p. 51).

Entretanto, as informações das principais batalhas e da logística desenvolvida pelos exércitos para poder concretizar suas ações são úteis porque nos permite ter informações de toda a movimentação dos militares pelo ambiente do Chaco. Utilizando um mapa do Chaco

(Fig. 03), traçamos a movimentação de bolivianos e paraguaios pelos mais diversos fortes, baseado nos relatos narrados pela historiografia que oculta a participação indígena. Essa informação nos permite identificar onde ocorreram com mais intensidade as batalhas. De posse disso, podemos analisar o mapa étnico do Chaco (Fig. 04) e verificar como o mundo indígena da região teve sua dinâmica afetada pela guerra.

2.3 - Quem eram os soldados que lutaram no Chaco?

A historiografia que suprime o indígena discorre páginas e mais páginas falando da guerra, do contexto político, das questões diplomáticas envolvidas, do processo de paz. Poucas linhas são utilizadas para descrever quem são os militares que combateram no Chaco diretamente nas linhas de frente, principalmente em relação aos soldados, já que em se tratando dos oficiais a identificação parece mais fácil de ser percebida.

Todavia, quem eram os soldados? Eles são constantemente citados, mas apenas como soldados, não é possível saber quem são. São "brancos", mestiços ou indígenas? E os habitantes locais, os indígenas das terras baixas, qual a situação deles durante o conflito? Eram eles *hombres transparentes*[34]*?*

Segundo Klein (2002, p. 195), a classe dos oficiais do exército faz parte da classe média urbana boliviana, classe esta composta ainda por professores, comerciantes e artesãos. Carlos Mesa (2008), no livro *Historia de Bolivia*, dedica um capítulo com treze páginas à guerra do Chaco. Ao longo do capítulo, Carlos Mesa cita o nome de diversos oficiais que serviram nas fileiras do exército, em alguns casos, dependendo da importância do militar na guerra, muitas informações a seu respeito são disponibilizadas. Porém, em se tratando de soldados, apenas três linhas nos dão informações de quem foram os soldados em combate: "La falta de agua fue el enemigo número uno del ejército, integrado mayoritariamente por soldados quechuas y aimaras, acostumbrados a la montaña, temperaturas baias y espacios abiertos". (MESA, 2008, p. 456).

[34] *Los hombres transparentes* é um termo utilizado por Capdevila, Combès, Richard e Barbosa (2010) em *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935),* livro que utilizamos como fonte. Em nosso entendimento, o termo é utilizado como crítica a autores e historiografia que ocultam a presença indígena na guerra.

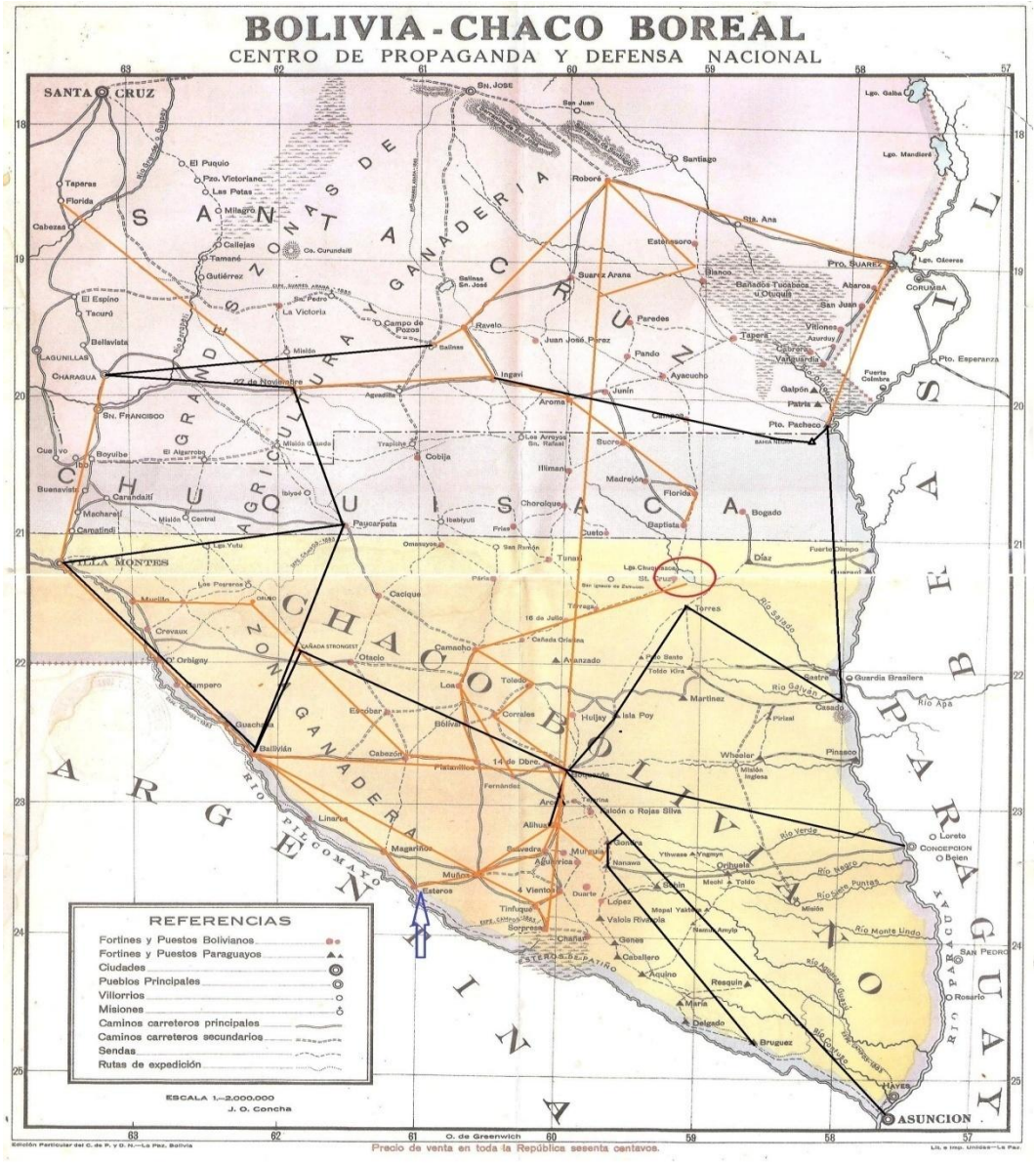
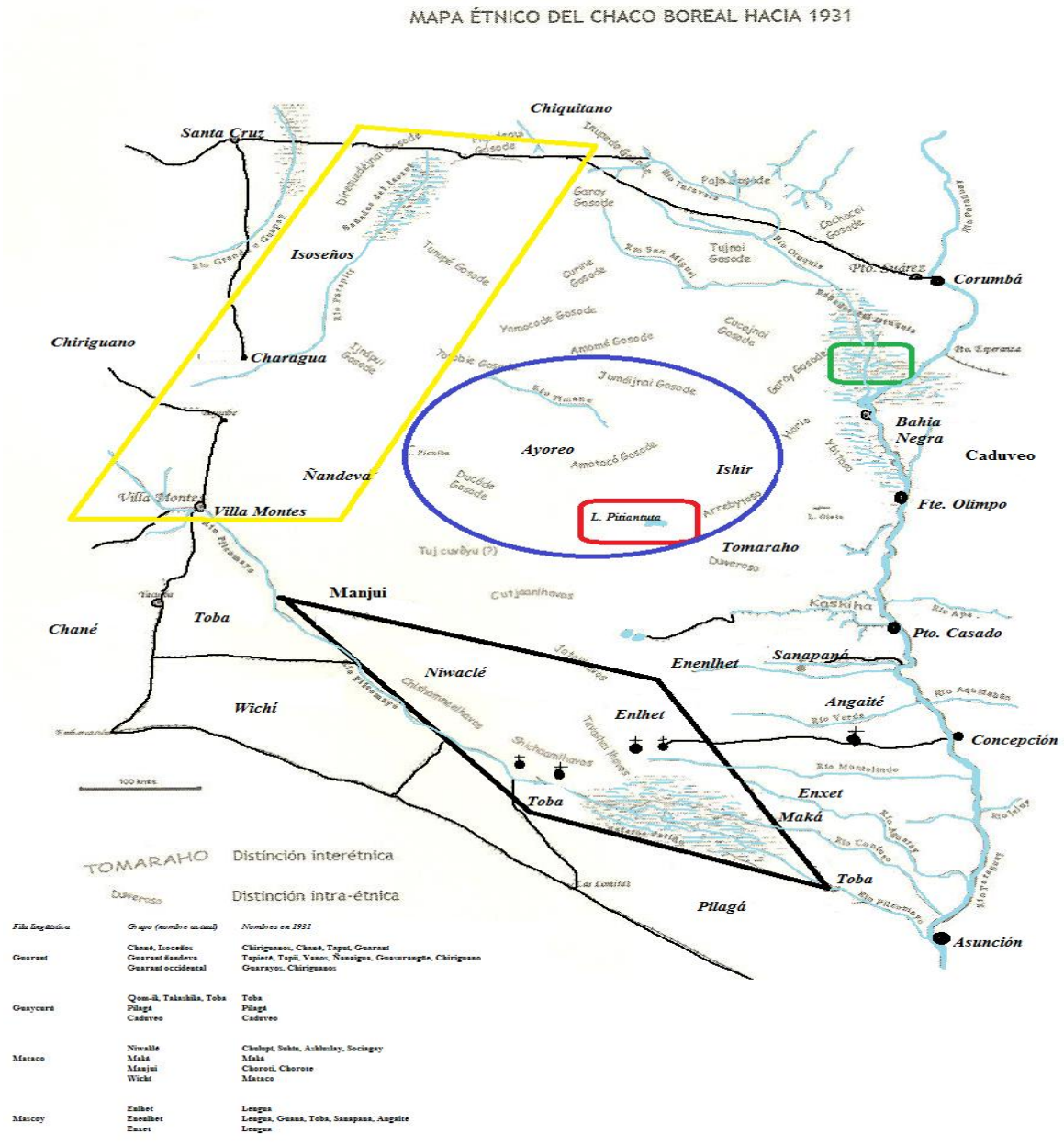


Fig. 03: Mapa do Chaco.

Fonte: (BROCKMAN, 2009).
As linhas em cor laranja representam um esboço aproximado da movimentação das tropas bolivianas segundo os relatos que apresentamos no início deste capítulo. As linhas em cor preta representam a movimentação das tropas paraguaias. A elipse em vermelho destaca a localização da lagoa Chuquisaca (Pitiantuta para os paraguaios). A seta em azul demonstra a localização do forte Esteros.



Filo lingüístico	Grupo (nombre actual)	Nombres en 1931
Guaraní	Chané, Isoceños	Chiriguanos, Chané, Tapui, Guaraní
	Guaraní ñandeva	Tapieté, Tapii, Yaaos, Ñanaigua, Guazurangüe, Chiriguano
	Guaraní occidental	Guarayos, Chiriguanos
Guaycuru	Qom-ñi, Takshiña, Toba	Toba
	Pilagá	Pilagá
	Caduveo	Caduveo
Mataco	Niwaklé	Chulupí, Suhin, Ashluslay, Sociagay
	Maká	Maká
	Manjui	Choroti, Chorote
	Wichí	Mataco
Mascoy	Enlhet	Lengua
	Enenlhet	Lengua, Guaná, Toba, Sanapaná, Angaité
	Enxet	Lengua

Fig. 04: Mapa étnico do Chaco em 1931.

Fonte: (RICHARD, 2010, p. 8). (O mapa foi editado para melhorar a visualização). O destaque em verde identifica a localização do forte Vanguardia, local onde houve o primeiro incidente entre militares bolivianos e paraguaios em dezembro de 1928. O retângulo vermelho identifica a localização da lagoa Chuquisaca (Pitiantuta para os paraguaios), local do segundo incidente em maio de 1932. A elipse em azul demonstra a região do Chaco central, local por onde passaram as primeiras expedições militares bolivianas com o Cel. Ayoroa. A delimitação em preto destaca a grande região do rio Pilcomayo onde ocorreram as mais intensas batalhas da guerra. A região destacada em amarelo localiza a região do Isoso, do rio Parapetí e de Villamontes, local dos últimos enfrentamentos bélicos. Com as marcações feitas sobre o mapa étnico do Chaco, podemos observar que toda a movimentação dos dois países com suas tropas se deram sobre terras das mais diversas etnias indígenas do Chaco.

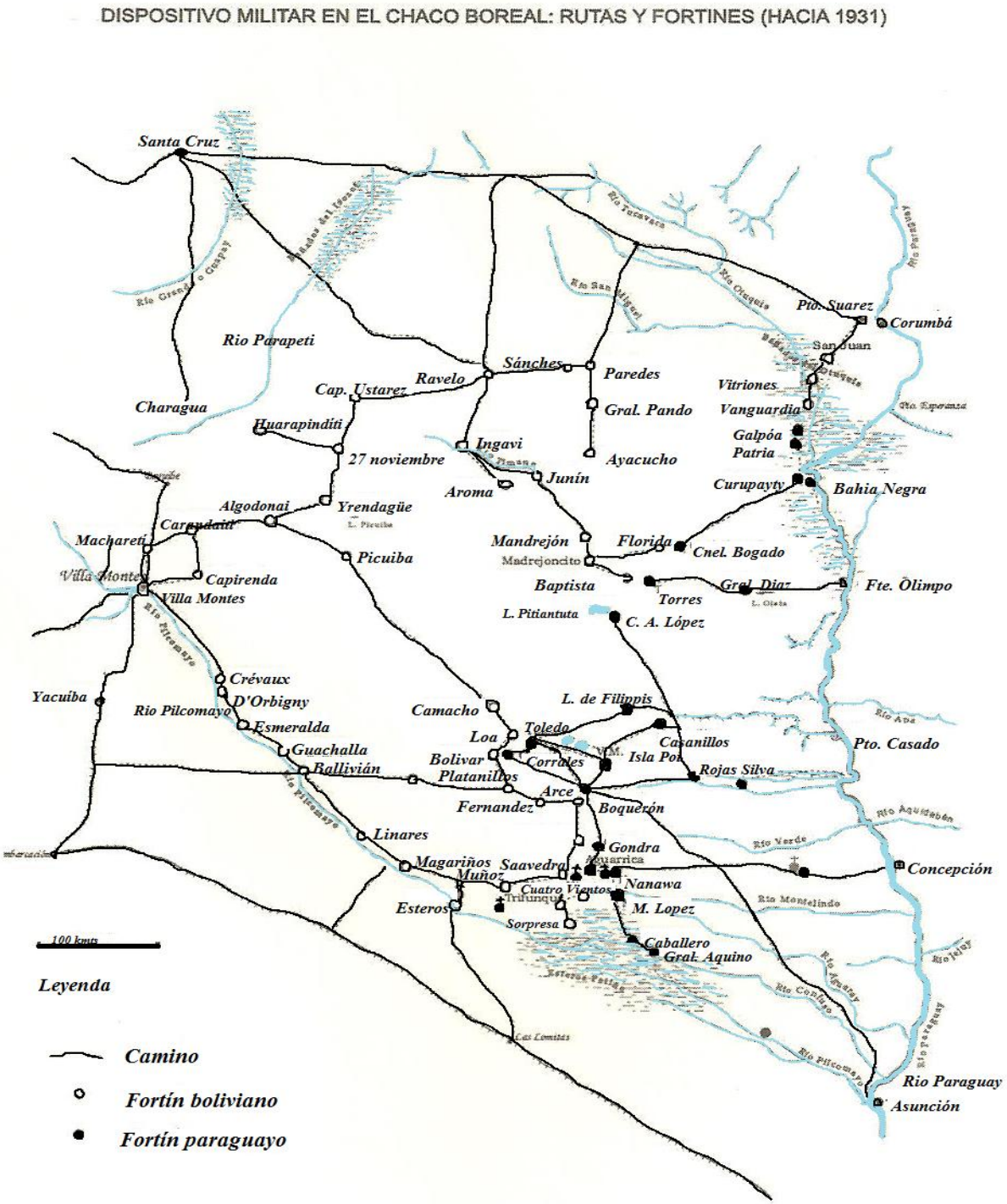


Fig. 05: Mapa dos dispositivos militares dos dois países beligerantes. (O mapa foi editado para melhorar a visualização).

Fonte: (RICHARD, 2010, p. 32).

Já falamos sobre um dos heróis que figura no panteão boliviano da guerra do Chaco, o General Marzana, que recebeu grande atenção de Carlos Mesa. Zavaleta fala de mais alguns militares que têm seus nomes entre os heróis do Chaco: Gérman Busch, Víctor Ustárez e Bernardino Bilbao Rioja. Esses militares trataram os soldados como “hombres equivalentes”,

o que era mais lógico numa situação extrema como a guerra. (ZAVALETA, 2008, p. 192). Algumas narrativas históricas, como se sabe, são responsáveis pela heroificação desses militares; porém, se realmente foram bons oficiais nas frentes de batalha, isso se deve a boa relação com seus comandados. Talvez tenha sido pela voz dos soldados que retornaram da guerra que esses oficiais se tornaram heróis.

Novamente Klein, em outra obra sua sobre a história da Bolívia, nos propicia algumas informações sobre quem seriam os soldados do Chaco. Segundo o autor, o exército que combateu no Chaco havia se organizado segundo as castas da sociedade, os "brancos" eram os oficiais, os *cholos*[35] os suboficiais e sargentos, e os campesinos índios o grosso da tropa. "Para los indios la guerra significó la continuación de los esquemas ya familiares de explotación". (KLEIN, 2011, p. 206).

2.4 - Análise do Diário de Campanha do Ten. Res. Juan Granier Chirveches

O Tenente da reserva Juan Granier Chirveches escreveu sua vivência no conflito em um diário que foi publicado por sua filha em forma de livro, em 2004. Antes da guerra, Granier exercia o cargo de diretor de um órgão de imprensa chamado "El Noroeste", localizado em Cobija, departamento de Pando, noroeste da Bolívia. Pelo que pode ser observado no livro, Granier tinha influências políticas dentro do governo boliviano, pois, em junho de 1932, o ministro das relações exteriores convidou-lhe para assumir o cargo de cônsul da Bolívia na cidade de Rosário, Argentina. Como no mês de junho houve os primeiros conflitos entre Bolívia e Paraguai, Granier abriu mão de assumir o consulado para ingressar como voluntário na guerra. Ingressou no conflito no dia 9 de outubro de 1932, já que era militar da reserva e sua classe não havia sido chamada para a guerra. No livro, podemos ter acesso a seus relatos dia a dia desde sua incorporação até o dia 16 de setembro de 1935, quando ao fim do conflito é dada sua baixa das fileiras do exército. Durante os três anos que esteve na guerra, podemos ver, através de sua visão, a maneira pela qual a Bolívia atuou no conflito. O autor faz uma narrativa de todos os seus deslocamentos pela região do Chaco, pelos fortes que passou, pelas cidades onde esteve. Narra ainda as principais batalhas e os bastidores do conflito. Ele faz poucas referências sobre a composição étnica dos soldados no seu diário.

[35] O *cholo* é o mestiço boliviano da região do altiplano. É uma mescla racial em que predomina o indígena sobre o crioulo. O termo *cholo* carrega uma conotação negativa, de raça inferior. (ARGUEDAS, 2006, p. XVI, XXVIII).

Granier ingressa na zona de operações somente no final de 1932, pois, durante a segunda metade deste mesmo ano, estava realizando curso para ingresso na guerra. No dia 19 de novembro de 1932, ele inicia sua viagem em direção ao sul do Chaco. Saindo de Villamontes, desloca-se em direção a Ballivián, Saavedra e Muñoz. Em 9 de dezembro de 1932, ele descreve um pouco do forte Platanillos: "es un fortín boliviano que fundó el Cap. Víctor Ustarez, descubridor del lugar en el año 1931, donde encontré varias sendas. Algunos indicios de las muchas tolderías […]". (GRANIER, 2004, p. 65). Podemos notar que em sua fala é dada a importância ao referido Capitão como se ele fosse realmente o descobridor do lugar. De acordo com o mapa étnico do Chaco, Boreal[36], o lugar onde foi instalado o forte Platanillos, é área onde estava localizado o grupo Nivaclé. Ao final da palavra *tolderías,* há uma referência em nota de rodapé na qual está explicado que o termo significa "casas eventuais de indígenas nômades do lugar". Podemos observar que Granier faz referência aos moradores locais.

Constantemente citando que está em presença de soldados, Granier descreve em seu diário, no dia 12 de dezembro de 1932, o que vem a ser um soldado segundo suas teorias: "El soldado no piensa por si, sino por quién lo dirige y cuando tiene confianza en quien lo comanda, éste puede hacer proezas". (GRANIER, 2004, p. 69).

Granier, em 1º de outubro de 1933, faz suas observações sobre um ofício que o Presidente Salamanca havia enviado ao Gal. Kundt, fazendo referência à preocupação com a vida de alguns soldados que foram enviados para a guerra e que antes do conflito eram universitários. Assim ele descreve o conteúdo do ofício:

> El Presidente, señor Salamanca, dirigió al Gral. Kundt el siguiente oficio:
> *"Ha estado a buscarme el Rector de la Universidad, para hablar sobre la situación de los universitarios comprendidos en el último llamamiento, expresando su deseo de ver la manera de ahorrar esas vidas, que serán de utilidad posterior a la Patria. Seguramente no tardarán en llegar idénticas sugestiones de las demás universidades, y como la idea me parece digna de atención, creo debemos acogerla y estudiarla. Para dicho fin, me han ofrecido una lista de los universitarios, cuya copia le será remitida".* (GRANIER, 2004, p. 160).

[36] Fig. 04 – Mapa Étnico do Chaco Boreal em 1931, p. 74.

Em suas observações sobre o assunto, Granier fala que a única maneira de poupar as vidas seria colocando esses militares em funções na retaguarda. Ao mesmo tempo em que expõe uma solução para o caso, Granier fala que na guerra não são "distribuídos convites", que todos estão ali para defender a pátria. Porém, um tom de aversão aos soldados indígenas que combatem pode ser visto em seus relatos: "Cuán beneficioso seria para el país, que toda esta muchachada pudiera a dirigir a nuestro soldado indígena que bien lo necesita […]". (GRANIER, 2004, p. 161).

No dia 1º de novembro de 1933, Granier conta que saiu de Saavedra às 8h da manhã em uma patrulha alguns quilômetros distante do forte, outras patrulhas também haviam saído em outras direções. Granier relata que recebeu a informação de que uma patrulha de quatro homens havia se infiltrado por trilhas e que havia tido contato com os índios locais. Ao retornar à Saavedra Granier fala: "Al regreso, sólo encontré en el trayecto un campamento de indios de la tribu de los *Chulupis*, raza miserable y sucia". (GRANIER, 2004, p. 175).

Quando em uma instrução de tiro, aplicada a soldados no dia 24 de janeiro de 1934, Granier identifica quem são os soldados em treinamento: "Los batallones se componen de 4 compañías, cada una con 118 hombres. Se hace una mescolanza de aymaras, quechuas e los que no lo son, lo que me parece una solemne tontería". (GRANIER, 2004, p. 206). Aymaras e quéchuas são etnias de indígenas da região do altiplano boliviano; os outros citados por Granier, que não são de nenhuma das duas etnias, podem ser de outras regiões, talvez soldados arregimentados da própria região do Chaco, das terras baixas. Granier observa que os soldados aymaras e quéchuas encontravam grande dificuldade na região do conflito, pois estavam acostumados a viver nas altas altitudes da região de La Paz, cerca de 4.000m de altura. Novamente em seu diário, no dia 18 de outubro de 1934, há um relato de contato com índios Chulupis quando em companhia do Major Santa Cruz em uma movimentação pela região de Ballivián: "Visitamos una tribu de indios *Chulupis*, donde tomé unas fotografías en que Santa Cruz rodeado de indios cuya vestimenta es la desnudez, pues viven en estado salvaje". (GRANIER, 2004, p. 262). Do mesmo modo, há um relato da presença das etnias locais e também a visão negativa em relação ao "outro".

Mais uma observação desconsiderando a capacidade dos soldados indígenas pode ser vista nas anotações do dia 5 de novembro de 1934, assim escreve Granier:

> Entre mis observaciones personales, tengo que anotar que no he visto en la línea sino soldados indígenas, muy pocos blancos y ningún conocido mío. Es lástima, porque se nuestra juventud hubiera ido al frente, habría dirigido de

> manera eficiente al soldado, prestando colaboración a la oficialidad. (GRANIER, 2004, p. 267).

É possível observar ainda nas suas anotações que, ao longo dos dois anos e meio que atuou na campanha do Chaco, Granier narrou acontecimentos que envolviam os bastidores da política nacional, principalmente a relação entre os comandantes do exército e o Presidente Daniel Salamanca. Sua narrativa está fundada em um quadro histórico nacionalista que prioriza os feitos diplomáticos, políticos e militares, em detrimento da figura indígena.

Parecido com o que fez Granier, Roberto Querejazu Calvo, soldado de primeira linha, escreve uma obra sobre a guerra através de sua visão sobre os acontecimentos. Narra a história da guerra do Chaco a partir das batalhas, na qual pode ser observada em detalhes toda movimentação dos exércitos pelo território em disputa. Querejazu era residente no departamento de Tarija, sul da Bolívia. Ingressou na guerra, ao que nos parece, como recruta da classe de 1932. Na apresentação do livro feita pelos editores, é salientado que a obra foi escrita por um soldado. Os editores falam que é um grande livro escrito, como se diria, com o próprio sangue de seu autor. Contudo, nas 189 páginas da obra, podemos observar que em nenhum momento é possível identificar quem é o soldado boliviano que combate no Chaco. Nem a história do próprio autor é tratada no livro, não se sabe quem foi Querejazu, onde teria combatido, com quem teria combatido, quem seriam seus companheiros na guerra. A única informação a seu respeito é que ele foi um soldado. Por outro lado, numa estrutura de uma história política e militar, a obra cita os nomes de muitos oficiais bolivianos e até paraguaios que estiveram no Chaco. Portanto, Querejazu demonstra nessa obra uma grande preocupação em destacar quem foram os oficiais comandantes do exército e quem foram os governantes do período; não se preocupou, na sua posição de soldado, em no mínimo apresentar quem eram seus pares no Chaco.

Observamos que é quase unanimidade nesses modelos de narrativa que os soldados que combateram pelo exército boliviano são índios aymaras e quéchuas. Não se consegue extrair informações mais completas ou mais específicas de quem realmente eram esses soldados e quem eram os povos indígenas do Chaco. Porém, no caso de Granier e Querejazu, sendo os dois militares que combateram nas frentes do Chaco, ocultar dos registros ou apenas citar em poucas palavras a presença dos povos indígenas chaquenhos nos parece algo bem subjetivo. A leitura dos apontamentos do diário de Granier comprova que ele, enquanto esteve no Chaco, transitou constantemente pela área dos Nivaclés e dos Isoseños.

Riester observa que os soldados dos vales e do altiplano, aymaras e quéchuas, são a maioria em combate. Denominados de "*collas*, en un ambiente como el Gran Chaco estaban casi perdidos, […] sufrían de hambre, sed y calor". (RIESTER, 2008, p. 193-194). Ainda segundo Dalla-Corte, a Bolívia militarizou o espaço chaquenho enviando um alto número de reservistas procedentes de La Paz, Potosi e Tarija. A cara típica de aymara apontava, dessa maneira, sua procedência geográfica e étnica. A autora fala também das dificuldades que o ambiente exercia sobre os soldados do altiplano: "Una población altiplánica forzada a actuar en un sistema ecológico extraño, en un ambiente tropical, no podía afrontar la escasez de alimentos y el fantasma de la desnutrición, la falta de agua y la insolación". (DALLA-CORTE, 2010, p. 107, 109, 148).

Concordamos então com essa informação, porém, sabemos que não apenas os collas formavam as tropas do exército. Schuchard nos explica que há dois grupos de soldados bolivianos: "los del altiplano que hablan quechua o aymara, y los del sudeste, que hablan guaraní u otras lenguas indígenas". (SCHUCHARD, 2008, p. 178). Schuchard destaca ainda que, dentro da hierarquia do exército, os soldados provenientes de Santa Cruz de La Sierra e das planícies do sudeste são conhecidos como *Cambas*. Poderíamos, talvez, falar de um terceiro grupo, uma minoria formada por soldados "brancos". Quando Granier relata o ofício enviado pelo Presidente Salamanca ao Gal. Kundt, fazendo referência a soldados que eram universitários e deveriam ser retirados das linhas de frente, entendemos que esses são os "brancos", pois, nessa época, os indígenas não chegavam à universidade.

Estamos afirmando que essa historiografia apagou de suas páginas a presença indígena, conscientemente ou não, ou por desconhecimento. Quando encontramos nas informações que nos chegam através desses autores algo sendo falado a respeito dos indígenas na guerra, sentimos um discurso de negação indígena implícito na narrativa. Mas, para que possa ser possível entender o porquê desse discurso ou de que maneira ele foi construído ao longo da história da Bolívia, faremos uma análise da situação dos indígenas durante o período colonial e republicano. A relação dos indígenas com o Estado no país está diretamente ligada às questões de acesso à terra. Muitos decretos e leis foram aplicados pela administração colonial e pelos diversos governos republicanos sobre a posse da terra. A execução dos decretos afetou a dinâmica da vida indígena e, após 1825, foi responsável por determinar como seria a participação dos índios em relação à obtenção de direitos civis ditados pela Constituição.

2.5 - A terra, a cidadania e as Constituições bolivianas

A terra na Bolívia, desde o período colonial, começou a se concentrar nas mãos de uma minoria de proprietários. Esse quadro foi se fortalecendo ainda mais com a independência e a formação dos Estados-nação, que, fundados nas ideias de modernidade e progresso, cada vez mais lutaram em função da propriedade privada diante das terras comunais indígenas. (RADHUBER, 2008, p. 55). Utilizando Bobbio (1987) e Bornheim (2003) nas suas observações sobre a propriedade privada, percebemos que ela está diretamente vinculada à formação dos Estados modernos, que, através de seu poder instituído, procurou dissolver a propriedade coletiva.

Para o desenvolvimento das discussões sobre a terra, precisamos levar em consideração que há uma diferença entre as propriedades nas terras altas e nas terras baixas: nas terras altas, as terras coletivas seguiam características do modelo incaico de organização, e se estendiam por toda região andina[37]; nas terras baixas da Bolívia, as comunidades indígenas tinham sua própria forma de organização, não seguiam as mesmas características do altiplano. Portanto, diretamente, os povos das terras baixas não foram atingidos pela política agrária que se iniciou após a independência. Segundo Puente (2011, p. 219), os decretos de Bolívar[38] em 1825 não se aplicavam nas terras baixas, porém, "abriram a porta" para o saque dos pequenos povos indígenas da região.

Levando em consideração tudo que já foi dito sobre as ideias liberais desenvolvidas pela elite oligárquica boliviana, podemos afirmar que realmente muitas de suas ações foram desenvolvidas aos moldes europeus. Analisando o momento de transição do feudalismo para o capitalismo, mais especificamente o processo histórico dos cercamentos dos campos na Inglaterra, podemos observar que o processo desencadeado em relação às propriedades coletivas dos indígenas do altiplano tem muitas aproximações com o processo europeu. Para Polanyi (1980), os cercamentos[39] dos campos abertos na Inglaterra, os *enclosures*, se constituíram numa autêntica revolução dos ricos contra os pobres. Os cercamentos expropriaram os direitos sobre as terras de uso comum, inseriram uma estrutura agrária capitalista voltada para a economia de mercado e reforçaram o poder da *Gentry* (média

[37] Não apenas pela região que viria a ser a Bolívia.
[38] Sobre os decretos de Bolívar falaremos mais na página 84.
[39] A propriedade agrícola, até então essencialmente feudal e explorada por rendeiros, parceiros e outros, tornou-se uma empresa administrada segundo critérios capitalistas. Os senhores se apropriaram das terras de uso comum, integrando-as às suas propriedades. Os camponeses eram expulsos de suas terras para dar lugar à criação de ovelha para a produção de lã. (POLANYI, 2005, p. 43).

nobreza rural). A terra cercada passou a valer de duas a três vezes mais que as não cercadas. A estrutura da sociedade sofreu profundas alterações:

> O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2005, p. 43-44).

Na Inglaterra, o processo de cercamentos não se deu de maneira pacífica. De acordo com Bath (1984, p. 39), a resistência camponesa às leis dos cercamentos foi constante. "A população manifestou-se violentamente contra a conversão das terras de cultura em terrenos de pastagem e contra a correspondente criação de gado lanígero". Bath afirma que é possível ver a resistência nos sermões, panfletos e outros documentos como relatórios elaborados pelo governo em 1517.

Logicamente, é necessário considerar que o processo dos cercamentos é especificamente inglês e que os envolvidos diferem muito em termos de sociedade da realidade da América Ibérica. Ainda, que os termos *enclosures* e *Gentry* são exclusivos da história daquele país, funcionam dentro da historiografia como termos carregados de significado.

Considerando esses fatores, compreendemos que há uma aproximação entre o pensamento das elites liberais latino-americanas nos seus modelos de estruturação nacional. Especificamente falando da política agrária da Bolívia, vemos que no período pré-colonial, nas terras altas, a organização social dos indígenas seguia os moldes do império inca. A forma de organização era a do *ayllu*, que pode ser descrito como um agrupamento de povos originários nas propriedades coletivas de terra. Não haviam pessoas sem terra. O centro do poder localizava-se na cidade de Cuzco onde ficavam os soberanos, que, por sua posição, tinham direitos aos serviços de seus subordinados, porém, tinham que se mostrar generosos com eles. (RADHUBER, 2008, p. 60-62). De acordo com Antezana (2011), o Estado incaico cobrava dos *ayllus* diversos impostos para se sustentar. Esses impostos não se aplicavam ao indivíduo nem à propriedade, aplicavam-se à renda territorial, ou seja, à produção obtida no

cultivo dos latifúndios coletivos. Desse modo, nesse momento da história, o acesso à terra se dava de maneira coletiva, a propriedade era vista sem a ideia de posse, de algo individual e privado. A produção, por sua vez, não estava relacionada à acumulação de capital e às relações de trabalho divididas, relacionadas ao moderno conceito de classe. (ANTEZANA, 2011, p. 17-20).

Porém, as afirmações de Antezana colocam em dúvida se os povos que estavam submissos ao "Estado Inca" sentiam-se livres e no domínio de sua terra coletiva. Se olharmos os estudos de Clastres (2003), diríamos que não necessariamente estes povos estavam satisfeitos com a situação nos *ayllus.* Para o autor, na sociedade primitiva, os homens são senhores de sua atividade, dos produtos dessa atividade, a produção é para si mesmo. Quando a produção se afasta desse objetivo, quando o homem produz para os outros, sem troca e sem reciprocidade, quando a atividade de produção visa satisfazer às necessidades dos outros, tudo se desarruma. É quando a atividade de produção se transforma em trabalho alienado em que alguns vão tirar proveito do fruto do trabalho de outros. (CLASTRES, 2003, p. 215-216). Portanto, as afirmações que Antezana faz sobre as relações de produção estão submetidas à situação de subordinação que provoca a divisão da sociedade. Criam-se, assim, divisões entre dominantes e dominados, entre senhores e súditos, entre detentores da força e sujeitados a essa força. (CLASTRES, 2003, p. 216).

No período colonial, com a ocupação dos espanhóis, as terras indígenas foram declaradas propriedades da coroa espanhola. De acordo com Radhuber (2008), os conquistadores espanhóis estabeleceram seus conceitos de propriedade privada reconhecendo com muitas restrições alguns direitos de uso às populações indígenas. Foi a partir da presença dos espanhóis com seu aparato administrativo institucional que se criaram a *encomienda*, a *mita* e as *haciendas*. A *encomienda* ou *repartimiento en encomienda* era a atribuição por parte da Coroa de uma população indígena a um colono, que podia aproveitar-se de sua força de trabalho. A *mita* era o serviço forçado nas minas e a *hacienda* era a forma de propriedade da terra que abarcava uma relação de dependência entre patrão e trabalhador da terra. (RADHUBER, 2008, p. 63). Para Radhuber, foi a partir do estabelecimento desse sistema de administração da colônia que houve a aceleração da dissolução da coletividade indígena. A entrada do elemento mercantil, o estabelecimento da propriedade privada e das relações capitalistas de trabalho, foram aos poucos decretando o fim do modelo incaico de vida. Mas esse processo não se deu de forma pacífica. No período de 1742 a 1782, fortes insurreições indígenas ocorreram contra a legislação colonial na região andina. Camargo (2006) afirma que as primeiras sublevações andinas foram no território em que hoje é o atual Peru, em 1742,

liderado por Juan Santos Atahualpa. As insurreições indígenas foram inspiradas na ideia de restauração do mundo inca onde não havia a presença dos espanhóis. Uma segunda guerra por libertação foi executada entre 1780 e 1782 no que é hoje a Bolívia. Liderada por Julián Apasa (Tupac Katari), a insurreição contra a opressão espanhola tentava diminuir os abusos das autoridades coloniais, principalmente dos *corregidores* de índios, responsáveis pela cobrança de tributos e pela administração das obrigações da *mita*. (CAMARGO, 2006, p. 112-114).

No entanto, não foi somente na região andina que ocorriam conflitos, nas terras baixas bolivianas também há um histórico de lutas. Puente (2011) afirma que ocorreram rebeliões de grupos guaranis durante o século XVIII nas terras baixas em busca de independência, mas foram conflitos diferentes dos que ocorreram na região andina. Em 1767, a expulsão dos jesuítas foi causa de diversas rebeliões contra os novos responsáveis pelas missões. (PUENTE, 2011, p. 52). Segundo Riester (2008, p. 185), em 1892 ocorreu a batalha de Kuruyuki por toda região sul da Bolívia, na zona *guaraní hablante*. A batalha foi entre indígenas e "brancos" criadores de gado na região. Combès (2010, p. 178) nos conta que durante o governo de Ballivián (1841-1847) foram fomentadas explorações particulares de abertura de caminhos e conhecimento de rios na região conhecida como Isoso. A partir de 1854, a criação de gado avançou consideravelmente sobre terras indígenas, e os Isoseños passaram a ser peões recebendo ordens de capatazes nas fazendas. Esse quadro de avanço de fazendas de criação de gado sobre terras indígenas entra no século XX com as lideranças indígenas apresentando reclames legais perante as autoridades bolivianas. (COMBÉS, 2010, p. 180-181). Portanto, conflitos nas relações entre "brancos" e indígenas não é uma particularidade da região andina, nas terras baixas, as relações conflituosas também ocorreram, de acordo com suas particularidades.

Entrando no período republicano, o decreto de Bolívar de 6 de agosto de 1825 determinava a venda de todas as terras ao Estado e a divisão das terras pertencentes às comunidades indígenas entre seus integrantes em forma de parcelas individuais que se tornavam vendíveis e alienáveis. Conforme Radhuber (2008, p. 65), a fragmentação das comunidades indígenas levou à abolição do tributo cobrado dos indígenas pelo Estado, por isso, em 20 de setembro de 1826, esse decreto foi anulado.

Retomamos o pensamento de Earle (2005) para demonstrar que o decreto de Bolívar estava de acordo com a ideologia de progresso e futuro da nação que se criava. Earle afirma que durante a época da independência os revolucionários tinham oscilado entre a aprovação do passado anterior à conquista e sua situação de herança da Europa. No caso da Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, Bolívar foi heroificado como libertador.

(EARLE, 2005, p. 391-197). No caso boliviano em particular, Bolívar teve sua imagem cunhada em moedas representando sua associação à guerra de independência. Ocasionalmente, foram cunhadas moedas com bustos que não representavam personagens do processo de independência. No caso da Bolívia, no governo de Mariano Melgarejo (1864-1871) que cunhou moedas com seu próprio busto. (EARLE, 2005, p. 399). Dessa maneira, as elites reafirmaram seu compromisso com as ideias liberais do século XIX e com o pensamento racial de criação de identidades negativas. Além disso, podemos destacar que as elites eram contra a mobilização política dos indígenas. Anderson (2005, p. 80) afirma que as elites procuravam não iniciar as classes inferiores na vida política, pois tinham medo das sublevações como a de Tupac Amaru.

Analisando alguns pontos da Constituição de 1825, podemos observar que no Capítulo 1º, "A nação boliviana", está escrito que a nação é a reunião de todos os bolivianos. Porém, não eram todos os bolivianos considerados cidadãos. O artigo 14 fala que para ser cidadão é necessário ser boliviano maior de vinte e um anos, saber ler e escrever (em castelhano), ter algum emprego ou professar alguma ciência ou arte, sem estar em condição de servo de pessoa em classe de doméstico[40]. Irurozqui observa que a condição de saber ler e escrever foi estendida até 1836 em função de o Estado estar organizando a pedagogia nacional nesse período. A autora salienta, ainda, que nas condições propostas pela Constituição de 1825 muitos indígenas tinham como único impedimento para serem considerados cidadãos o analfabetismo em castelhano. Contudo, na prática, o acesso à cidadania dos indígenas barrava em critérios relativos à situação econômica e à situação em relação à terra. No início da Repúbica, o sufrágio era censitário, porém, a renda em relação ao voto não significava garantia de poder econômico e sim de independência, na medida em que esta condição financeira proporcionava tempo livre para pensar com responsabilidade e votar em benefício da república. (IRUROZQUI, 1999, p. 712).

Em fevereiro de 1878, uma modificação na Constituição alterou a condição de ser cidadão. A primeira alteração diz respeito à idade. Seria considerado cidadão o indivíduo maior de vinte e um anos, se solteiro, e maior de dezoito anos se casado. A segunda alteração diz que a pessoa teria que ter uma propriedade imóvel ou uma renda de duzentos bolivianos que não proviesse de serviços prestados na condição de doméstico. A última alteração estabelecia a necessidade de estar escrito em registro civil. Em nova modificação realizada depois da guerra do Chaco, em outubro de 1938, para ser cidadão era necessário ser boliviano

[40] A condição de doméstico deixava a pessoa em situação de dependência.

maior de vinte e um anos, saber ler e escrever e estar escrito em registro civil[41]. A análise da Constituição de 1825 e suas modificações sofridas até 1938 nos permite destacar que, durante os 112 anos que se passaram de república boliviana, as prerrogativas exigidas pela Carta para ser cidadão pouco se modificaram. As populações indígenas ficaram alijadas das questões que envolvem participação no poder e acesso à cidadania. Como nos explica García[42]:

> Las distintas formas estatales que se produjeron hasta 1952 no modificaron sustancialmente este apartheid político. El Estado caudillista (1825-1880) y el régimen de la llamada democracia "cencitaria" (1880-1952), tanto en su momento conservador como liberal, modificaron muchas veces la constitución política del estado (1826, 1831, 1834, 1839, 1843, 1851, 1861, 1868, 1871, 1878, 1880, 1938, 1945, 1947); sin embargo, la exclusión político-cultural se mantuvo en la normatividad del Estado como en la práctica cotidiana de las personas. De hecho, se puede decir que en todo este período la exclusión étnica se convertirá en el eje articulador de la cohesión estatal. (GARCÍA, 2008, p. 211).

No artigo de Irurozqui (1999), sobre tributação e cidadania na Bolívia, há uma discussão sobre a complexa situação do índio em relação à cidadania, realizada através do estudo de normativas legais referentes à propriedade indígena da terra e o papel do indígena como contribuinte do Estado. Um dos objetivos buscados por Irurozqui no artigo é apresentar os elementos que permitiram aos indígenas visibilizarem-se como cidadãos e qual a versão oficial a respeito[43]. Considerando o que a legislação determina para ser cidadão dentro do Estado, vemos que teoricamente uma boa quantidade de indígenas poderia ser considerada cidadão, porém, o contexto que evolvia o cumprimento da legislação não permitia o uso desse direito. De acordo com Irurozqui, "[…] la creciente animosidad y politización de la población indígena a raíz de la reforma agraria y el acceso de los mestizos a la tierra sin la intermediación india […]" (IRUROZQUI, 1999, p. 707), foi a responsável pelo descrédito das

[41]As Constituições bolivianas estão disponíveis em: <http://www.cervantesvirtual.com/portal/Constituciones/ > Acesso em: 30 de jan de 2013.

[42] Álvaro García Linera é o atual vice-presidente da Bolívia.

[43] O artigo de Irurozqui está temporalmente dividido entre os anos de 1825 e 1900. No recorte temporal proposto, a autora apresenta diversos decretos sobre as propriedades de terras e tributos pagos ao Estado. Na realidade, o estudo mostra um histórico desses decretos relacionados com a Constituição e suas modificações ao longo dos setenta e cinco anos do recorte. Nossa intenção não é aprofundar a discussão nesse sentido, apenas ver a relação entre Estado e indígenas no período.

instituições estatais sobre os indígenas. O "status" de cidadania adquirido pela população indígena (sentimento de ser cidadão), por sua condição de tributária e possuidora de terras, foi desaparecendo, surgindo em seu lugar uma imagem de índio rebelde, arcaico, incapaz de assimilar o discurso de progresso e valor do nacional. Em função disso, sua cidadania, além de limitada, ficou cada vez mais distante através do discurso racial que os excluíam da nação na condição de bárbaros e incivilizados.

> […] la maldad política y esencia antidemocrática de las elites, los esfuerzos estatales por eliminar las comunidades indígenas no respondieran a una política anti-india, sino a una voluntad homogeneizadora, por considerarse la diversidad cultural un inconveniente para el desarrollo de la República y por desear una nación de ciudadanos. (IRUROZQUI, 1999, p. 707).

O sentimento que foi sendo construído entre os indígenas, no sentido de se considerar cidadão do Estado e ao mesmo tempo ter esse direito limitado ou quase anulado pelo Estado, pelo que parece, atingiu maior grau a partir de 1866 e 1874 com dois decretos estabelecidos em relação à terra na Bolívia. Para Radhuber e Irurozqui, o decreto de 20 de março de 1866, instaurado no governo do general Mariano Melgarejo, e o decreto de 5 de outubro de 1874, no governo de Tomás Frías, foram os responsáveis pelo contexto que se estabeleceu na Bolívia na segunda metade do século XIX e se estendeu até 1952[44]. O decreto de 1866 estabelecia que os indígenas teriam de comprar suas terras (25 a 100 pesos) e solicitar o título de propriedade num prazo de 60 dias para poder ter o direito de propriedade, senão perderiam o direito e as terras poderiam ser vendidas publicamente. (RADHUBER, 2008, p. 66). Segundo Irurozqui (1999, p. 725), as classes "civilizadas" podiam comprar as terras das comunidades despossuídas com a vantagem de seus integrantes virarem seus colonos. Em relação ao tributo, o decreto mantinha o recolhimento por parte dos indígenas, contudo, em 8 de outubro de 1868 ele foi suprimido. O decreto de 1874, conhecido como "Lei de desvinculação de terras", aboliu explicitamente o direito de posse das propriedades indígenas, só reconhecendo como válidos os títulos de propriedade individual. "Se instaló una comisión de investigación y aquellas tierras que no mostraban un título de propiedad individual fueron declaradas como

[44] 1952 foi o ano da "Revolução Boliviana". (ANDRADE, 2007).

tierras sobrantes". (RADHUBER, 2008, p. 66). Irurozqui destaca que, a partir do reconhecimento da posse de propriedade privada realizado pela comissão de investigação, o Estado abandona sua função de tutela frente aos indígenas, colocando-os em situação de sujeitos jurídicos do direito civil e a mercê da dinâmica do mercado de terras que afetava os demais bolivianos. Entretanto, essa situação não possibilitou aos indígenas o desfrute da cidadania, pelo contrário, limitou mais ainda. Não podendo conservar seu status de proprietário, transformaram-se em colonos e, posteriormente, em domésticos ou emigraram para as cidades vivendo em condições degradantes. (IRUROZQUI, 1999, p. 732).

Podemos ver que nenhuma das condições impostas pelos decretos de 1866 e 1874 deixaria os indígenas em situação de atuar como cidadãos nos anos posteriores. Como sabemos, pela modificação da Constituição em 1878, para ser cidadão teria que ser proprietário de um imóvel; no entanto, mesmo que até pudesse exercer seus direitos de cidadão na condição de proprietário com título de posse reconhecido, o indígena ainda era barrado em sua situação de analfabeto. No caso de virar colono, não tinha propriedade; se virasse doméstico, estaria sujeito à dependência de alguém. Portanto, pela lei, não poderia exercer direitos. A primeira situação exemplificada explica uma das reivindicações indígenas perante o Estado, que era a implantação de escolas para assegurar o acesso à educação, o que possibilitaria a condição de cidadão. Irurozqui (1999), em suas conclusões, observa que o maior empecilho que dificultava a cidadania indígena era a sua situação de analfabetismo em castelhano. O analfabetismo era, de certo modo, fomentado pelo discurso racial estatal que impossibilitava a implantação de um sistema educacional que propiciasse aos indígenas a educação nos moldes ocidentais. Segundo a autora, somado à questão do analfabetismo, o paternalismo estatal – com sua visão de que devia tutelar e defender os indígenas por considerá-los incapazes e inferiores – e, ao mesmo tempo, a vontade indígena de não perder suas prerrogativas grupais em um contexto cada vez mais adverso impossibilitavam a obtenção dos direitos buscados. (IRUROZQUI, 1999, p. 739). À medida que os indígenas saíram da tutela do Estado com a posse da propriedade, perderam seu alicerce diante das turbulentas pressões do mercado. Observamos nas palavras finais da autora que, diante do histórico apresentado sobre o contexto da relação Estado/indígenas de 1825 a 1900, os indígenas não desempenharam o papel de passivos diante dos fatos:

> Por supuesto este panorama no fue uniforme, aunque sí lo fue a actitud de la sociedad englobante de considerar al indígena sólo objeto de discusiones y

> decretos, en vez de sujeto activo en el diseño del Estado-nación. Paradójicamente, esta postura cobró fuerza cuando a través de rebeliones, acciones en los tribunales y lazos clientelares los indígenas demostraron no sólo conocimientos del funcionamiento de lo público, sino deseos y capacidades de participar y gestionar lo nacional. […] la historiografía que analiza cualquier acción india como resistencia a lo "occidental", […] sólo contribuye a la ocultación de su mayoría de edad social y política, sobre todo por olvidar la influencia que el discurso nacional tuvo en las respuestas indígenas. (IRUROZQUI, 1999. P. 740).

Portanto, tratando os indígenas de forma paternalista, influenciado pelo pensamento liberal europeu, homogeneizando sua cultura, pensando racialmente o "outro" da sociedade, negando direitos sociais, o Estado através de sua maneira de administrar as demandas indígenas acabou lhes ensinando o funcionamento da República. Por meio dos decretos e leis impostos pelas autoridades estatais, os indígenas desenvolveram suas estratégias. Aproveitando-se de recursos disponibilizados pelo próprio Estado ou desenvolvendo seus próprios meios, os indígenas organizaram ações de resistência diante das atitudes estatais e, ao mesmo tempo, tiraram proveito disso.

2.6 - Discurso racial

As discussões sobre as tentativas de se forjar uma identidade nacional boliviana antes da guerra e sobre o discurso patriótico estruturado nas ideias nacionalistas nos levam a aprofundar nossas observações sobre as questões que norteiam a relação entre Estado e indígenas no que diz respeito à cidadania. A Bolívia em toda sua história colonial e republicana foi caracterizada por relações de conflito entre o Estado e os índios pelo poder da terra. Nesse sentido, é unanimidade na historiografia que o acesso à cidadania sempre esteve diretamente relacionado à posse da terra. García afirma que o *nacionalismo de Estado* "ha consolidado el intento más sistemático y feroz de extirpación de las identidades sociales indígenas". (GARCÍA, 2008, p. 195). O autor fala de uma descomunitarização da sociedade indígena baseada na exploração capitalista da mão de obra encoberta pelo nome de modernização. García aponta, ainda, três principais características que a Bolívia herdou da

estrutura colonial: a distribuição de terras, a estratificação social e o regime de tributos. Dentro da estratificação social, mantiveram-se os valores dominantes em relação ao índio:

> La racialización de las diferencias sociales a través de la invención estatal del "indio", no sólo como categoría tributaria, sino, ante todo, como el "otro negativo" ordenador de los esquemas simbólicos con los que las personas daban sentido al mundo, incluidos los propios indios. (GARCÍA, 2008, p. 209).

Gilroy (2007), em estudos sobre a "crise da 'raça' e da raciologia", observa que os beneficiários da hierarquia racial não querem abrir mão de seus privilégios e que as pessoas que têm sido subordinadas pelo pensamento racial vêm resistindo através de estratégias desenvolvidas sobre a própria ideia de "raça" a que estão submetidos:

> [...] as pessoas vem empregando a séculos os conceitos e as categorias de seus dominantes, proprietários e perseguidores para resistir ao destino que a "raça" lhes reservou e dissentir do valor ínfimo conferido à suas vidas. Sob as mais difíceis condições e sobre materiais imperfeitos, que eles com toda certeza não escolheriam caso tivessem tido a possibilidade de escolher, esses grupos oprimidos construiriam tradições complexas de política, ética, identidade e cultura. (GILROY, 2007, p. 30).

Gilroy (2007, p. 30) observa ainda que depois que as ideias de "raça" são invertidas nesses moldes defensivos tornam-se fontes de orgulho, em vez de vergonha e humilhação, e torna-se difícil renunciar a elas[45].

Desse modo, a racialização do índio colocava-os na situação de não capacitados, que devem ser mandados, educados, governados, ou seja, o Estado tentava ter o controle sobre o índio. De acordo com García (2008), houve na Bolívia, no período anterior à guerra do Chaco,

[45] No terceiro capítulo, quando analisarmos mais especificamente as estratégias dos indígenas do Chaco em relação ao conflito em seu território e o estabelecimento do poder estatal na região, veremos que eles se utilizarão do próprio Estado para atendimento de suas demandas.

um tipo de cidadania patrimonial de um Estado oligárquico compromissado com a lealdade de sua casta, *la ciudadanía de casta:*

> No cabe duda que la ciudadanía en esta época se construye a través de la feroz negación del mundo indígena. […] la ciudadanía no se presenta […] como una *herencia familiar,* y en eso todas las fracciones dominantes presentan un acurdo tácito: de ahí que se pueda hablar en toda esa época republicana del ejercicio de una ciudadanía patrimonial. […] no hacen ciudadanos sino que se nace ciudadano […]. (García, 2008, p. 137).

Zavaleta também aponta como característica do modelo oligárquico as ideias raciais perante os índios. Para o autor, a ideologia do Estado estava marcada pelo "Darwinismo social", em que os índios eram historicamente tratados como "bestias". O treinamento para o combate era para ser uma relação de reciprocidade entre Estado e indígenas, só que na realidade o que transparecia era a relação racial estatal. Portanto, "[…] diezmar hombres sin razones evidenciaba una ansiedad secreta de suprimir-los, lo que estaba en la lógica del darwinismo social". (ZAVALETA, 2008, p. 189). Segundo Dalla-Corte (2010, p. 100), em um ofício confidencial do governo por ela pesquisado, o interesse do país altiplânico era diminiuir por meio da guerra um grande número de "índios puros", de aspecto repulsivo em sua maioria e ignorantes.

Dessa forma, o discurso patriótico foi elaborado através de uma linguagem que procurava defender os interesses de quem detinha o poder disciplinar de regulação da população, ou seja, o Estado boliviano com todo seu aparato administrativo voltado para esse fim. Utilizando o conceito de *bio-poder* (FOUCAULT, 1999), podemos observar que, através de uma política racial, o governo da República construiu a representação do indígena dentro da sociedade mantendo as principais características do contexto colonial.

2.7 - O discurso patriótico do governo boliviano

2.7.1 - Produção de um sentimento de pertencimento

Quando falamos do processo de construção dos modernos Estados-nação, está embutida a ideia de *pátria.* O termo pátria para Guerra possui, antes de qualquer outro, um

sentido geográfico concreto, a terra onde se nasceu, o lugar, a cidade, o país onde se nasceu. A pátria, nesse sentido, está diretamente ligada aos significados políticos de nação predominantes no século XVIII. (GUERRA, 2003, p. 36). Tratando da evolução dos termos nação e pátria, Guerra explica que a pátria primeiramente estava relacionada ao particular e, à medida que o termo evolui, ganha conotação geral e uma carga afetiva. Assim, a pátria passa a designar algo maior, passa de um nível de pertencimento mais restrito a um nível mais amplo de abrangência. (GUERRA, 2003, p. 44). Quijada (2000, p. 179) dá o mesmo sentido que Guerra ao termo pátria: previamente, o sentido de pátria está vinculado à terra natal, onde a terra funciona como suporte físico e simbólico de uma comunidade geograficamente assentada. Ambos os autores são unânimes em afirmar que o termo era usado bem antes dos processos de independência, ainda na Idade Média[46]. Utilizando o termo ligado ao território, Quijada e Guerra destacam a importância e o peso da pátria para a linguagem do século XVIII, preparando para a época revolucionária e posteriormente para o processo de homogeneização da sociedade. Para Quijada (2000, p. 182), as políticas nacionalistas, considerando a importância que representa o solo pátrio, tendem a consolidar a integração do território e reforçar sua função de nexo comunitário. O território é, assim, utilizado como fator de coesão social e como consolidador de fortes sentimentos de pertencimento. De acordo com Quijada (2000, p. 191), com a construção dos novos Estados, foi desenvolvida uma demanda estatal de conhecimentos geográficos através da criação de comissões científicas, organização de expedições exploratórias e da fundação de instituições dedicadas à expansão de conhecimento geográfico.

Portanto, o termo pátria foi importantíssimo para os discursos nacionalistas que buscavam a coesão nacional e o sentimento de pertencimento da população. Assim, a homogeneização da sociedade buscada constantemente pelos Estados utiliza o território pátrio como elemento unificador. Os processos de unificação da língua nos novos Estados também caminharam nesse sentido. Os esforços pedagógicos juntos aos indígenas procuravam através da escolarização, do ensino da língua do Estado, criar um sentimento de que era necessário falar uma língua única que fosse falada por todos integrantes da nação. Desse modo, seria necessário que os indígenas deixassem de lado a língua atrelada à pátria menor em função de uma língua homogênea que buscasse a unidade nacional, a pátria maior, onde todos se identificariam em um mesmo grupo. Para Quijada (2000, p. 38), os Estados-nação falavam em civilizar os indígenas, e o estado de civilização só poderia ser alcançado através da expansão

[46] Ver mais sobre a discussão das origens do termo durante Idade Média em: (GUERRA, 2003, p. 36) e (QUIJADA, 2000, p. 183).

da educação por todo território. Com isso, seria possível ter uma população unida em função de ideias e interesses comuns.

Porém, o sentimento de pertencimento a uma pátria maior muitas vezes não é uma questão homogênea dentro de um país. Na Bolívia, esse sentido de pertencimento por parte da população é uma questão complicada de ser observada devido à heterogeneidade do povo, mas, principalmente, devido ao seu acesso à cidadania. Como já foi dito, a Bolívia das primeiras décadas do século XX ainda carregava uma herança colonial muito forte em relação aos direitos de cidadania. Os indígenas serviam essencialmente de força de trabalho nas grandes fazendas em condições degradantes. As elites republicanas mantinham a servidão imposta aos indígenas do altiplano desde os tempos coloniais, a *pongueaje*. Segundo Camargo, a servidão dos indígenas nas propriedades só terminou de fato com a Revolução de 1952[47]. No sentido de homogeneizar a sociedade boliviana e concretizar um sentimento de pertencimento nos indígenas, ou seja, de produzir a coesão nacional, os governantes no início de século XX utilizaram a via da educação. Estabeleceram um sistema que visava uniformizar a educação nacional. Aquilo que Stefanoni (2010) chama de *Estado-docente civilizador* nada mais é que um instrumento utilizado pelos liberais para modernizar o país procurando integrar os índios. Em suas palavras, "La escuela formará al indio en factor de progreso". (STEFANONI, 2010, p. 40). Esse projeto de unificação tinha como prioridade a língua. A ideia central era disseminar o castelhano no seio da sociedade indígena que ainda falava suas línguas locais. O mesmo pode ser visto em Lorini (2006), quando ela discorre sobre as propostas educativas desenvolvidas no país. Nos projetos liberais de unificação da educação nacional desenvolvidos na primeira década do século XX, a língua castelhana devia ser a promotora da nacionalidade porque as línguas locais dos autóctones são instrumentos em desuso para as ideias modernas. A autora destaca, ainda, que os projetos tinham a intenção de atingir todos os lugares do território, não apenas os centros urbanos: "La preocupación de los liberales no solamente fue la enseñanza a los centros urbanos, naturalmente esta enseñanza debía llegar a los más remotos lugares de la República". (LORINI, 2006, p. 74).

Lorini faz referência ainda à produção cultural boliviana que se preocupou em diagnosticar o problema da falta de sentimento nacionalista na sociedade boliviana. Aquilo que a autora chama de *nacionalismo cultural* é o conjunto de produções e escritores que

[47] A Revolução de 1952 teve grande influência da crise que se estabeleceu após a derrota no Chaco. "Nascida do esgotamento da república oligárquica e apoiada em várias classes e setores – burguesia comercial, intelectuais, operários mineiros e camponeses, a Revolução conduzida pelo MNR, imbuída de visão integradora da sociedade boliviana, traduziu-se em ampliação radical do espaço de participação política, mediante a introdução do voto universal, caracterizando-se ao mesmo tempo, pela adoção de modelo centralizador dos instrumentos decisórios e administrativos do Estado". (CAMARGO, 2006, p. 149).

chegaram a conclusões a respeito do problema apresentado. Em suma, de acordo com Lorini, a falta de integração geográfica e de poder estatal em todas as regiões, os interesses regionais observados durante todo século XIX, a falta de direitos e deveres para a maioria da população e a ausência total do direito ao voto a essa maioria, são determinantes para a carência de uma consciência histórica coletiva e individual de ser boliviano. A autora analisa duas das principais obras que discutem o *nacionalismo cultural*: a primeira, escrita por Franz Tamayo, "Creación de la pedagogía nacional", e a segunda, de Alcides Arguedas, "Pueblo enfermo". (LORINI, 2006, p. 78). Tamayo faz uma crítica aos pedagogos bolivianos que foram para a Europa observar os modelos de educação por lá desenvolvidos a fim de aplicá-los nos mesmos moldes na Bolívia. Segundo Lorini (2006, p. 81), Tamayo propunha que os pedagogos nacionais não fossem enviados à Europa, mas que fossem trazidos profissionais capazes de estudar e investigar as bases da pedagogia boliviana para daí sim montar um modelo adequado à realidade boliviana. Essa proposta, segundo a autora, se deve ao que Tamayo pensa sobre a identidade dos bolivianos, que as raízes estariam na energia nacional dos autóctones, nos seus costumes e práticas. Assim, seu modelo de *nacionalismo cultural* estaria baseado na etnicidade, porém, como destaca Lorini: "[...] para el solamente aymaras y quechuas". (LORINI, 2006, p. 77). Em contraponto, Alcides Arguedas[48] é apresentado por Lorini como um autor que faz uma análise biológica[49] do boliviano. Através do "sangue" haveria tipos humanos favoráveis e desfavoráveis para a formação de uma identidade cultural, e os índios e mestiços, segundo Arguedas, teriam defeitos incuráveis. (LORINI, 2006, p. 89). Para Arguedas, os grandes problemas geográficos impediam a Bolívia de ser uma nação moderna e integrada. A dificuldade de locomoção pelo próprio país dar-se-ia pelo atraso dos meios de transporte, cuja culpa seria da falta de iniciativa dos bolivianos por conta de sua origem étnica. No pensamento de Arguedas "[…] el carácter nacional estaba determinado por

[48] Alcides Arguedas (1879-1946) foi um poeta, novelista e ensaísta boliviano, que se destacou na literatura de seu país por ser o precursor de uma narrativa combatente e polêmica. Fez parte de um grupo de poetas modernistas com uma obra não muito significativa, porém, teve êxito na cena literária através de sua prosa, convertendo-se em uma figura fundamental para a compreensão do indigenismo boliviano. Historiador e diplomático, foi considerado um dos mais destacados pensadores sociais boliviano que analisou de forma exaustiva, através de suas investigações e trabalhos literários, as características nacionais de seu país. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/a/arguedas_alcides.htm > Acesso em 07 de ago de 2013.
Segundo José Edmundo Paz Soldán, autor do prólogo do livro *Raza de Bronce*, escrito por Arguedas em 1919, Alcides Arguedas apareceu no cenário cultural boliviano obcecado pela busca dos elementos essenciais da identidade nacional e da causa da profunda instabilidade republicana. Influenciado por pensadores europeus de sua geração, Arguedas, através de uma linguagem médico-biológica, foi o responsável por identificar os males do "pueblo enfermo" e propor uma terapia. (ARGUEDAS, 2006, p. XVI).

[49] Gilroy (2007, p 32) afirma que "estes modelos de entendimento fazem menção a construções genômicas de "raça" produzidas nos séculos XVIII e XIX".

el elemento racial, la falta de amor al trabajo, […] la falsa idea de patria, […]". (LORINI, 2006, p. 94).

Analisando a discussão de Lorini, podemos observar que a ideia de criar um sentimento de pertencimento no índio não funcionou. As ideias liberais de modernização da sociedade não foram totalmente colocadas em prática porque as elites não abriram mão de seu pensamento conservador. Os dois autores trabalhados por Lorini para explicar o *nacionalismo cultural* apontaram os supostos problemas, porém, a construção do sentimento de pertencimento boliviano continuava sem ser concretizado. De acordo com Lorini (2006, p. 97), a aceleração dessa tomada de consciência se daria apenas no final da guerra do Chaco, pois foi no conflito que pela primeira vez o povo inteiro, de todos os departamentos bolivianos, se encontrou e se conheceu. Concordando com essa ideia, Zavaleta (2008, p. 181) afirma que a grande mobilização e a grande mortandade de bolivianos foram dotadas de uma produtividade sociológica instauradora do nacional. Oporto (2009) também considera que o conflito foi o "nacionalizador" do povo boliviano porque foi a partir das profundas consequências deixadas pela guerra e pelo encontro de "todos" os bolivianos que o país assumiu sua identidade coletiva:

> "Como tantas veces se ha dicho, aquel conflicto bélico fue un primer hecho "nacionalizador" y el verdadero detonante de lo que Zavaleta ha llamado "la formación de la conciencia nacional". El "inferno verde" hizo posible el encuentro de los bolivianos en todas sus capas sociales, incluyendo la población indígena que fue movilizada para defender una Patria que, paradójicamente, no la consideraba ni incluía. (OPORTO, 2009, p. 23).

Trazendo as questões de sentimento de pertencimento e pátria ao contexto das discussões entre Bolívia e Paraguai, em relação às fronteiras territoriais, observamos que as pretensões dos dois países amparadas nos documentos coloniais expõem a força que o Estado-nação possui em definir identidades nacionais. A Bolívia argumentava que em determinado ponto do Chaco estaria a fronteira que a separava do Paraguai. As regiões que estariam dentro dessa delimitação territorial pertenceriam à pátria boliviana. O Paraguai, por sua vez, fez o mesmo. Dalla-Corte, basedada nos estudos de García Jordán, afirma que o território chaquenho não foi plenamente incorporado pelo Estado nacional boliviano entre o fim do

século XIX e os anos iniciais do século XX. O empresariado boliviano estava mais interessado, desde a década de 1880, em explorar *caucho* no departamento de Beni. (DALLA-CORTE, 2007 apud GARCÍA JORDÁN, 2001). O Paraguai fez o contrário. Após a guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), o governo paraguaio desenvolveu um processo de privatização das terras Chaquenhas, buscando sair da crise provocada pelo referido conflito. (DALLA-CORTE, 2007, p. 486). Portanto, levando em consideração a presença do Estado, o Paraguai ocupou a região através de latifúndios e empresas privadas ainda no final do século XIX, enquanto na Bolívia isso foi papel dos militares.

Contudo, o sentido de pertencimento do indivíduo em relação a determinado país não se desenvolve apenas através das delimitações territoriais, de homogeneização da sociedade. Faz-se necessário muito mais que isso para que indivíduos se considerem como brasileiros, chilenos, argentinos, bolivianos. Segundo Coggiola (2003, p. 311), a primeira condição do exercício da cidadania é, obviamente, a existência de um Estado independente que a reconheça enquanto tal. García (2008, p. 133), ao falar de cidadania e democracia na Bolívia do século XX, observa que de uma maneira geral os processos de formação da cidadania são também os das construções das nações. Para o autor, a cidadania evoca um conjunto de direitos políticos regulamentados e exercidos pelos indivíduos de um determinado espaço social e geográfico. O Estado é esse espaço social. Os direitos dos cidadãos estão diretamente vinculados a esse Estado. "La ciudadanía requiere de un ininterrumpido ritual de seducción u adhesión entre Estado y 'sociedad civil'". (GARCÍA, 2008, p. 134). Mais ainda, García observa que, apesar de a cidadania estar vinculada ao poder estatal, os espaços de sua aplicação vão mais além do espaço do Estado. Faz-se necessário que o Estado considere que todos os integrantes de seu país sejam cidadãos, pois através da cidadania em seu pleno exercício é que os integrantes do corpo social conseguem atender suas demandas e conquistar direitos. (GARCÍA, 2008, p. 134).

Essa discussão nos permite entender um pouco sobre a identidade produzida pelo Estado, a identidade nacional. Porém, não é somente a identidade nacional que faz parte da vida dos indivíduos, existem também outras identidades, principalmente aquelas que se constróem em torno dos referenciais étnicos, ou seja, as identidades étnicas. Na Bolívia, as identidades étnicas são muito latentes em virtude da grande quantidade de etnias existentes no país. Para entendermos os sentidos de pertencimento que nortearam o contexto da guerra do Chaco, as identidades étnicas dos diversos grupos indígenas são o diferencial.

2.7.2 - Carnet Patriótico

Em investigação realizada no *Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia*, localizado na cidade de Sucre-BO, no mês de julho de 2011, encontramos uma versão original de uma caderneta que era entregue aos militares que iam para o combate. O *Carnet Patriótico – Campaña del Chaco*[50] é uma fonte documental importante para se observar o discurso patriótico do Estado para com os militares que estavam indo para as frentes de batalha. Como não foi possível fazer fotocópia do documento, seus dizeres foram assim organizados:

Capa	***Página 1***
REPUBLICA DE BOLIVIA CARNET PATRIÓTICO CAMPAÑA DEL CHACO ESCUELA SALESIANA DE ARTES GRÁFICAS – LA PAZ	AUTORIZADO POR EL ESTADO MAYOR GENERAL Y PROYHADO POR EL "CENTRO DE PROPAGANDA Y DEFENSA NACIONAL". EL ROTARY CLUB DE LA PAZ, ENVIA ESTE CARNET A LOS COMBATIENTES, EL DIA DE NAVIDAD.

Página 2	***Página 3***
MEMORANDUN ESTA CARNET, APARTE DEL MAPA DEL CHACO BOREAL BOLIVIANO CONTIENE LA AUTOHISTORIA DEL CIUDADANO ARMADO QUE SALE EN DEFENSA DE SU PÁTRIA. AL LLENARLO CUIDADO SAMENTE CON TODOS LOS DETALLES DE MEMÓRIAS DE CARÁCTER PERSONAL Y COLECTIVO, TÉNGASE EN CUENTA QUE, ENTRE LOS VARIOS OBJETOS A QUE ESTÁ DESTINADO, CULMINA LA IDEA DE HACER DE EL UN RECUERDO VIVIDO DE LA MAS NOBLE Y PATRIÓTICA ACCIÓN REALIZADA POR LOS HIJOS DIGNOS DE BOLIVIA.	MAXIMAS LA DISCIPLINA ES LA CONDICIÓN FUNDAMENTAL DE TODO EJÉRCITO. LAS ÓRDENES MILITARES SON INDISCUTIBLES EN SU CUMPLIMIENTO. EL UNIFORME MILITAR ES LA VESTIMENTA DE LA PÁTRIA, HONRARLO CON EL RESPETO, ES UN DEBER. LAS ARMAS QUE DÁ LA PÁTRIA SON PARA DEFENSERLA DE SUS ENEMIGOS.

Página 4	***Página 5***
MAXIMAS EL CENTINELA ES EL ETERNO VIGIA; EN SU ATENCIÓN Y CUIDADO DESCANSA LA SEGURIDAD DE LA PÁTRIA. EL VALOR Y LA PRUDENCIA EN EL COMBATE SON CORONADOS CON EL TRIUNFO. COMBATIR EL ENEMIGO HASTA VENCERLO;	MAXIMAS AL MORIR DEFENDIENDO LA PÁTRIA, SE NACE PARA LA GLORIA. LA ABNEGACIÓN Y LA OBEDIENCIA, SON LAS MÁS ALTAS VIRTUDES DEL SOLDADO.

[50] A caderneta está localizada na posição "Ba177" no arquivo de Sucre-BO.

UNA VEZ RENDIDO, TRATARLO CON HUMANIDAD.	

A caderneta continha, além da capa e das cinco páginas demonstradas acima, em torno de vinte páginas em branco com pautas e um mapa do Chaco impresso na última página. Como está escrito na página 2, essa caderneta serve como um diário onde o soldado em combate pode escrever sua biografia na guerra. Analisando os dizeres da caderneta, podemos observar o discurso patriótico estruturado pelo Estado e por algumas instituições da sociedade boliviana. Na capa, como o próprio nome define, trata-se de uma caderneta patriótica que o soldado deve carregar consigo na guerra. A caderneta tem aproximadamente o tamanho de uma cédula de identidade, portanto, pode ser carregada no próprio uniforme do militar. Ao final da capa, observamos que a caderneta foi impressa por uma escola Salesiana, uma instituição não estatal que provavelmente apoiava o governo na estruturação do discurso nacionalista. Na página 1, podemos observar que o governo boliviano possuía um Centro de propaganda ligado ao exército, e, num segundo momento, observamos que outra instituição não estatal apoiava a propaganda do Estado. Ainda na página 1, está escrito que a caderneta estava sendo enviada aos combatentes no dia de natal. Em todos escritos analisados, não foi possível identificar o ano em que foi produzido o *Carnet*. Talvez tenha sido produzido no primeiro ano do conflito. Como os combates iniciaram em julho de 1932, entendemos que tenha sido distribuída ao final de dezembro de 1932[51]. Voltando à análise das páginas, a próxima informa ao combatente que há um mapa do Chaco em anexo e que a caderneta serve para que o combatente possa contar sua própria história na guerra e de seus companheiros. O que mais nos chama atenção na página 2 é a frase "cidadão que sai em defesa de sua pátria". Faz-se necessário dar uma atenção especial ao termo cidadão, pois, em 1932, de acordo com a Carta Magna boliviana, nem todos os indivíduos da sociedade eram considerados cidadãos. Em virtude de muitos soldados não serem cidadãos, como podem ser filhos dignos da Bolívia! Na página cinco, está escrito que se o militar morrer em combate será em nome da pátria. Assim como muitos não eram considerados cidadãos, acredita-se que a maioria do exército que foi para o combate era formada pelas classes da reserva e pelas classes que estavam em serviço militar nos anos do combate, portanto, na sua maioria, não voluntários. Nesse ponto, a propaganda patriótica vai ao extremo dizendo que quando se morre pela pátria se nasce para a glória. Quando se fala em disciplina, cumprimento de ordens, abnegação e obediência, entendemos que a repetição dessas máximas, parte da estrutura básica do exército, serve como um reforço daquilo que foi ensinado aos militares em treinamento. Os ensinamentos

[51] Essa informação tem pouca relevância para a pesquisa.

ministrados em instrução militar são mais fáceis de ser mantidos sob controle em períodos de paz, já em momentos extremos como a guerra manter a disciplina e a obediência é algo muito complexo. A própria guerra do Chaco pode ser um dos maiores exemplos dessa dificuldade. Como manter essas máximas quando a tropa está lutando em terreno desconhecido, sem provisões, morrendo de fome e sede?

Pelo conteúdo desse *Carnet Patriótico*, é possível ver que a propaganda governamental que estruturava o discurso a fim de despertar o sentimento de pertencimento e de consciência nacional foi bem desenvolvida. Os termos utilizados e a maneira como foram organizados demonstram um grande poder de tentativa de convencimento sobre os indivíduos.

Dessa forma, analisamos neste capítulo as Constituições bolivianas no que diz respeito ao acesso à cidadania e à situação do indígena boliviano com o Estado, pricipalmente em relação à questão da terra. Analisamos, ainda que brevemente, de que maneira foi desenvolvido no âmbito da sociedade da época um discurso de produção de sentimento nacional e legitimação do Estado em relação à guerra. Todos esses assuntos abordados, em nosso entendimento, estão relacionados ao modo pelo qual as narrativas que estamos criticando constroem a história da guerra do Chaco. Compreendemos que o ocultamento indígena presente nessas interpretações históricas está fundamentado na imagem negativa do indígena produzida ao longo do período colonial e que vem se perpetuando ao longo da República. Assim, os autores e as obras que consideramos como narrativas que ocultam o indígena reproduzem esse discurso de negativação de sua imagem.

CAPÍTULO 3 - A PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS CHAQUENHOS NA GUERRA

O desenvolvimento do presente capítulo será feito através de duas obras que escrevem a história dos indígenas chaquenhos na guerra, dando-lhes visibilidade, representando a dimensão indígena no conflito através de uma narrativa que observa o passado a partir do presente. Em *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935)* e *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)*, os diversos autores especialistas em diversas disciplinas contribuem com suas narrativas para o debate em torno da relação g*uerra do Chaco e indígenas.* A primeira obra trata-se de uma compilação de quatorze artigos que descrevem a narrativa histórica dos principais grupos indígenas afetados pelo conflito. Para Richard (2008, p. 11), um dos objetivos da compilação é dar visibilidade pública às memórias e relatos indígenas da guerra. Alguns autores que participam dessa compilação também possuem artigos na segunda obra citada. Isabelle Combès, Luc Capdevila, Nicolás Richard e Pablo Barbosa são membros do programa de investigação "Los indígenas en la guerra del Chaco", financiado pela Agência Nacional de Investigação da França – programa temático "Conflictos" 2007/2010. *Los Hombres Transparentes* faz parte da coleção *Scripta Autochtona*, produzida pelo Instituto de Misionologia da Universidade Católica Boliviana que, através da Rede de Investigação histórica, social, cultural e religiosa do oriente boliviano, se dedica a escrever a história das Terras Baixas na América Latina. A coleção tem um caráter histórico multidisciplinar, com especialistas em diversas disciplinas: etnohistória, antropologia, linguística, musicologia, arquitetura, teologia, ciências missionais etc. Os autores e autoras utilizam-se principalmente de fontes escritas e orais para a produção da escrita histórica. Portanto, os principais autores trabalhados são antropólogos, etnohistoriadores e historiadores que apresentam os resultados de parte de suas pesquisas com essas duas publicações, respectivamente nos anos de 2008 e 2010.

3.1 - Mestiçagem e etnogênese na fronteira chaquenha

Quijada (1999, p. 677) afirma que as regiões de fronteira são equivocadamente vistas pelos Estados como uma linha divisória quase física. Porém, novas investigações vêm demonstrando que essa fronteira é mais que um limite de separação. Ela atua como uma área de interrelação entre sociedades distintas, na qual operam processos econômicos, sociais, políticos e culturais específicos, um mundo de crioulos, indígenas e mestiços, cruzados por múltiplas linhas de interação, aculturação e influências recíprocas.

A guerra do Chaco alterou profundamente a dinâmica dos povos indígenas da região. Com o início das mobilizações da Bolívia e do Paraguai em direção a esse território distante

do centro das duas nações, a estrutura de funcionamento dos povos indígenas da região passou a sofrer com mais intensidade a presença da cultura ocidental. O Estado, no momento que intensifica sua presença na região, impõe suas práticas culturais levando diversos problemas às populações locais; diante das adversidades, essas populações ficaram em situação passiva e ao mesmo tempo ativa, criando estratégias de sobrevivência, modificando seu cotidiano e alterando sua identidade. A chegada dos exércitos e o desenrolar do conflito provocaram mudanças significativas no mapa da região. A guerra trouxe mortes, provocou migrações forçadas, destruição de aldeamentos e profundas trocas culturais ao ponto de fazer desaparecer antigos costumes e inserir novos.

No entanto, a colonização das terras do Chaco foi uma consequência da guerra. Para os dois beligerantes, tratou-se, sem dúvida, de uma guerra em defesa da soberania nacional. Uma guerra declarada em defesa da pátria, pois considerava-se o Chaco parte integrante do território nacional de ambos. (CAPDEVILA, 2010, p. 13).

O presente capítulo se desenvolverá a partir das intensas trocas culturais que a guerra proporcionou à região. Utilizando os conceitos de mestiçagem e etnogênese em conjunto com o de fronteira, vamos abordar a intensificação da presença estatal nessa região. Acreditamos que nessa perspectiva será possível mostrar que os povos indígenas do Chaco não são "homens transparentes", que não passaram despercebidos diante dos fatos, ao contrário, tiveram importante participação no conflito.

Os povos indígenas chaquenhos ocupavam, no momento do conflito, um território onde não havia limites entre o que era Bolívia e o que era Paraguai, as pessoas não se identificavam como bolivianos ou paraguaios.

Tradicionalmente, o Estado-nação, através de seu discurso, exclui e nega a identidade indígena, deixando-os na situação dicotômica de aculturação e resistência. O processo de aculturação dar-se-ia pela evangelização, normatização jurídico-política e exploração econômica. Enquanto a resistência, encontrada fundamentalmente nas zonas fronteiriças na forma de confronto. (BOCCARA, 2002, p. 49). As noções de Estado e nação eram os únicos referentes implícitos para a determinação das realidades indígenas, que foram pensadas a partir de uma série de dicotomias absolutamente discutíveis, como modernidade e tradição, pureza original e contaminação, e a distinção entre centro e periferia em se falando da noção de fronteira. (BOCCARA, 2002, p. 53).

Procurando romper com esse discurso tradicional do Estado, é que Boccara faz seus estudos sobre colonização na América. Para o autor, há uma zona de mestiçagem entre resistência e aculturação dentro da qual se move a maioria das populações indígenas. Faz-se

necessário uma análise pormenorizada da organização cultural do espaço e do simbolismo das fronteiras nas zonas não dominadas pela cultura ocidental, pois é a partir dessa perspectiva que os indígenas escaparam dos esquemas dicotômicos descritos. (BOCCARA, 2002, p. 55).

Boccara elabora sua análise a partir da explosão das identidades que ocorre com a nova ordem mundial, a globalização. Há, nesse momento, a emergência de numerosas forças que contestam e impedem o exercício da soberania nacional. As novas construções identitárias transcendem os limites territoriais estabelecidos pelos Estados nacionais, colocando em xeque as identidades fixas imaginadas a partir da ideia de homogeneização. Pensando nesse contexto, Boccara propõe uma releitura do passado a partir da desconstrução das noções primordiais de Estado e nação modernos, repensando a realidade das colonizações a partir dos conceitos de hibridização, mestiçagem, etnogênese e metamorfose. (BOCCARA, 2002, p. 56). Mas, o que vem a ser essa mestiçagem e a etnogênese? Para Boccara, a etnogênese, que primeiramente se tratava da emergência física de novos grupos políticos através da influência de um grupo externo[52], tende hoje em dia a caracterizar processos muito diversos de transformações não somente políticas como também nas formas de definição identitárias de um mesmo grupo através do tempo. Ao desvincular a noção de etnogênese de sua concepção biológica, é possível enfatizar as capacidades de adaptação e de criação das sociedades indígenas começando a considerar a possibilidade de que novas configurações sociais se desenharam através da incorporação de elementos alógenos e mediante as consecutivas modificações nas definições si mesmo. (BOCCARA, 2002, p. 57).

Nessa mesma perspectiva, Silvia Ratto (2005, p. 182) afirma que a mestiçagem não foi só biológica, se estendeu a todo tipo de contato em que o empréstimo e a mescla de características culturais foram uma parte intrínseca. Isso reflete a necessidade que grupos têm de inventar diariamente modos de coexistência e soluções para sobreviver.

Nesse sentido, tanto Boccara como Ratto utilizam o conceito de "*middle ground*"[53] para pensar esse espaço de contato onde não há limites impostos pelo Estado-nação. O espaço de contato é entendido tanto como um espaço real quanto simbólico, onde se desenrolam novas formas de comunicação e comportamento. Portanto, a fronteira nessa concepção é um espaço formado por um complexo processo de intercâmbio cultural, equilíbrio de poder e criação de novas formas sociais. Para Ratto, a ideia de sociedade fronteiriça multicultural

[52] Segundo Boccara, esse termo tem origem na antropologia norte-americana com William Sturtevant em 1971. (BOCCARA, 2002, p. 56).
[53] Segundo Ratto e Boccara, esse conceito foi elaborado por Richard White. (BOCCARA, 2002 apud WHITE, 1991), (RATTO, 2005 apud WHITE, 1991).

oferecia uma visão alternativa de encontro onde era possível detectar a convivência pacífica e o acomodamento criativo dos sujeitos em contato. (RATTO, 2005, p. 183).

Assim, pensamos o espaço territorial dos povos indígenas do Chaco como um espaço que foi transformado por novas relações de poder que se estabeleceram com os contatos entre índios e a cultura ocidental (Estado, militares), sem esquecer que essa transformação é datada, ela é temporal. (SENA, 2012, p. 124). Dessa maneira, ilustraremos essas afirmações através da apresentação de alguns casos de etnogênese e mestiçagem que ocorreram com algumas etnias do Chaco. Para isso, utilizaremos textos que rompem com a historiografia que suprime o indígena e escrevem através de estudos etnohistóricos e antropológicos a história desses povos "esquecidos".

Nossa análise será feita sobre os grupos indígenas chaquenhos que foram mais afetados pela ocupação estatal. Com o apoio do mapa do Chaco[54] e do mapa étnico da região[55], será possível ver onde ocorreu a maior parte dos deslocamentos e a maior concentração dos dois exércitos, além de identificar os locais das principais batalhas.

3.2 - Os principais grupos étnicos e os primeiros contatos com os militares

Observando o mapa étnico do Chaco e comparando-o com os locais onde foram instalados os principais fortes militares e, por consequência, onde foram travados os combates mais intensos, podemos identificar quatro regiões e os grupos que habitavam esses locais. Primeiro, vemos que o deslocamento dos militares bolivianos se deu no sentido do altiplano em direção ao Chaco através das margens do rio Pilcomayo, que faz fronteira com o norte argentino. Além disso, o exército ocupou a região do rio Parapetí, oeste do Chaco, que se estende de Santa Cruz de La Sierra até Villamontes. Os principais grupos em contato, respectivamente, foram os de fila linguística Mataco, Nivaclé[56] e Maká, e os de fila linguística Guarani, Isoseños[57], Chiriguanos[58]. Além disso, o deslocamento dos bolivianos também se deu no eixo norte/centro/sul do Chaco, afetando, assim, os grupos de fila linguística Zamuco, Guarañoca, Moro, Chamacoco. O deslocamento dos militares paraguaios se deu a partir de Assunção, pela margem esquerda do rio Paraguai em direção ao interior do Chaco pelo sul e centro. Pelo sul, os grupos mais afetados foram os de fila linguística Guaicurú, Toba e Pilagá;

[54] Fig. 03, p. 73.
[55] Fig. 04, p. 74.
[56] Nome atual do grupo. Em 1931 eram conhecidos por Chulupís. (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD; BARBOSA, 2010, p. 8).
[57] Chanés em 1931. (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD; BARBOSA, 2010, p. 8).
[58] Antigo nome dado aos atuais Guaranis. (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD; BARBOSA, 2010, p. 8).

pelo leste-sudeste, os de fila linguística Mascoy, Lengua, Sanapaná, Angaité, Toba. Através dessa descrição, observamos que há um complexo emaranhado de etnias em um ambiente em disputa onde as fronteiras territoriais defendidas pelos dois Estados estão nesse entremeio[59]. Ressaltamos que a descrição acima foi feita através da entrada dos dois países na região, porém, estamos trabalhando com a perspectiva de *middle ground*. Portanto, os grupos citados, apesar de estarem localizados próximos a cidades identificadas como bolivianas ou paraguaias, são povos que não se consideravam bolivianos nem paraguaios.

É importante ressaltar que os parágrafos a seguir tratarão das diversas etnias que formavam o território chaquenho quando se inciaram as hostilidades. A principal bibliografia utilizada para a análise é *"MalaGuerra"* e *"Los Hombres Transparentes"*, obras já citadas. Observando os diversos artigos que compõem essas obras, podemos notar que os autores utilizam o etnólogo sueco Erland Nordenskiöld como uma de suas referências para falar das etnias da região do rio Pilcomayo e do oeste do Chaco. Em *La vida de los índios,* Nordenskiöld apresenta um primeiro estudo aprofundado sobre os indígenas das regiões citadas. Na obra, o autor aborda a sociedade dos grupos que habitavam o norte argentino, extensão do rio Pilcomayo, Nivaclé, Maka, Wichí, Toba, bem como os habitantes do oeste chaquenho, região do rio Parapetí, os Chané e os Chiriguanos. Nordenskiöld realizou a viagem à região entre os anos de 1908 e 1909. Assim ele descreve sua intenção com a obra *La vida de los índios*:

> Trataré en él de describir la intimidad de esta gente, su sociedad, su vida doméstica, su lucha por la vida, sus disputas, su educación, sus conceptos morales, su religión y sus cuentos. Ante todo he querido contribuir al conocimiento da las características de la sociedad indígena. (NORDENSKIÖLD, 2002, p. 1).

Essa obra foi também uma das referências utilizadas por Nicolás Richard para a elaboração do mapa étnico do Chaco. Além desse referencial, Richard utilizou os informes das missões de reconhecimento do Chaco executadas pelo explorador Ian Belaieff nos anos de

[59] A ideia inicial desta pesquisa era ver a situação dos povos chiquitanos durante a guerra, pois eles têm uma relação mais próxima com o Brasil devido à ocupação das regiões de fronteira nacional com o Estado de Mato Grosso. Porém, ao longo das leituras e conversas com o orientador, chegamos à conclusão de que eles foram pouco afetados pelo desenvolvimento do conflito, por causa de sua localização geográfica (extremo norte da região). Portanto, ficaria difícil defender as hipóteses utilizando os chiquitanos.

1924 e 1925. Conforme Capdevila, Combès e Richard (2008, p. 36), Belaieff era um militar de origen russa íntimamente ligado à questão indígena na guerra. Foi o principal explorador do exército paraguaio na região do Alto Paraguai e Nanawa. Durante a década de 1920, foi responsável por fazer alianças locais com caciques Chamacoco, Tomaraho e Maká, que permitiram ao exército avançar sobre o Chaco. Os informes da missões foram entregues ao *Ministerio de Guerra y Marina* em Assunção, Paraguai. Em *Los Hombres Transparentes*, Richard apresenta, juntamente com o mapa étnico do Chaco de sua autoria, um mapa elaborado por Belaieff sobre a organização espacial das etnias em 1932. (RICHARD, 2010, p. 9). Segundo Capdevila, Combès e Richard (2008, p. 64), quem confrontar o mapa étnico de 1931 com mapas de 1950 e atuais pode pensar estar consultando mapas de regiões totalmente diferentes, pois, após a guerra, houve uma completa remodelação do espaço chaquenho. Além disso, esses autores destacam que, na história da guerra, as fases preliminares de exploração militar e fundação dos fortes são um momento privilegiado para se obter informações a respeito dos indígenas, já que os grupos étnicos aparecem constantemente nas fontes pesquisadas, que são os relatos das expedições. (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD, 2008, p. 19). Um pouco da história dessas expedições pode ser observado no decorrer deste capítulo, principalmente as expedições realizadas pelo Estado boliviano.

3.3 - As expedições bolivianas ao interior do Chaco. O contato com diversos grupos indígenas

As primeiras expedições bolivianas de cunho militar se iniciaram em 1927 e terminaram com o início do conflito em 1932. Retomando Quijada (2000, p. 191), entendemos que essas expedições tinham a função de expandir o conhecimento geográfico sobre a região. Sobre a história dessas expedições, as informações que estamos utilizando nos chegam através de Isabelle Combès, e sobre a história dos Zamucos/Ayoréode através de Volker Von Bremen. Combès é antropóloga, etnohistoriadora, investigadora associada ao Instituto Francês de Estudos Andinos e membro do Grupo de Estudos e Investigaciónes Andino-Amazónicos do Departamento de Antroplogia Cultural, História da América e África da Universidade de Barcelona (TEIAA). Em *El coronel Ayoroa y los índios del lugar,* artigo que faz parte do livro *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)* publicado em 2010, a autora nos conta como foram as expedições do referido militar nas terras do Chaco. Combès utiliza como uma de suas principais fontes o *Diário de campaña do coronel Ayoroa.* Volker Von Bremen também é antropólogo, em

Impactos de La guerra del Chaco en la territorialidad ayorea, artigo que compõe o livro *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935)* publicado em 2008, temos acesso à história dos Zamucos/Ayoréode desde antes da guerra até os anos posteriores ao conflito.

A exploração da região do Chaco pelos militares foi encabeçada pelo Tenente Coronel Ángel Ayoroa, que, em abril de 1927, juntamente com dois soldados e um civil, inicia o reconhecimento da região partindo de Charagua (Isoso) em direção ao rio Pilcomayo. A intenção era traçar caminhos e encontrar fontes de água para a futura instalação de fortes militares. Para conseguir êxito nessa missão, Ángel Ayoroa contou com o apoio de indígenas locais que serviram de guias abrindo caminho para a pequena expedição. Ayoroa utilizava como moeda de troca o tabaco e bebidas alcoólicas. (COMBÈS, 2010, p. 43). Essa primeira expedição se deslocou sobre território Tapiete. Os indígenas locais que auxiliaram a expedição eram dessa etnia que se localizava no extremo alto Isoso, à margem direita do rio Parapetí. De acordo com Combès (2010, p. 41), os habitantes indígenas do Isoso são descendentes de grupos Chanés inicialmente "guaranizados" pelos Chiriguanos. Somavam cerca de 2.000 pessoas os Isoseños em 1927, repartidas em dezenas de comunidades ao longo do rio Parapetí. A partir dos relatos de Ayoroa, Combès descreve os Tapiete como sendo índios que possuem rebanhos de ovelhas e cabras, alguns cavalos, cachorros e muitos papagaios. Os homens andam com arcos e boa quantidade de flechas. Vivem nus ou com tangas. As mulheres usam uma manta que encobre a cintura. (COMBÈS, 2010, p. 45).

A expedição de Ayoroa seguiu em direção ao rio Pilcomayo (localidade de d'Orbigny), mas, quando se aproximou da região, os guias Tapiete manifestaram seus temores de se aproximar do território dos Tobas, seus inimigos. Porém, a expedição alcançou o ponto sem maiores problemas em relação às diferenças Tapietes e Tobas. (COMBÈS, 2010, p. 46).

Ayoroa menciona que a utilização dos Tapiete como guias na expedição foi indispensável pelo conhecimento que eles têm do lugar. Apesar de carregar consigo uma bússola, Ayoroa destaca que ela servia apenas para a confirmação da direção, pois os índios conheciam cada lugar com o nome dado por eles em guarani. Além disso, em seus relatos, o militar destaca que os Tapiete são os melhores futuros defensores do Chaco. (COMBÈS, 2010, p. 46-47).

A segunda e a terceira expedição militar se deram nos anos de 1931 e 1932, respectivamente, na região central do Chaco. Em março de 1931, o Tenente Germán Busch foi encarregado de descobrir a localização de missão jesuítica San Ignácio de Zamucos, fundada no século XVIII. A missão agrupou diferentes grupos *zamuco-hablantes* durante

mais de 30 anos e foi abandonada em 1745 por problemas internos e pela hostilidade dos Tobas do sul do Chaco. O Estado boliviano não sabia a localização exata de San Ignácio de Zamucos. Encontrar a missão perdida era de suma importância para as reclamações de fronteira territorial da Bolívia diante do Paraguai. (COMBÈS, 2010, p. 48). Em agosto de 1931, uma comissão exploradora formada por Ayoroa, Gérman Busch, dez soldados e seis índios locais, andou pela região do forte Ravelo, pelas Salinas, pelo Isoso, chegando a Charagua. A expedição utilizou os caminhos indígenas para percorrer esses lugares. Para Combès, é bem possível que esses índios teriam sido os de língua Zamuca, provavelmente índios de fala Zamuca que integravam as ex-missões chiquitanas desde o século XVIII. (COMBÈS, 2010, p. 52). Nessa expedição de agosto de 1931, foi fundado o forte Ingavi, que seria ligado, a partir de janeiro de 1932, com Charagua por caminhos passando pelo forte intermediário 27 de noviembre. Essa seria a última missão de Ayoroa. (COMBÈS, 2010, p. 57).

Ao mesmo tempo que são fundados os primeiros fortes da região do Pilcomayo no início do século XX, foi fundada uma confederação guerreira que unia vários grupos do sul para lutar com mais força contra grupos do norte. Essa confederação se chamava Guiday-gosode e era liderada pelo grande cacique Uejai[60].

A instalação dos fortes ao longo das margens do rio Pilcomayo empurrou os povos Nivaclés, Wichí em direção ao norte. Esses, por sua vez, empurraram os Ñanaiguas e os Tapiete em direção leste, provocando conflitos com os Zamucos/Ayoréode[61]. Assim, se esses já tinham problemas internos no início dos anos 1900, a partir da intensificação das expedições e fundação de fortes[62] nos anos 1920 e início da década de 1930, esses problemas se tornaram mais agudos.

Não foi apenas o exército boliviano que teve contato com os diferentes grupos Zamucos/Ayoréode. O Paraguai também esteve em contato com eles quando ocuparam a região da lagoa Pitiantuta e proximidades do forte Baptista. Para a ocupação e fundação de

[60] Combès faz uma análise mais profunda sobre a Confederação Uejai demonstrando os diferentes nomes dos grupos que fizeram parte e suas principais características. (COMBÈS, 2010, 58-66).

[61] Bremen (2008, p. 334) utiliza o termo Zamucos/Ayoréode por entender que são antepassados diretos dos Ayoréode de hoje que são conhecidos por Ayoreos. Para Combés (2010, p. 70), o termo Ayoreo começou a ser registrado pouco depois da guerra, sobretudo, a partir de 1948. Assim, o termo não poderia ser usado para o período da guerra e anteriores. Porém, como Bremen também nos serve de referência na narrativa histórica da participação indígena na guerra, quando estivermos utilizando esse autor manteremos os termos por ele utilizados. (BREMEN, 2008, p. 336-337).

[62] Em 1906 e 1907, o exército boliviano fundou os fortes Guachalla, Ballivián e Esteros. Os fortes Ravelo, Ingavi, Aroma e Junín foram fundados em 1931. Sucre, Madrejón, Florida e Baptista em 1932. (BREMEN, 2008, p. 340-341).

fortes, os paraguaios contaram com o apoio dos índios Chamacocos, que em contato com etnias Ayoreas travaram batalhas[63].

A presença militar provocou alterações na organização sociopolítica dos Zamucos/Ayoréode, pois os fortes foram instalados nos locais onde eles viviam por serem os locais onde havia água. Apesar de não ter havido batalhas bélicas em seu território, a presença dos militares ia trazer efeitos duradouros a vida dos Zamucos/Ayoréode. Os militares ocuparam de forma permanente pontos chaves dos seus territórios, impossibilitando-lhes o acesso às fontes de água. Nos meses finais de 1934, as tropas paraguaias avançaram até o forte Florida e posteriormente até Ingavi, definindo, assim, uma linha imaginária ao sul de Ingavi-Bahia Negra. (BREMEN, 2008, p. 345).

Diferentemente dos exploradores e viajantes que passaram pela região utilizando os caminhos e recursos por curto prazo, os militares se instalando em território Zamucos/Ayoréode o fizeram por longo prazo. Os militares e sua maquinaria de guerra introduziram na região artefatos desconhecidos nesse ambiente, causando inquietude e insegurança entre os Zamucos/Ayoréode:

> Cada vez que escucharon una detonación de proyectiles explosivos, los ayoréode creían que una estrella cayó del cielo. La existencia de una armada permanente, los movimientos de tropas e su abastecimiento, la extensión de la red vial enfrentaron a los ayoréode con una serie de elementos totalmente nuevos, los cuales no existían en su modo de vida y no sabían ubicar facilmente dentro de su propia cosmovisión. (BREMEN, 2008, p. 346).

De acordo com Bremen (2008, p. 347), ao contrário dos primeiros contatos com as expedições bolivianas antes da guerra, o que se viu ao longo dos três anos do conflito foi que não houve contatos amistosos duradouros com os militares. A experiência dos Zamucos/Ayoréode diante da presença militar foi catastrófica para os grupos. Deslocamentos, fugas, mortes, marcaram os Zamucos/Ayoréode desde a intensificação das ações bélicas e no decorrer dos anos posteriores a 1935. Após o final do conflito e o estabelecimento dos limites internacionais entre Bolívia e Paraguai, a colonização aumentou, a partir dos anos 1940, na região do centro norte do Chaco. Segundo Bremen, a colonização no lado boliviano se

[63] Os Paraguaios fundaram nessa região os fortes General Díaz, Torres, e Carlos Antonio Lopez (Pitiantuta). (BREMEN, 2008, p. 343).

intensificou na Chiquitanía através da extensão de vias de comunicação[64] entre Santa Cruz de La Sierra, Puerto Suarez e Corumbá, trazendo trabalhadores e novos colonos para a região. As missões religiosas foram a principal alternativa de vida para os Zamucos/Ayoréode após a guerra. Destruindo sua soberania sobre seu território e sua vida, a guerra foi o ponto de partida de um processo que levou os Zamucos/Ayoréode a uma vida de dependência das missões. (BREMEN, 2008, p. 350).

Portanto, a soberania territorial, a organização socioeconômica e a visão de mundo dos Zamucos/Ayoréode em seus diversos grupos, ditavam nas primeiras décadas do século XX o ritmo de vida na região central do Chaco. Com os preparativos para a guerra e o início das hostilidades, começou também um ataque direto ao modelo de vida dos Zamucos/Ayoréode. A invasão do território, a ocupação permanente de pontos vitais, causaram deslocamentos dos diversos grupos Zamucos/Ayoréode uns sobre territórios de outros, provocando, além dos enfrentamentos com militares, enfrentamentos entre si. Assim, podemos observar que, mesmo sem terem pegado em armas em defesa da Bolívia ou do Paraguai, os Zamucos/Ayoréode sofreram profundas alterações na sua concepção de vida. Diante de um elemento externo, tiveram que criar estratégias, adaptações, se reorganizar, territorializar novos espaços em função da pressão de um conflito entre nações vizinhas.

3.4 - O rio Pilcomayo médio, espaço dos Nivaclés

Outro grupo que sofreu profundas alterações em seu cotidiano foi os Nivaclés[65]. As informações que nos chegam sobre esse grupo indígena são das pesquisas realizadas por: Nicolás Richard, etnólogo e etnohistoriador, investigador do Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo Le Paige de São Pedro de Atacama, no Chile. Richard, como já foi dito, é um dos integrantes do programa de investigação "Los indígenas en la guerra del Chaco". Em parceria com Pablo Barbosa, escreveu *"La danza del cautivo. Figuras Nivaclés de la ocupación del Chaco"*, artigo que está na obra *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)*. A principal fonte utilizada pelos autores para tratar dos grupos Nivaclés são entrevistas realizadas com indivíduos do grupo nos meses de

[64] A construção da linha férrea que liga as cidades de Corumbá-BR a Santa Cruz de la Sierra-BO demandou uma mão-de-obra numerosa. Foram os Chiquitanos um dos principais agentes na construção dessa ferrovia. Deslocaram-se novamente para a região em busca de melhores salários. Viam o emprendimento como o momento propício para conseguirem a liberdade e a independência de seus patrões encomenderos. Essa migração levou ao surgimento de novas comunidades que existem até os dias atuais ao longo da Ferrocarril. (SOUZA, 2009. p. 112-113).

[65] Os grupos conhecidos como Chulupis em 1931 são atualmente chamados de Nivaclés. Os autores que utilizamos para falar da história desses grupos utilizam constantemente sua designação atual.

julho e agosto de 2008 e setembro de 2009 (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD; BARBOSA, 2010, p. 211). Pablo Barbosa é antropólogo, doutorando pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e também faz parte do mesmo programa de investigação citado; Miguel Fritz é um missionário oblato de origem alemã que esteve pelo Vicariato de Pilcomayo, região noroeste do Paraguai, atual Chaco paraguaio onde vivem grupos Nivaclé. Fritz utiliza também alguns depoimentos como fonte de sua pesquisa[66]; Lorena Córdoba e José Braunstein são antropólogos da Universidade de Buenos Aires, Argentina.

Tradicionalmente, os Nivaclés ocupavam a região do rio Pilcomayo médio, em sua margem direita[67]. Os momentos de instabilidade entre os grupos Nivaclés ocorreram ainda no período anterior à guerra, com o avanço da colonização de colonos "brancos" no norte argentino, a instalação dos fortes bolivianos na região[68] e das missões oblatas[69] a partir de 1925. Além desses contatos citados, em 1934, os Nivaclés sofreriam ainda o contato com os militares paraguaios em seu avanço sobre os fortes bolivianos. Entre os diferentes momentos de contato que alteraram a dinâmica dos Nivaclés, a guerra foi o mais intenso período de pressão sobre eles. O impacto do conflito provocou um efeito desarticulador na estrutura Nivaclé, reterriorializando seus espaços através das múltiplas variáveis que a guerra trouxe.

A região em questão foi local de intensas atividades militares, tanto bolivianas quanto paraguaias, tendo em vista que a maior parte dos fortes bolivianos estavam instalados no triângulo Ballivián, Boquerón, Sorpresa, e os fortes paraguaios numa linha que se estendia de Gondra até Bruguez[70]. Em uma história Nivaclé caracterizada por mortes, violação, perda de

---

[66] Fritz (2008, p. 156) fala que em 1994 teve a oportunidade de entrevistar 16 anciãos Nivaclé e um missionário, todos contemporâneos do tempo da guerra.

[67] Fig. 05, p. 75, onde foram instalados os fortes Esteros, Linares, Muñoz.

[68] O forte Esteros é o último forte boliviano sobre as margens do rio Pilcomayo, posição que servia para assegurar as pretensões bolivianas. Em 1923, é fundado o forte Muñoz e, seguidamente, nos próximos anos antes de 1932, os fortes Saavedra, Cuatro Vientos, Alihuatá, Tinfunqué e Sorpresa. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 121).

[69] Os Missionários Oblatos de Maria Imaculada são uma congregação missionária presente atualmente em 67 países do mundo. Vivem em comunidades apostólicas de padres e irmãos, unidos a Deus pelos votos da vida religiosa: pobreza, castidade e obediência. Disponível em: < http://www.omi.org.br/#!histrico/cdvv> Acesso em 08 de ago de 2013.

As missões dos oblatos são de religião católica procedente da Alemanha e se instalaram na Bolívia em 1925, a pedido do então Presidente Juan Bautista Saavedra. A instalação das missões oblatas se deu em território Nivaclé, sobre a margem direita do rio Pilcomayo nas proximidades do forte Esteros. A primeira missão recebeu o nome de San José de Esteros e tinha a função de pacificar os Nivaclés. Segundo Fritz (2008, p. 150-151), o governo paraguaio desde o século XIX tinha a intenção de colonizar o Chaco, assim como o governo boliviano. Ambos os países tiveram êxito através de suas respectivas frentes missionárias. Apesar das diferenças entre as missões "bolivianas" e "paraguaias", elas participaram de alguma maneira da guerra. Foram parte da história de ocupação do território chaquenho e, portanto, participaram do futuro cenário da guerra. (FRITZ, 2008, p. 149-170).

[70] Ver mapa Fig. 05, p. 75.

soberania, doenças, o contato com o mundo "branco" deixou marcas que podem ser observadas até nossos dias.

Em fins do século XIX, algumas migrações de grupos Nivaclés podem ser observadas devido à ocupação do norte argentino por colonos de origem europeia que pressionaram etnias Toba e Pilagá a se deslocar sobre seu território. De acordo com Córdoba e Braunstein (2008, p. 138), entre 1910 e 1930, os colonos crioulos ocuparam sistematicamente o norte argentino no rio Pilcomayo médio, região dos Tobas e Pilagás. Os Nivaclé e os Toba são inimigos históricos. Assim, o contato de colonos com indígenas provocou muitos enfrentamentos. Foram as missões oblatas que conseguiram apaziguar um pouco os conflitos tanto entre colonos e indígenas quanto entre as etnias inimigas. Em dezembro de 1928, quando houve o primeiro incidente entre militares bolivianos e paraguaios, os missionários observaram que seu trabalho na região estava sendo obstacularizado e que os índios das diferentes etnias se sentiam irritados e molestados pela presença militar que se intensificava. (CÓRDOBA; BRAUNSTEIN, 2008, p. 131).

O aumento dos efetivos militares e o início das hostilidades provocaram deslocamentos forçados e migrações dos diversos grupos da região do médio Pilcomayo. Entre os Nivaclés, algumas histórias de conflito com os militares bolivianos podem ser observadas. Segundo Fritz (2008), os primeiros conflitos entre os militares bolivianos e indivíduos Nivaclés se deu após a instalação dos diversos fortes sobre o espaço indígena. Os militares destacados para a instalação e controle dos fortes não retornavam aos seus locais de origem, estabeleciam-se nas proximidades dos fortes e por ali permaneciam mantendo contato direto com os Nivaclés:

> Un ejemplo en la memoria nivaklé, es el relato de las niñas nivacché que fueron, como de costumbre, a recoger las vainas del algarrobo. La diferencia es que ahora transitaban por la "propiedad" de uno de aquellos bolivianos, que defendió sus tierras matando las niñas. Una de ellas logró escapar […] y contó a su gente lo sucedido, quienes en enseguida tomaron venganza. (FRITZ, 2008, p. 152).

Em outro relato apresentado por Fritz, podemos ver novamente o conflito entre militares bolivianos e índios Nivaclés, por volta de 1922. Trata-se de um assassinato em

massa provocado por militares após enganarem em torno de 200 indivíduos Nivaclés com a promessa de que, se eles cavassem uma fossa, todos ganhariam carne assada. Uma vez terminado o trabalho e com a carne pronta para comer, foram fuzilados caindo na própria cova que haviam cavado. Apenas 10 indivíduos conseguiram escapar. Mas a vingança dos Nivaclé se deu em seguida. Esperaram os militares bolivianos ficarem bêbados e sonolentos e se encarregaram de matá-los. (FRITZ, 2008, p. 153).

Foram nas missões oblatas que alguns Nivaclés se refugiaram como forma de se proteger contra a presença cada vez mais intensa de militares bolivianos na região. Outros, por sua vez, se deslocaram para regiões onde havia pouca ou quase nenhuma presença militar. Além disso, houve migrações para o norte argentino. (CÓRDOBA; BRAUNSTEIN, 2008, p. 134). Córdoba e Braunstein, nesse sentido, afirmam que muitos Nivaclés cruzaram o rio estabelecendo-se no lado argentino da fronteira. As missões tiveram, nesse momento, um papel de mediadora dos conflitos entre índios e "brancos" e entre os próprios grupos. Alguns Nivaclés ingressaram na missão Toba (norte argentino) e por lá se estabeleceram sob os cuidados dos missionários que conseguiram manter apaziguados índios das duas etnias inimigas. (CÓRDOBA; BRAUNSTEIN, 2008, p. 142). Segundo os relatos missionários descritos pelos autores, a guerra proporcionou que os Nivaclés e os Tobas conseguissem viver em comunidade por um longo período, possibilitando assim a mestiçagem entre os dois grupos sob tutela da missão. Por outro lado, alguns grupos Tobas que não estavam reduzidos às missões se aproveitaram da guerra para se aprovisionar de material bélico deixado no campo de batalha. A posse de armamento dos exércitos aumentava consideravelmente o poder desses grupos que logo utilizaram contra seus inimigos tradicionais. (CÓRDOBA; BRAUNSTEIN, 2008, p. 143).

Em inícios de 1934, o avanço paraguaio se direciona para a região dos fortes bolivianos do rio Pilcomayo médio, e, portanto, os Nivaclé sofrem o contato com os militares desse país. A situação dos Nivaclé ficou mais complicada com a presença dos militares paraguaios por causa do seu avanço sobre as mulheres dessa etnia. Segundo Fritz (2008, p. 158), os paraguaios não podiam ver as mulheres Nivaclés, ficavam loucos e se atiravam sobre elas. Porém, os Nivaclés preferiam o contato com os paraguaios, pois, através deles, obtiveram muitas armas para suas lutas. (FRITZ, 2008, p. 159).

Os Nivaclés formavam um grande cacicado que se chamava Tofaai, responsável pela liderança do grupo em seu território. Tofaai é o nome do cacique, uma figura da história da região conhecida desde a instalação dos fortes bolivianos. O cacicado funcionava como entidade política e era formado por um conselho composto pelos índios mais velhos, por

chefes locais e outros caciques da região. Tofaai foi o responsável pela mediação do contato com os militares bolivianos e paraguaios. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 130).

Até o momento, falamos dos Nivaclés como grupo, como etnia diante do contato com colonos do norte da Argentina, com militares bolivianos e paraguaios. Vimos que a chegada desses novos elementos na região, a partir do final do século XIX, foi determinante para a modificação das relações internas e externas desse grupo. Trataremos agora da história de um indivíduo Nivaclé que teve sua vida alterada com a chegada dos militares bolivianos e a instalação dos fortes na região do rio Pilcomayo médio. O personagem é o sargento Tarija. A sua história é descrita por Barbosa e Richard como sendo a de um prisioneiro, o *ihankumed*[71].

A história de Tarija começa quando sua família topa com uma patrulha militar boliviana e é desencadeado um pequeno conflito em que seu pai foi morto, seus irmãos conseguiram escapar e ele foi feito prisioneiro e levado para o forte Esteros. Tarija tinha em torno de 10 anos quando ocorreu o incidente. No forte, os militares criaram Tarija, deram-lhe o que comer, ensinaram-lhe a ler e escrever. Quando jovem, Tarija foi transformado em soldado desse forte. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 154). Os autores não conseguem definir muito bem a data do acontecimento, mas acreditam que foi na época da estruturação de Esteros, portanto, quando se inicia a guerra Tarija devia ter em torno de 30 anos.

Como já foi dito, o forte Esteros é a última fortificação boliviana às margens do rio Pilcomayo. Segundo Barbosa e Richard (2010), devido a grande distância em relação às cidades bolivianas, o abastecimento do exército era feito pelo norte argentino e, portanto, por território Nivaclé. Assim, a relação entre os militares e os Nivaclés era constante. O forte estava localizado nos limites do cacicado Tofaai, sendo então vizinho ao território Nivaclé. Nos anos posteriores à fundação do forte Esteros, a relação entre o dispositivo militar e o espaço indígena era relativamente equilibrada e estável. A partir de 1923, com a intensificação da presença militar, Esteros serviu como base para o avanço boliviano em direção à região central do Chaco. Houve um considerável aumento do efetivo de soldados, fundação de outros fortes e aumento da estrutura de comunicação e logística que incluía uma pista de pouso de aeronaves. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 157).

Estando o forte praticamente dentro do espaço Nivaclé, as relações entre indígenas e integrantes do corpo militar eram intensas. O trânsito de homens e mulheres Nivaclés ao interior do forte era constante, diário. Tarija fazia a mediação desse contato. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 160). Tarija levava muitos Nivaclés ao quartel boliviano, porém, esses

[71] A história do sargento Tarija é construída pelos autores através de entrevistas realizadas com alguns Nivaclés em pesquisa de campo em julho e agosto de 2008. (BARBOSA, RICHARD, 2010, p. 152).

jovens não participaram da guerra. Também havia a presença de mulheres Nivaclés no forte. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 161). Nesse sentido, os autores destacam que a relação entre militares e mulheres se deu assimetricamente, não havia passividade por parte das mulheres. Em um depoimento de uma mulher Nivaclé[72], fica evidente que as mulheres não estavam no forte em situação passiva, desenvolveram estratégias em suas relações com os militares: "Las mujeres que se juntaban con los bolivianos […] trabajaban así como lavanderas, cocineras, y la comida que sobraba después se la llevaban a su gente en las aldeas". (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 163). Existem relatos de que as mulheres serviam também de prostitutas para os militares bolivianos. Destaque para o caso de um dos principais líderes de movimento indígena em 1980 na Bolívia, Alberto Santa Cruz, filho de uma mulher Nivaclé e do comandante do forte Esteros na época, o oficial boliviano de nome Santa Cruz. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 163).

A questão de relacionamentos mais estáveis e contínuos entre mulheres Nivaclés e militares bolivianos destacados na região levou o Estado Maior boliviano a aumentar a rotatividade dos militares destacados nos fortes para impedir que soldados estabelecessem laços permanentes com alguma mulher que pudesse levá-los a desertar. As mulheres tinham acesso mais fácil ao forte e aos bolivianos, serviam de mediadoras conseguindo víveres para o resto da aldeia. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 164).

Voltando à história de Tarija, Barbosa e Richard descrevem que em determinado momento, entre idas e vindas às aldeias Nivaclés e a iminência da guerra, Tarija organizava a vingança da morte de seu pai. Nas suas visitas aos acampamentos, vestido como militar, com seu uniforme, Tarija alertava sobre a iminência da guerra com os paraguaios e aconselhava os indivíduos que foram recrutados a desertar e os integrantes dos grupos a se deslocarem para locais distantes dali, onde nem paraguaios nem bolivianos fossem capazes de encontrá-los. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 167). O conselho dado por Tarija surtiu efeito. Os Nivaclés arregimentados desertaram em grande quantidade levando consigo armas e uniformes recebidos dos militares: "Por consejo de Tarija, los jóvenes conscriptos van abandonando el fortín, llevando consigo las armas y uniformes recibidos de los bolivianos". (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 168). O exército boliviano já havia feito um alerta guarnição em Muñoz,

[72] María Candia é seu nome. Foi entrevistada em 19 de agosto de 2008 na missão de San José de Esteros (atual território paraguaio). (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 163).

no final de 1931, em função de que não fossem distribuídos armas e uniformes entre os indígenas, a menos que fosse desenvolvido um sentimento nacional neles[73].

A vingança de Tarija começou a se concretizar quando ele conseguiu progredir na hierarquia militar, chegando à graduação de sargento, o que lhe possibilitava comandar um grupo de 10 a 20 militares em patrulha pelos caminhos entre os fortes. Sua primeira patrulha oficial como sargento foi em direção ao forte Tinfunqué. No caminho, encontraram quatro soldados paraguaios pescando em uma canoa. Por ordem de Tarija, a patrulha mata três e deixa um sobrevivente para que pudesse avisar sua gente sobre o incidente. A ideia de Tarija era provocar uma resposta paraguaia às mortes. Desse modo, Tarija multiplicou sua estratégia levando uns atrás de outros grupos de bolivianos às posições paraguaias. Sua tática era desenvolvida quando ordenava que os soldados parassem para descansar e comer. Nesse momento, Tarija deixava-os sozinhos e esperava a chegada dos soldados paraguaios que matavam os bolivianos sem grandes dificuldades. Assim, foram muitas as emboscadas provocadas por Tarija em sua busca por vingança. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 170). Sobre o fim do sargento Tarija, Barbosa e Richard afirmam que existem variadas versões, mas que todas são unânimes em afirmar que ele nunca voltou aos grupos Nivaclés. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 169-172). Os autores destacam, ainda, que é necessário levar em consideração que os relatos foram feitos por indivíduos Nivaclés que vivem atualmente no Paraguai, "en un Paraguay aún furiosamente nacionalista, y así como la colaboración nivaclé con el ejército boliviano no es sistemáticamente atenuada en los relatos, su alianza con el ejército paraguayo es simétricamente valorada". (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 171).

Podemos observar através da história do sargento Tarija que sua identidade foi se alterando de acordo com sua situação diante do contato com o "outro". Primeiramente, com sua identidade étnica foi capturado pelos militares bolivianos e criado através de uma cultura diferente. Assim, incorporou a identidade de boliviano como soldado e, posteriormente, sargento. Quando decide vingar a morte de seu pai, parece fazer em nome da identidade Nivaclé esquecida ou, pelo menos, ocultada em determinados momentos. No entanto, com a vingança concretizada, vemos que ele se livra dessas duas identidades, à medida que sua deserção do exército libera seu vínculo de ser boliviano e sua fuga e não retorno a sua etnia de origem lhe livra também de sua identidade étnica. Portanto, Tarija, ao executar sua vingança, se livra de seus dois sentidos de pertencimento.

[73] Através da fonte utilizada por Pablo Barbosa e Nicolás Richard, *Telegrama dirigido por el Estado Mayor a la guarnición de muñoz el 5 de diciembre de 1931*, podemos ver que já havia uma preocupação por parte das autoridades com as deserções. (BARBOSA; RICHARD, 2010, p. 168).

A guerra certamente não iniciou o contato dos Nivaclés com o mundo dos "brancos", mas foi responsável por intensificar a mestiçagem cultural entre os dois mundos, criando tensões até então inexistentes e aumentando os conflitos internos entre as etnias da região do rio Pilcomayo. A dinâmica dos diversos grupos indígenas no lugar onde foram desencadeados com maior intensidade os combates da guerra, às margens do rio Pilcomayo, foi alterada de maneira tão intensa que ao final do conflito não foi mais possível retomar a normalidade antes existente. Segundo Fritz (2008, p. 159), atualmente, com a ajuda dos missionários Oblatos, alguns grupos Nivaclés reconquistaram muitos de seus lugares tradicionais, restituindo assim seus nomes ancestrais. Em 1990, alguns idosos Nivaclés encontraram tumbas de seus antepassados, falecidos quando fugiam dos bolivianos.

3.5 - Um pouco da história da relação dos grupos de fila linguística Mascoy com a guerra, os Angaité

Os grupos Angaité, Sanapaná, Lengua e Toba, localizados na região sudeste do Chaco, nas proximidades de Porto Casado, também sofreram intensamente as mudanças provocadas pela guerra. Como a maioria dos povos indígenas do Chaco, esses grupos tiveram que estabelecer estratégias para lidar com a presença dos militares e a ocupação privada na região. As informações que nos chegam sobre esse grupo indígena são das pesquisas realizadas por Rodrigo Villagra, que é antropólogo pela Universidade de St. Andrews, Escócia. Através do artigo sobre testemunhos dos Angaité sobre a guerra do Chaco, que está no livro *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935),* Villagra nos conta um pouco da história vivida pelos grupos Angaité, Enxet e Sanapaná em relação à guerra a partir de estudos e testemunhos de anciãos desses grupos durante a década de 1990 e 2004. O local onde foram colhidos os testemunhos chama-se colônia La Patria.

Villagra fala que os grupos Angaité, Sanapaná e Enxet, apesar de terem ficado à margem do cenário dos principais combates, não deixaram de ser afetados profundamente ao ponto de sofrerem transformações na sua identidade étnica. (VILLAGRA, 2008, p. 67). O autor apresenta quatro tipos diferentes de ocupação "branca" na região desses grupos: a primeira por indústrias como a fábrica de tanino que se chamava Puerto Casado em 1889; a segunda foi a ocupação pelas missões anglicanas; a terceira pelos menonitas; a quarta pelos militares. (VILLAGRA, 2008, p. 71-73).

Villagra afirma que a participação dos Angaité como população civil afetada pelo fogo cruzado, avanço e retrocesso das tropas beligerantes, foi menor em relação aos Enlhet

localizados mais a noroeste, dos Nivaclé bem mais ao oeste e dos Ayoreos situados bem ao norte. Isso porque estavam localizados na retaguarda das tropas paraguaias e distantes das vias de comunicação terrestres que serviam para o abastecimento do exército. (VILLAGRA, 2008, p. 75-76).

Um testemunho colhido por Villagra é de um senhor chamado *Capataí Segura*. Ele conta que era criança durante a guerra e que havia um indígena que se chamava José Gonzáles, que tinha ido à guerra e trazia carne de vaca de caminhão para a aldeia, tirava dos armazéns, das provisões do exército. (VILLAGRA, 2008, p. 80).

Em outro testemunho, com o senhor Cacho Lima de 82 anos de idade, é possível observar como alguns acontecimentos da guerra influenciavam a vida dos locais. Cacho Lima conta que tinha 12 anos de idade quando os paraguaios passavam pelas terras onde morava, em busca dos bolivianos. Ele narra que haviam muitas ovelhas e que elas tinham medo dos disparos. Chaco Lima fala que os paraguaios, após o final da guerra, não queriam mais sair das terras por ser um bom lugar: "Antes no había paraguayos, por causa de la guerra vinieron a enfrentarse con los bolivianos y vieron que estos lugares eran buenos e no querían irse más". (VILLAGRA, 2008, p. 85).

Villagra apresenta uma entrevista realizada por outro antropólogo[74] pelo ano de 1980. O entrevistado chamava-se Tomás Kilwaia, pertencia a um grupo Enxet, havia nascido em 1914 e tinha 76 anos de idade quando entrevistado. Nos relatos, podemos ver que o grupo Enxet participava da guerra fazendo trabalhos secundários. O entrevistado relata que eles realizavam abertura de caminhos, reparos em pontes. Relata ainda que alguns oficiais queriam mandá-los às frentes de batalha, mas que conseguiram fugir. Kilwaia fala que não foi fácil porque não havia comida nem outras coisas para sobreviver. Relata que quando conseguiu voltar à aldeia onde vivia estava quase morto, dizia que era somente um esqueleto. Novamente, Kilwaia fala dos trabalhos que realizavam: "Llevaba paraguayos muertos a bala que teníamos que sacar. Ya estaban pudriéndose. Algunos ya habían muerto cuando ya estaban en los carros. Fue eso lo que me enfermó". Kilwaia termina seu testemunho dizendo que faziam esses trabalhos, e que era um trabalho muito difícil: "Y fue esta clase de trabajo que hicimos en la guerra, y como ya dije era muy difícil. Estábamos muy flacos porque no teníamos nada que comer". (VILLAGRA, 2008, p. 87-89).

Portanto, a partir dos testemunhos apresentados por Villagra, podemos ver que a experiência dos Angaité e dos Enxet na guerra se resumiu a trabalhos secundários devido,

[74] Stephen Kidd.

principalmente, à sua localização geográfica, pois ficaram na retaguarda dos locais onde se desenvolveram as principais operações militares. Entretanto, as consequências que a guerra trouxe para esses grupos foram enormes, sobretudo, em relação à presença do Estado paraguaio após o conflito. Villagra nos informa que as principais consequências ao final da guerra foram: a introdução do guarani como língua e a perda gradual dos idiomas próprios dos grupos; redução da autonomia e mobilidade; expropriação de seus lugares tradicionais; aparecimento e consolidação de empresas que tomaram as terras e estabeleceram estâncias, aumentando o número de cabeças de gado na região. (VILLAGRA, 2008, p. 96).

Villagra apresenta algumas considerações com relação à presença do Estado-nação paraguaio na região após a guerra: com a guerra, o Estado passa a considerar todos os grupos como Angaité; perda da língua Angaité passando a falar guarani. Juridicamente, Villagra fala das perdas territoriais e da violação direta e indireta dos direitos de propriedade. (VILLAGRA, 2008, p. 97).

Com o final da guerra, o Chaco paraguaio torna-se oficialmente incorporado ao Estado através da presença de militares do exército e da ocupação privada da região. Assim, à medida que o Estado passa a desconsiderar a diversidade étnica dos grupos locais e cria uma só categoria que engloba todos os grupos, temos um processo de homogeneização. Retomando Navarrete (2008), Boccara (2002) e Ratto (2005), compreendemos que houve uma complexa desestruturação da cultura dos grupos Angaité, Sanapaná, Enxet etc., mas que também houve uma reestruturação desses grupos com o final da guerra. A partir da institucionalização de seu antigo espaço, agora sob controle do Estado parguaio, e à medida que passaram a fazer parte do Estado e a entender seu funcionamento, os Angaité passaram a utilizar as vias legais e jurídicas em seu benefício. Entendendo que o Estado era culpado pelas mazelas que a guerra trouxe aos grupos, os Angaité reclamavam perante as autoridades pensões para ex-combatentes e parentes de vítimas da guerra. De acordo com Villagra (2008, p. 98), quando fazia entrevistas com Sebastián Vera e Capataí Segura, seus parentes e amigos reclamavam a pensão de combatentes para os mesmos, um reconhecimento sequer marginal que o Estado paraguaio ainda não havia feito.

3.6 - O que sabemos sobre os Enlhet e sua relação com a ocupação menonita

Anteriormente a 1932, os Enlhet já haviam tido contato com o avanço da ocupação "branca" em suas terras. Ainda no final do século XIX, os povos vizinhos aos Enlhet já

tinham tido contato com o mundo "branco". Os Toba-Enlhet e os Guaná tinham contato com fábricas tanineras. Os Enxet e Sanapaná, com missões da Igreja Anglicana, e os Nivaclé com os engenhos de açúcar do norte argentino. Mas foi no final da década de 1920 que a região dos Enlhet foi ocupada com mais intensidade. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 101-102).

Ernesto Unruh e Hannes Kalisch são etnolinguistas. Através de seus estudos é que temos acesso à história dos grupos Enlhet localizados próximos aos assentamentos menonitas. Em *Salvación - ¿rendición? Los Enlhet y la guerra del Chaco,* artigo publicado em 2008 no livro *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935),* faz parte do conjunto de estudos sobre os povos indígenas das terras baixas.

Em 1926, as colônias menonitas se estabeleceram sobre as terras do Chaco, ocupando a região através de investimentos financiados pelo governo paraguaio que tinha a intenção de efetivar sua soberania sobre a região. (TORRACA, 2006, p. 33). Segundo Unruh e Kalisch (2008, p. 102), em 1927, imigraram aproximadamente 1.763 pessoas e formaram a colônia Menno.

Os Enlhet sofreram, portanto, uma dupla ocupação de suas terras em um período de poucos anos. O período da ocupação menonita é também o período das expedições militares que se desenvolviam pelo Chaco para estabelecer rotas e instalar fortes. Segundo explica Unruh e Kalisch (2008, p. 102), os Enlhet se encontraram de um dia ao outro com diferentes frentes de ocupação; uma extremamente violenta em termos físicos, outra, apesar de não utilizar armas de fogo, não era menos violenta.

Os Enlhet foram recrutados pelo exército paraguaio em função de seus conhecimentos do território e do meio ambiente para realizar trabalhos secundários como: abertura de caminhos na mata, escavação de trincheiras e a construção do forte Boquerón. À medida que se intensificava a presença dos militares paraguaios em suas terras e a proximidade da guerra, os Enlhet passaram a sofrer intensamente a violência dos soldados. Relatos apresentados por Unruh e Kalisch apontam que um grupo de mulheres encontrou soldados conduzindo gado e os cachorros que as acompanhavam latiam assustando o gado. Os soldados enfurecidos com a situação atiraram contra as mulheres. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 104). Além desse fato isolado, a violência dos soldados contra os Enlhet era constante. Devido à superioridade do exército paraguaio, os Enlhet não conseguiam se defender. Iniciaram um processo de fuga de seus acampamentos em direção às colônias menonitas localizadas nas proximidades. As colônias serviriam de refúgio contra os militares paraguaios, pois os Enlhet consideravam os menonitas distintos dos soldados. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 106). Não foi apenas a presença dos soldados paraguaios a causa das fugas. A pressão dos militares bolivianos sobre

grupos Nivaclé e Ayoreos causou a fuga desses em direção ao território Enlhet, provocando-lhes deslocamentos forçados. Além das fugas para as colônias, houve também deslocamentos em direção a lugares distantes longe dos caminhos trilhados pelas tropas. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 106, 110). Entre os primeiros impactos sofridos pelo contato com os militares paraguaios, tem-se os casos de agressão às mulheres Enlhet e casos de infanticídio.

Porém, o maior impacto na vida dos Enlhet se deu após o término do conflito. Grandes epidemias causadas pela contaminação generalizada, por conta do contato com corpos em decomposição, águas contaminadas, provocaram a morte de muitos Enlhet deixando uma geração de órfãos. Existiam casos de indivíduos Enlhet que fugiram do próprio grupo em função da contaminação que atingia parte das aldeias. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 107). A maior concentração dos Enlhet, ao final da guerra, foi nas colônias menonitas. Como não podiam defender fisicamente suas terras contra os militares paraguaios, a estratégia de defesa dos Enlhet foi procurar refúgio junto aos menonitas, pois estes lhes acolhiam e lhes tratavam melhor. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 112). Contudo, essa atitude deixou-lhes em condições de dependência e submissão: "Les quedaba sólo la adaptación a la nueva estructura de poder, la aceptación de sobrevivencia a una manera […] de dependencia. […] la actitud del pueblo enlhet hacia los inmigrantes se cristalizó en la forma de una simisión". (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 113). Vivendo com os menonitas, os Enlhet sofreram a desarticulação de sua vida econômica, do seu espaço geográfico e de seu meio ambiente, tiveram de renunciar às suas festas. Dessa maneira, acabaram por incorporar práticas de vida dos menonitas. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 116-117). Unruh e Kalisch destacam que os Enlhet acabaram sendo evangelizados pelos menonitas, tiveram seu modo de vida alterado de acordo com as práticas menonitas. O batismo selou a rendição dos Enlhet ao seu mundo original. (UNRUH; KALISCH, 2008, p. 118).

Assim, observamos que os Enlhet sofreram uma profunda alteração na sua identidade étnica. Apesar da entrada dos militares e dos menonitas acontecerem num mesmo período, a ocupação militar intensa foi temporária, ao contrário das colônias menonitas que se estabeleceram permanentemente em território Enlhet. A dupla ocupação "branca" sobre suas terras provocou deslocamento em massa às colônias menonitas da região. Vivendo sob a regulação dos menonitas, os Enlhet passaram a viver em condições de dependência, porém, certamente isso não se deu de forma totalmente passiva. As novas gerações já se criavam sob a tutela dos menonitas, portanto, a partir de uma nova identidade muito distante dos antepassados. Observamos, ainda, que os anos da guerra provocaram a aceleração do tempo dos Enlhet. Acostumados a uma vivência em que seu espaço pouco se alterava, o contato com

o “outro”, o “branco”, provocou alterações profundas e extremamente rápidas para sua concepção de mundo. A estratégia desenvolvida pelos Enlhet foi a escolha entre quem os trataria melhor, no caso os menonitas, que consideravam mais pacíficos.

De acordo com Unruh e Kalisch (2008, p. 110), hoje em dia as colônias menonitas cobrem todo território Enlhet. O povo Enlhet inteiro vive diretamente ligado ao mundo menonita. Dessa forma, a partir da desestruturação que a guerra provocou, os Enlhet tiveram como estratégia e como opção se incorporar ao mundo menonita. Assim, a reestruturação Enlhet teve de ser feita no espaço ocupado por “brancos”, espaço que na realidade lhes pertencia.

3.7 - O que nos chega sobre a história do Isoso e dos Isoseños

A região oeste do Chaco também foi profundamente afetada pela guerra. Os povos guarani falantes ocupavam espaços que foram palco da batalha entre Paraguai e Bolívia, sendo, assim, afetados diretamente pelo conflito. Destruição de grande parte de sua cultura, perda de soberania de seus territórios, destruição de aldeias, migrações, genocídio, assim como os demais grupos indígenas do Chaco, os Isoseños também sofreram as consequências da guerra.

As informações que sabemos sobre o Isoso e os Isoseños nos chegam através das duas principais obras que utilizamos como fonte. Isabelle Combès e Jürgen Riester são referências no assunto, e através de suas interpretações podemos entender um pouco da história do Isoso e dos Isoseños e sua relação com a guerra e a ocupação militar da região. Sobre Isabelle Combès, já falamos anteriormente quando tratamos das expedições do coronel Ayoroa, mas em relação ao Isoso analisaremos dois artigos dessa autora: *Crónica de una muerte anunciada: Juan Casiano Barrientos Iyambae (1892-1936)*, publicado em *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)*, e *La guerra del Chaco entre los Chané e Isoseños del Chaco occidental*, publicado em *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935)*, este em co-autoria com Federico Bossert e Diego Villar. Através de testemunhos, documentos oficiais do Estado boliviano e de alguns periódicos de Santa Cruz de La Sierra e de La Paz utilizados como fonte histórica, Combés narra sua interpretação sobre a relação entre “brancos”, Isoseños e militares nas terras do Isoso. Jürgen Riester é antropólogo, diretor da Organização não governamental *Apoyo Para el Campesino Indígena del Oriente Boliviano* (APCOB). Em *Iyambae – Ser Libre. La Guerra del chaco en la memoria indígena Isoseña* publicado também no livro *Mala guerra*, Riester

também escreve a história do Isoso através de testemunhos de Isoseños. Riester dirigiu ainda a produção de um filme documentário: *"Iyambae Ser Libre la guerra del Chaco 1932-1935"* de 35 minutos de duração, lançado em 2005 pela APCOB. O filme documentário é uma compilação de testemunhos com indivíduos Isoseños, principalmente anciãos, alguns eram crianças na época da guerra, outros parentes de combatentes. O artigo de Riester apresenta alguns trechos das entrevistas que aparecem no filme documentário.

Federico Bossert e Diego Villar são antropólogos e também escrevem sobre a história dos indígenas do Chaco no artigo citado, em co-autoria com Isabelle Combès.

Grupos Isoseños já haviam tido contato com os "brancos" antes da guerra, em constantes disputas de terra. Segundo Riester (2008, p. 188-189), o Isoso é o local onde vivem os Isoseños, território localizado às margens esquerda e direita do rio Parapetí. Suas aldeias estão localizadas à cerca do rio, pois seus cultivos dependem das águas. Combès (2008, p. 178) descreve que, a poucos quilômetros ao sul de Charagua, o rio Parapetí nasce nos vales andinos e corre em direção às planícies chaquenhas. Riester aponta que ao longo da história os habitantes da zona tem recebido diversos nomes: Tapui, Chiriguano, Isoseño, Guaraní. Ele explica que, devido aos habitantes se autodeterminarem Isoseños, prefere utilizar este nome para identificá-los. (RIESTER, 2008, p. 188).

Riester observa que, por volta de 1925, haviam disputas de terra na região entre os *karai*[75] e os indígenas locais. A desconfiança frente aos "brancos" é uma atitude generalizada entre os Isoseños antes da guerra, resultado de um longo tempo de relações conturbadas com os "brancos". (RIESTER, 2008, p. 186). De acordo com Combès, muitos criadores de gado já haviam instalados fazendas no Isoso desde 1843. (COMBÈS, 2008, p. 179). No entanto, nessa relação, os Isoseños não ficavam em situação passiva diante dos interesses dos "brancos" em suas terras. Um testemunho apresentado por Riester retrata muito bem o que os Isosenõs pensavam da situação de usurpação de suas terras: "Si la gente tiene otras costumbres te quitan la tierra, tú vives como esclavo, tu sudor mesclado con tus lágrimas caen sobre tu propia tierra". As lideranças do Isoso não ficaram de braços cruzados diante do avanço dos "brancos" sobre sua área, trataram de se relacionar com os governantes em Santa Cruz de La Sierra. (RIESTER, 2008, p. 188). Segundo Combès, as reclamações legais diante das autoridades bolivianas não conseguiam êxito algum, já que as autoridades que recebiam as reclamações, na realidade, eram as mesmas pessoas que estavam invadindo as terras do Isoso. (COMBÈS, 2008, p. 180).

[75] Karai é o patrão (branco), faz de escravos os indígenas do Isoso. (RIESTER, 2008, p.186).

O contato com os *karai* e os problemas relacionados à terra provocaram muitas migrações para o norte da Argentina desde a segunda metade do século XIX. (RIESTER, 2008, p. 186). Os indígenas Isoseños não migravam para qualquer lado, seus deslocamentos eram feitos para lugares onde havia possibilidade de melhorar de vida. Um desses locais era o norte argentino. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 223). Conhecido pelos Isoseños como *Mbaaporenda*, lugar de trabalho, pois ali podiam encontrar parentes ou uma cultura próxima da sua, principalmente em relação à língua. As condições de trabalho nas fazendas em território Isoseño eram pobres e violentas. Na Argentina, as condições de trabalho eram mais atrativas, sobretudo, nos engenhos de açúcar. As migrações eram, muitas vezes, apenas durante as safras Argentinas, mas constantemente se tornavam permanentes. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 220-221). A mesma rota utilizada nos anos anteriores ao conflito, como corredor migratório em busca de trabalho no norte argentino, serviu de rota de fuga nos anos da guerra. Porém, esse corredor de migração era habitado por grupos Chané, Wichí e Toba, povos que da mesma maneira que os Isoseños não entendiam o conflito. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 221-222). Contudo, a migração em massa de Isoseños alterou a dinâmica dos habitantes do norte argentino, de maneira que, ao mesmo tempo em que os Isoseños e Chiriguanos encontravam certa tranquilidade e distanciamento do contato como os *karai*, também reacendiam velhos conflitos com inimigos de longa data como os Chané. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 223). A intensificação da migração indígena para o norte argentino provocou a chegada em massa de grande quantidade de pessoas. Esse problema foi sendo resolvido pelas missões que foram se multiplicando em função da migração. As missões se tornaram abrigo para diferentes etnias que em muitos casos eram inimigas históricas. Os missionários fizeram o papel de mediadores para os conflitos interétnicos dentro das missões. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 226). Ao mesmo tempo em que os Chané sentiam a chegada de Isoseños como uma invasão de seu território, viram se formar no mesmo novas comunidades fundadas pela interação entre os imigrantes. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 227).

No início do século XX, o Isoso era dominado por grande quantidade de fazendas de gado, que representavam os interesses dos particulares "brancos" na região. Nesse momento, os Isoseños careciam de uma organização política forte que pudesse defender seus interesses. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 210). A partir de 1927, Casiano Barrientos assumiu o cargo de Capitão Grande[76]. Casiano era um mestiço filho de um "branco" e de uma

[76] Capitão Grande significa chefe máximo de um grupo. (COMBÈS, 2008, p. 178).

Isoseña. Antes de se tornar Capitão Grande, o cargo estava com seu tio Enrique Iyambae, desde 1923. Foi ele quem nomeou Casiano como seu acompanhante. Portanto, conforme Combès (2010, p. 184), Casiano era membro da família dos dirigentes Isoseños e alcançou o poder de liderança no Isoso pelo seu sangue, pelo seu pertencimento à família que tradicionalmente vinha colocando sucessores no cargo. Apesar de se considerar um Isoseño, era considerado pelo grupo como um *Karai*. Esse fato, por sua vez, lhe dava algumas vantagens nos trâmites dos títulos agrários pelos quais lutava diante das autoridades governamentais. (COMBÈS, 2008, p. 186). Em 1927, um incidente levou Casiano a assumir o poder local. Seu tio Enrique matou sua própria esposa (alguns dizem que por vontade própria, outros que por acidente) e decidiu fugir da região. Assim, Casiano assumiu o cargo de Capitão Grande. (COMBÈS, 2008, p. 187).

Foi sob a liderança de Casiano, que o Isoso se viu inserido nas movimentações para a guerra vindoura. No retorno de uma viagem a La Paz para cuidar de trâmites de questões agrárias, Casiano usa a mão de obra indígena para a abertura de um caminho que iria ligar Charagua até o Isoso, além de outras trilhas ao norte e ao sul do Isoso. (COMBÈS, 2008, p. 189-190). Segundo os testemunhos apresentados por Combès, Casiano estava sendo visto pelos seus como um capataz a serviço do Estado boliviano e dos *karai*, pois, à medida que recrutava homens Isoseños para abertura de caminhos e outros serviços, estaria cumprindo as ordens das autoridades governamentais no sentido de preparar o terreno para a guerra. O testemunho de Rosendo Méndez[77], apresentado por Combès, expõe as acusações a Casiano Barrientos:

> Por esto de mandar hombres a la línea, entre algunos de los hombres ya se escuchan rumores, porque él es *karai*, por esto no nos defiende y no nos guía, se alió con los *karai* para mandarnos a trabajar para ellos. Así habló la gente. (COMBÈS, 2010, p. 191).

A respeito da situação de Casiano Barrientos e sua relação com os paraguaios, Combès observa que em início de 1935 ocorreu uma grande ofensiva paraguaia sobre a região do rio Parapetí. Porém, segundo a autora, a ofensiva paraguaia não teve uma justificativa militar, teria sido apenas para obter gado para alimentar as tropas e obter cavalos para os

[77] Entrevista realizada por Isabelle Combès em 2003. (COMBÈS, 2008, p. 191).

deslocamentos pelo Chaco. Por outro lado, o testemunho de Ángel Rivero, apresentado pela autora, afirma que o exército paraguaio foi chamado ao Isoso pelos opositores de Casiano. (COMBÈS, 2008, p. 193). Os militares paraguaios, segundo os relatos apresentados por Combès, afirmam que os habitantes guaranis do Isoso lhes receberam como irmãos oferecendo seus cavalos e bois. Nesse sentido, afirmam que da mesma maneira Casiano se empenhou em celebrar o reencontro entre os *hermanos guaranís.* (COMBÈS, 2008, p. 197). A intenção dos opositores de Casiano era demonstrar aos militares paraguaios que ele não era um *hermano*, e sim um *karai* que estava do lado boliviano no conflito, e, portanto, não era defensor da "causa guarani". (COMBÈS, 2008, p. 198). Assim, os opositores pediram aos paraguaios que matassem Casiano. Segundo Combès, ao revistarem a casa de Casiano, os militares paraguaios encontraram papéis que confirmavam a luta dele em prol dos indígenas da região diante do avanço particular sobre as terras do Isoso. Após o fato, Casiano é convidado pelos oficiais paraguaios a ir até Assunção para fazer um contato com o Presidente paraguaio. (COMBÈS, 2008, p. 198). O que era uma oportunidade de salvação se tornaria logo o motivo de sua morte. A atitude de ir a Assunção juntamente com militares paraguaios seria considerada pelos militares bolivianos como traição à pátria. (COMBÈS, 2008, p. 199). Devido à intensificação da presença militar no Isoso em 1935, seus habitantes fugiram, como já foi dito, para o norte argentino e para o Paraguai. Muitos Isoseños que migraram para o Paraguai não retornaram à região após o conflito, seguiram vivendo em comunidades que ficaram conhecidas como Guarayos ou Guaraní Ocidentais. Entretanto, a ideia de Casiano era de habitar o Isoso novamente. Assim, ele retorna ao Isoso onde foi fuzilado em 12 de outubro de 1936 por Julio Ortiz, um mestiço Isoseño. (COMBÈS, 2008, p. 201).

O avanço dos "brancos" sobre as terras do Isoso inseriu a noção de fronteira ligada ao Estado-nação e de propriedade privada, fato que se intensificou com a guerra, pois a presença maciça dos Estados no Chaco concretizou essa situação. Nesse sentido, entendemos que as noções de fronteira e limites foram sendo desenvolvidas nos Isoseños ao longo do contato com os "brancos". O período da guerra parece ter intensificado essa ideia no cotidiano do Isoso. Levando em consideração que os Isoseños eram arregimentados para executar trabalhos secundários como abertura de caminhos, localização de água, até podemos entender que o desenvolvimento de um sentido de pertencimento seria algo distante. Porém, se observamos alguns testemunhos que nos chegam através de Riester sobre uma comparação entre os soldados *collas* e Isoseños, podemos dizer que uma aproximação destes ao Estado boliviano pode ser percebida. O exército boliviano tomou a decisão que os Isoseños não seriam utilizados como soldados, ou seja, que não seriam arregimentados para o combate, e, portanto,

não receberiam uniformes. (RIESTER, 2008, p. 193). Desse modo, os relatos testemunham que, quando a guerra avançou sobre a região no final do ano de 1934 e início de 1935, não faltaram piadas dos Isoseños com relação aos soldados do altiplano afirmando que estes não sabiam lutar e que eram covardes:

> Mire patrón, estamos mal nos han avanzados, nuestro ejército no saben combatir, entonces el finado Boni dijo; por eso es que estos no nos quieren dar gorras porque no sabemos manejar armas, decía. Pero ¿Quién tiene la culpa? Sólo las autoridades tienen la culpa.
> Imagínese, si desde más antes los blancos nos reconocieran como bolivianos, nunca íbamos a perder. Porque nosotros éramos más valientes. Yo ahora reconozco eso, actualmente al recordarme de aquellos tiempos que nuestros abuelos cuando eran puros guerreros natos, y realmente eran valientes. (RIESTER, 2008, p. 194).

Contudo, existem relatos que falam de combatentes Isoseños. Combater pelo exército era uma estratégia para aqueles que optavam por não migrar para outras regiões. No relato abaixo, o testemunho fala da diferença dos disparos dos soldados do altiplano e dos Isoseños:

> Dicen que algunos disparaban su arma al aire, y eso los sabían muy bien los enemigos, cuando sienten que las balas pasaban muy alto: ¡Ah, estos son collas! Pero si las balas van bien bajito: ¡Ah, estos son los hermanos! dicen. […]. (RIESTER, 2008, p. 195).

O termo *hermanos* utilizado no testemunho acima levanta outra questão a ser discutida em relação aos Isoseños: a aproximação deles com os paraguaios devido à proximidade linguística. Muitos Isoseños desenvolveram como estratégia ao conflito migrar para o Paraguai, seja voluntariamente ou como prisioneiros. Para Riester (2008, p. 196), entre 2.500 e 5.000 Isoseños estiveram nessa situação. Os paraguaios falavam muito bem a língua dos Isoseños, próxima do guarani, não encontravam dificuldade em se comunicar. Assim, muitos Isoseños migraram para o Paraguai e por lá permaneceram ao término da guerra, incentivados

pela promessa de ganhar terras, gado e cidadania por parte dos paraguaios. Mas nem todos permaneceram por lá. A dificuldade em se adaptar em outra terra trazia à tona a identidade Isoseña ligada às terras de origem. (RIESTER, 2008, p. 198).

3.8 - Identidade étnica, identidade nacional e "abertura para o outro"

Os processos de contato de grupos indígenas chaquenhos com militares e "brancos" permitem visualizar, já desde o final da segunda metade do século XIX, uma complexa rede de relações pessoais entre culturas distintas no ambiente do Chaco. Toda a região foi afetada pela presença do "outro", de maneira que todos os grupos de alguma forma sofreram as transformações provocadas com a chegada de outra cultura, fato que teve sua maior intensidade no período da guerra. Portanto, o processo histórico de contato a que os indígenas chaquenhos estiveram submetidos, principalmente durante o final da década de 1920 e anos posteriores a 1935, foram determinantes para seu destino. Muito longe de o contato ter sido uma oposição entre dominantes e dominados, foi na realidade uma complexa rede de relações em que as práticas desenvolvidas pelos indígenas não foram apenas de aculturação ou resistência. Eles não se anularam diante das práticas desenvolvidas pelos dois Estados. Souberam desenvolver estratégias para amenizar perdas e obter ganhos com a relação estabelecida.

Todavia, pelas narrativas que nos chegam, através dos diversos autores trabalhados, dos diversos grupos chaquenhos durante a guerra, podemos observar que as perdas foram muito maiores que os ganhos obtidos. Nenhum grupo habitante da região ficou imune às consequências trazidas pela ocupação do território. Os Zamucos/Ayoréodes, grupo que não foi diretamente afetado pelos combates, tiveram sua estrutura comunitária afetada pelas expedições desencadeadas pelo seu território antes mesmo da guerra. Essas expedições que acabaram por ditar a proximidade da guerra provocaram migrações e, por consequência, o contato com outros grupos habitantes do Chaco, na maioria das vezes grupos inimigos. O que se viu foi que com o final da guerra a situação dos Zamucos/Ayoréodes não voltou à normalidade. Aquela identidade étnica anterior ao conflito não existia mais. Novas identidades foram construídas com o estabelecimento de aldeamentos em territórios que não eram seus. As missões são um exemplo desses locais. (BREMEN, 2008, p. 350). Anteriormente à guerra, os Zamucos/Ayoréodes tinham a liberdade para movimentar a vida com suas próprias forças. Posteriormente à guerra, essa liberdade ficou limitada. A vida deles no pós-guerra passava a ser de dependência. (BREMEN, 2008, p. 350). Terminada a guerra, o

território tradicional dos Zamucos/Ayoréodes no Chaco central passava a ser território nacional do Paraguai. Assim, com a presença agora definitiva por parte de um Estado nacional, os Zamucos/Ayoréodes passavam a ter também uma identidade nacional, ou pelo menos integravam o território. Segundo Bremen (2008, p. 351), em 1950, a ocupação territorial da região se intensificou por parte do Estado paraguaio com a presença de empresas de prospecção de petróleo. Os primeiros contatos entre os Zamucos/Ayoréodes e os trabalhadores das empresas petrolíferas se deram de forma pacífica. Mas, relacionando-se com o mercado na figura do Estado, os Zamucos/Ayoréodes esperavam poder participar da distribuição das riquezas produzidas pelo petróleo, porém, novamente foram tratados como parte não integrante da nação. A estratégia para mais essa negação de sua identidade foi o conflito com os trabalhadores das petroleiras através de saques de alimentos e ferramentas nos armazéns das empresas. Além do problema identitário, o contato com os trabalhadores das empresas petroleiras trouxe novamente epidemias às aldeias. Sarampo e gripe trouxeram consequências devastadoras, exterminando aldeamentos inteiros e provocando fugas em massa para diversos locais. (BREMEN, 2008, p. 352).

Mudando o foco do Chaco central para a região do rio Pilcomayo médio, observamos que a situação de perdas e ganhos e de estratégias desenvolvidas pelos grupos deste lugar não foram muito diferentes dos Zamucos/Ayoréodes. Os grupos Nivaclé, Toba, Pilagá sofreram com as epidemias, receberam o impacto da evangelização e também foram inseridos na economia de mercado paraguaia. (CÓRDOBA; BRAUNSTEIN, 2008, p. 147). Portanto, novas identidades foram sendo construídas pelos impactos trazidos pela guerra e pelo contato com o mundo externo. No caso da história do sargento Tarija, descrita por Barbosa e Richard (2010), a personagem em questão transita entre identidade Nivaclé e identidade nacional boliviana construída ao longo de sua vivência com os militares. Tarija foi levado forçadamente a um forte boliviano por militares que o criaram segundo seus preceitos. Assim, construiu sua identidade nacional que se sobrepôs a sua identidade étnica em alguns momentos, porém, ao longo de sua história, podemos observar que ele não perde sua relação com sua etnia porque mantém contato constantemente com as aldeias. Esse contato permitiu que membros Nivaclés obtivessem ganhos diante dos militares, como no caso homens e mulheres que frequentavam o forte onde Tarija era militar. Dessa maneira, o contato dos Nivaclés com os militares dos fortes da região não foi a dominação destes sobre os indígenas, foi um processo de mestiçagem em que as estratégias desenvolvidas pelos Nivaclés transitaram entre relações conturbadas e amistosas.

Os grupos Angaité, habitantes da margem esquerda do rio Paraguai na altura de Porto Casado, também tiveram a perda de sua identidade étnica em função da guerra. O idioma guarani foi introduzido massivamente e a perda dos idiomas próprios foi, gradualmente, uma consequência para a manutenção da identidade étnica. Além disso, os Angaité foram despejados de seus territórios tradicionais, de suas casas, pela instalação de empresas e fazendas que tomaram suas terras. (VILLAGRA, 2008, p. 96). O Estado paraguaio, por sua vez, ao final da guerra, quando incorporou definitivamente as terras Angaité à nação e continuou o incentivo a empresas e fazendas para ocupar terras, fez novamente a homogeneização das diversas etnias da região chamando todos de povos Angaité. Assim, estava aberto o caminho para a homogeneização da língua desses povos em torno do guarani, fato que foi consolidando a perda dos idiomas tradicionais indígenas e as diferenças culturais entre eles. (VILLAGRA, 2008, p. 97). Com isso, a perda da identidade étnica dos grupos localizados nessa região foi consequência desses fatores trazidos pela presença estatal maciça sobre os antigos territórios indígenas. No entanto, a presença do Estado e as relações entre este e os indígenas permitiram o desenvolvimento da consciência de uma identidade nacional, que foi utilizada pelos diversos grupos para o atendimento de suas demandas. As principais reivindicações dos grupos, agora homogeneizados pelo nome de Angaité, eram com relação à pensão que aqueles que lutaram pelo exército paraguaio queriam receber do Estado. (VILLAGRA, 2008, p. 98).

Entretanto, entre os diversos gruposs indígenas do Chaco, aquele que nos chama mais a atenção no que se refere à variação de identidade é sem dúvida os Isoseños. Iniciado desde o final do século XIX, o contato entre "brancos" e indígenas demonstra que as identidades sempre estiveram se reestruturando. Com as migrações provocadas pela presença de uma cultura diferente, houve a invasão de territórios entre etnias inimigas. Esse fator foi determinante para novos conflitos entre antigos rivais, reforçando assim as identidades étnicas locais definidoras das diferenças culturais desses povos. De acordo com Bossert, Combès e Villar (2008, p. 230), a crescente presença dos Estados durante a guerra, mas, principalmente, depois do seu término, despertou o surgimento de um sentimento nacionalista até então ausente nas comunidades indígenas. Com o final da guerra e o surgimento de um sentimento de pertencimento nacional, as noções de fronteira nacionais se tornaram parte da vida dos grupos indígenas. No caso dos grupos Chané do norte argentino, eles utilizaram desse expediente para, através das instituições nacionais, reclamar a invasão dos Chiriguanos que migravam para a sua região. (BOSSERT; COMBÈS; VILLAR, 2008, p. 231). Em relação aos Isoseños que se aproximaram do exército paraguaio, Bossert, Combès e Villar (2008)

entendem que o fato não se deu por eles não possuírem um sentimento patriótico boliviano, mas, sim, devido à similitude de idioma e costumes. No entanto, os Isoseños que permaneceram na região do Isoso, e também aqueles que retornaram do Paraguai após o fim das hostilidades, encontraram no sentimento nacionalista, no sentimento de pertencimento, uma poderosa ferramenta para atendimento de suas lutas. Na realidade, o que aconteceu nos anos posteriores ao conflito em relação às identidades é que a identidade nacional que passou a fazer parte da vida dos indígenas não fez desaparecer totalmente as identidades étnicas. Há agora uma maior aproximação com o Estado, mas há também o deslocamento entre qual identidade vai ser usada de acordo com cada situação.

Porém, essa interpretação sobre a dinâmica das identidades dos grupos indígenas em questão pode nos conduzir a uma visão essencialista. Segundo Boccara (2005), a análise de situações de contato entre culturas diferentes em regiões de fronteira, pensada a partir de um intenso processo de trocas em função do espaço e do tempo, não nos permite pensar na existência de uma identidade essencial imutável.

Moisés (2006), em *Mitos ameríndios e o princípio da diferença*, traz uma discussão a respeito de "ideologia bipartite dos ameríndios" elaborada por Claude Lévi-Strauss. Segundo a autora, "Trata-se de um modo indígena americano de ver e pensar o cosmo e a condição humana, fundado na ideia da diferença, marcado por uma 'abertura para o outro'". (MOISÉS, 2006, p. 241). Segundo Moisés (2006, p. 244), conceber o mito como reflexão e não como reflexo permite pensar que este é um modo de pensar a sociedade em outros termos, explorando outras possibilidades. A autora entende que os mitos não são independentes da cultura que os conta, portanto, é possível ver, a partir da comparação entre mitos ameríndios, um princípio filosófico dos povos indígenas da América. Assim, na relação entre a identidade e a diferença, entre o eu e o outro, entre princípios opostos, as diferenças podem ser anuladas ou podem ser mantidas e até amplificadas e multiplicadas. Os ameríndios elegeram a diferença como princípio. (MOISÉS, 2006, p. 245). Para Moisés, as diversas cosmologias operam com gradientes diferentes de alteridade, sendo que aquela que os "brancos" representam foi situada num lugar lógico pré-existente, o lugar do "outro". (MOISÉS, 2006, p. 251). Moisés fala, ainda, que para os mitos seria impraticável um mundo sem essa alternância, sem essa oposição, sem essa diferença. Mas, para filosofia ameríndia, não basta apenas a existência da alteridade, é necessário que as diferenças existam e que se relacionem e ao mesmo tempo mantenham-se diferentes. (MOISÉS, 2006, p. 254). Portanto, segundo a ideologia bipartite dos ameríndios, a diferença é essencial e funciona como mola do universo e como força geradora.

Castro (2002), em *A incostância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia* no capítulo *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*, nos explica que a "abertura ao outro" não é somente a "assimilação do outro". Determinados casos de relação entre a cultura ocidental e ameríndia, como, por exemplo, a relação entre europeus e Tupinambás, se davam de forma inconstante. Castro (2002) compara a incostância ameríndia com estátuas de murta, que facilmente recortadas, trabalhadas, se desfazem rapidamente com o tempo. Utilizando um trecho do *Sermão do Espírito Santo* de Antônio Vieira, Castro discute a relação dos jesuítas com os Tupinambás, a partir do início das atividades da Companhia no Brasil, em 1549. (CASTRO, 2002, p. 184). Através da literatura jesuítica sobre os índios do Brasil, é possível afirmar que o gentio era difícil de converter. Os padres não encontravam resistência em divulgar o evangelho em função de outra crença, o inimigo não era um dogma diferente, mas a indiferença ao dogma recebido. A palavra de Deus era acolhida por um ouvido e ignorada com displicência pelo outro. Mas a inconstância ameríndia não se dava apenas em relação às coisas da fé, na verdade era um traço definidor do caráter ameríndio. Não somente a indiferença ao dogma era um obstáculo a ser superado, alguns costumes "bárbaros" como o canibalismo e a guerra de vingança eram barreiras aos jesuítas. (CASTRO, 2002, p. 188). A reclamação dos missionários era em função da inconstância do gentio, problema interpretado por Castro como a maneira de se relacionar própria deles com o "outro" e sua cultura, e consigo mesmo e suas autênticas ideias e instituições. Segundo Castro (2002, p. 192), os missionários não viram que os "maus costumes" dos Tupinambás eram sua verdadeira religião, e que a inconstância era o resultado da adesão profunda a um conjunto de crenças de pleno direito religiosas. Portanto, explicar como a cultura Tupinambá foi capaz de acolher de modo tão benevolente a teologia e a cosmologia trazida pelos missionários, como se a doutrina e os próprios missionários já fizessem parte de sua cultura, é um dos problemas levantados por Castro. Assim como Moises (2006), Castro utliza Lévi-Strauss para explicar a benevolência dos ameríndios em relação aos invasores, como se eles estivessem prefigurados na memória daqueles. Para explicar a inconstância dos Tupinambás, que transitava entre entusiasmo e indiferença em relação à cultura europeia em contato, Castro diz que para eles a troca é o valor fundamental a ser afirmado e não a identidade. Conforme Castro (2002, p. 206), se os europeus desejaram os índios porque viram eles como animais úteis ou cristãos em potencial, os Tupi desejaram os europeus em sua alteridade plena, que lhes apareceu como uma possibilidade de autotransfiguração. Para os Tupinambás, não se tratava de impor sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica, mas, através da relação com o europeu, transformar a própria identidade, ou seja, absorver o outro, e nesse

processo alterar-se. Coforme Castro (2006, p. 195), nesse caso o outro não era apenas pensável, ele era indispensável.

Boccara (1999) apresenta também alguns estudos no sentido de "abertura para o outro". Analisando a história de grupos Mapuches do centro sul do Chile, no final da época colonial, Boccara afirma que esse grupo teve origem de um processo de etnogênese ocorrido na segunda metade do século XVIII. Boccara (1999, p. 23) diz que a adoção de elementos externos provocou mudanças importantes entre os Mapuches no final da época colonial com respeito a seus antepassados Reches do século XVI. Porém, não foram apenas mudanças que ocorreram no processo. Boccara destaca que é possível observar a permanência de estruturas simbólicas e de uma lógica social específica. Essa lógica social Boccara chama de *lógica mestiza*. Para ele, "esta lógica social es la que ha permitido la captación de la alteridad a través de un movimiento de apertura hacia el Otro, lo que posibilitó que los indígenas del centro-sur de Chile cultivaran su especificidad". A *lógica mestiza* incorpora a alteridade colocando o outro no centro do dispositivo sociocultural indígena, sendo que a identidade nesse caso não se elabora através de si mesmo, mas da relação com o outro. Assim, o indígena não permite apenas a mescla, necessita dela para elaborar seu próprio ser. A mestiçagem se nutre do outro. (BOCCARA, 1999, p. 23).

Retomando o tema canibalismo e guerra exposto por Castro, vemos que as guerras faziam parte da sociedade Tupinambá, e esse era um fator avesso à inconstância. Castro (2006, p. 225-228) afirma que guerrear e vingar-se era algo constante entre os Tupinambás, sustentava a máquina social destes. A guerra e a vitória contra os inimigos eram potencializadas desde os primeiros anos de vida de homens e mulheres Tupinambás. Para os homens, o rito de passagem que possibilitava ele casar-se era a execução cerimonial de um prisioneiro. Sem ter executado um cativo e, consequentemente, ter passado por uma mudança de nome, um rapaz não estava apto a se casar e ter filhos. Esse rito de execução e mudança de nome fazia parte dos valores de honra entre os Tupinambás. Boccara (2005, p. 35), em aproximação ao exposto por Castro, também observa que estudos afirmam que as guerras são o motor da máquina social indígena e funcionam como uma instituição de produção material e simbólica dessa sociedade. As guerras constituem um dispositivo de produção, captação e incorporação da diferença e da exterioridade, funcionando como um vetor de profundas transformações. É através das guerras que grupos indígenas se definem como grupo e em relação a outros grupos. (BOCCARA, 2005 apud COMBÈS, 1992).

Utilizando os estudos de Moisés (2006), Castro (2002) e Boccara (1999), entendemos que em alguns casos do contato entre indígenas e "brancos" no Chaco podemos ter uma relação de "abertura para o outro".

Quando tratamos sobre as primeiras expedições bolivianas que foram lideradas por Ángel Ayoroa em 1927, falamos que este teve o apoio de indivíduos da etnia Tapiete que serviram de guias na abertura de caminhos e reconhecimento de lugares. Podemos dizer que esse contato entre culturas diferentes se deu de forma amistosa e pode ter sido uma relação de "abertura para o outro". Ressaltamos que Ayoroa utilizou utensílios como moeda de troca pelo trabalho dos guias Tapiete. Assim, entendemos que a relação em questão não deve ter sido induzida nem forçada, foi consequência de um processo de seleção realizado pelos Tapiete em função de interesses próprios.

Falamos também sobre a criação da confederação guerreira Uejai que foi formada em função de guerras internas aos indígenas da região do rio Pilcomayo. Como observaram Castro (2005) e Boccara (2005), as guerras entre grupos faziam parte da máquina social dos ameríndios, e a criação daquela entidade pode ser vista como um exemplo da importância do ato de guerrear nessas sociedades.

Analisando as narrativas históricas que conhecemos sobre os Nivaclés, focando na relação entre estes e os militares do forte Esteros, compreendemos que é possível ter havido uma integração com o "branco" no sentido de abertura Nivaclé em relação ao "outro". Levantamos essa hipótese devido à data de fundação do forte ter sido há mais de vinte anos antes do início da guerra, portanto, isso nos leva a pensar em um processo de contato mais lento e menos conturbado, contrastando com outros grupos do Chaco que tiveram contato com o "outro" num grau mais intenso, nos anos mais próximos da guerra. Pelas informações sobre os Nivaclés, narradas anteriormente através de Barbosa, Richard, Combès etc., podemos ver que o trânsito de indivíduos Nivaclés entre o forte Esteros era constante, sendo que os relatos sobre fuga e distanciamento datam dos anos da guerra, portanto, acreditamos que as relações eram amistosas nos anos anteriores ao conflito. Segundo Barbosa e Richard (2008, p. 156), em um primeiro momento após a instalação do forte Esteros, as forças destacadas eram reduzidas e o abastecimento de víveres era aleatório, assim, dependiam em boa medida do auxílio dos indígenas locais. Levando em consideração um ou outro incidente que desestabilizava os ânimos, estruturalmente, a relação entre o dispositivo boliviano e o espaço indígena era relativamente equilibrada e estável. Conforme vimos nas narrativas, havia um trânsito intenso de indivíduos Nivaclés no forte Esteros, tanto de homens quanto de mulheres,

de maneira que podemos observar que o contato não se dava de maneira induzida ou forçada, era espontâneo.

Analisando a narrativa histórica dos Nivaclés, utilizando as discussões de Castro (2002), entendemos que é possível uma interpretação pelo viés da inconstância ameríndia. As relações no forte Esteros podem ter sido inconstantes, pois, como no caso dos Tupinambás, da mesma maneira que os Nivaclés aceitavam uma determinada coisa dos militares, logo esqueciam também. Retomando o caso do sargento Tarija, que anteriormente interpretamos como um trânsito entre identidades, nacional e étnica, se utilizarmos a perspectiva de Castro podemos dizer que não houve um reforço de sua identidade étnica em determinado momento ou de sua identidade nacional em outro. Houve, na realidade, uma relação de troca onde o fundamental não era a afirmação de nenhuma das duas identidades.

Retomando a narrativa histórica apresentada por Córdoba e Braunstein sobre grupos Nivaclés que migraram para o norte argentino e se submeteram aos cuidados de missionários na missão Toba, acreditamos também que há a "abertura ou assimilação ao outro". Como podemos observar nas narrativas sobre a guerra, o local onde os grupos Nivaclés viviam foi também o local onde ocorreram mais intensamente as batalhas e, por sua vez, onde havia grande presença de militares. Por esse motivo, as fugas de Nivaclés para outras regiões foram constantes, justamente fugindo do contato com o "outro" assim como dos combates. Dessa forma, ao ficarem sob a tutela dos missionários e também em companhia de seus inimigos, grupos Toba, entendemos que foi um processo desencadeado pela necessidade do momento. Apesar de ter de se sujeitar a uma instituição de controle, utilizaram-se desse meio em benefício próprio, em atendimento a uma demanda que se formou da relação com o "outro".

A mesma interpretação podemos fazer com referência aos grupos Zamucos/Ayoréodes que migraram para missões, e também referente aos grupos Enlhet que migraram para as colônias menonitas. Entendemos ser possível visualizar um caso de "abertura para o outro".

Retomando os grupos Isoseños, vimos que em 1843 fazendeiros ocuparam terras do Isoso para a criação de gado. O contato com a outra cultura ocorreu de forma conturbada por causa da disputa de terras. Com o desenvolvimento da guerra, vimos que ocorreram muitas migrações e fugas entre os grupos Isoseños. Alguns migraram para o norte da Argentina, outros para o Paraguai. A opção pelo Paraguai se deu em função da proximidade linguística que havia entre paraguaios e Isoseños, pois os paraguaios falavam bem a língua deles por se aproximar muito do guarani falado no Paraguai. Somado a esse fator, muitos indivíduos Isoseños foram incentivados a migrar para o Paraguai com a promessa de ganhar terras, gado e cidadania paraguaia. Como falamos anteriormente, em relação aos fazendeiros, os Isoseños

utilizaram a via jurídica fazendo reclamações às autoridades a fim de fazer valer seus direitos, como afirma Combès (2008, p. 180). Portanto, tanto na relação com os fazendeiros quanto na relação com os paraguaios, entendemos ter havido uma predisposição de grupos Isoseños em relação a eles. A "abertura ao outro", aos paraguaios, pode ser observada ainda através do relato apresentado por Riester (2008), em que o entrevistado trata os paraguaios como *hermanos.*

Retomando a narrativa de Combès (2010) sobre Casiano Barrientos, podemos visualizar que ele desempenhou o papel de mediador dos conflitos internos e externos. Boccara (2005, p. 41) nos diz que, em muitos casos, indígenas das regiões de fronteira deixam de lado o estereótipo de guerreiro que se opõe a todo tipo de mudança e desenvolvem uma grande capacidade de adaptação e criação diante de situações diversas. É o caso de Casiano Barrientos, que era, no período da guerra e anos anteriores, o grande representante e intermediador dos conflitos que se apresentavam com a relação de contato com os "brancos".

Ressaltamos que, através das obras *Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)* e *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935)*, os autores que descrevem a narrativa histórica dos indígenas chaquenhos não apresentam muitos casos de relações amistosas duradouras entre indígenas e "brancos". Acreditamos, pela leitura que fizemos dessas obras, que esse tipo de relação foi exceção nos tempos da guerra do Chaco, devido a esse acontecimento ter afetado repentinamente e com muita intensidade os grupos indígenas. Temos de considerar, ainda, que tratamos as especificidades dos grupos diante dos acontecimentos, porém, temos de ter em mente que o pensamento dentro de cada grupo não se dava de forma homogênea.

Por fim, a guerra do Chaco e o contato constante entre os grupos indígenas habitantes da região e as diferentes culturas que passaram a fazer parte do ambiente desde antes de 1932 trouxeram importantes implicações para a fronteira chaquenha. A ocupação da região integrou definitivamente o espaço ao território nacional dos dois Estados. Os grupos que após a guerra continuaram habitando a região, seja nas missões, nas colônias privadas ou no âmbito dos próprios grupos, passaram a fazer parte do espaço nacional. Como afirma Boccara (2002, p. 47), múltiplos processos de mestiçagem levaram sociedades a serem capazes de desenvolver estratégias e práticas que desembocaram na aparição de *nuevos mundos en el Nuevo Mundo.* Os indígenas chaquenhos se lançaram em uma nova história. Seja com o tempo mais lento dos anos anteriores à guerra ou com sua aceleração entre 1932 e 1935, o contato com o "outro", cujo lugar já estava inscrito no pensamento ameríndio segundo Moises (2006), foi um elemento transformador que reestruturou o ambiente do Chaco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos examinar a guerra do Chaco fazendo uma revisão bilbiográfica a respeito do tema, focando principalmente o lado boliviano. O recorte temporal estabelecido foi do ano de 1932 a 1935, período oficial da guerra de acordo com a historiografia pesquisada. Considerando que a guerra se deu em função de disputas territoriais entre a Bolívia e o Paraguai, desencadeadas por expectativas de se explorar financeiramente a região, procuramos entender as alterações provocadas no ambiente chaquenho pela intensificação da presença do Estado através da ocupação de territórios indígenas pelos exércitos e particulares. Os habitantes do Chaco, em sua maioria indígenas, passaram a ter contato com um elemento externo, o "branco", e sofreram com a desestruturação de seus grupos e perda de autonomia provocada pelo conflito. A partir do contato com militares, missões jesuíticas e ocupação privada de suas terras, os indígenas tiveram que estabelecer múltiplas estratégias de sobrevivência procurando reestruturar suas vidas.

O interesse pelo tema se deu em função das primeiras leituras realizadas sobre a guerra em que constatamos que a história era narrada suprimindo a presença indígena. Considerando que a guerra foi travada nas terras baixas do Chaco, região habitada por diversos grupos indígenas, como poderiam eles estar apagados nas narrativas do conflito? Procurando respostas para a questão, utilizamos como base algumas discussões atuais que tratam do contato entre diferentes culturas em regiões de fronteira. A partir desse referencial, estabelecemos duas hipóteses: a primeira se refere ao ocultamento que algumas narrativas históricas fazem da participação indígena na guerra, mais especificamente com relação aos indígenas das terras baixas, da região do Chaco; a segunda refere-se à participação indígena na guerra comprovada por uma historiografia que, através de grande quantidade de informações a respeito dos grupos do Chaco, consegue dar visibilidade a esses grupos.

Procurando alcançar nosso objetivo de comprovar as hipóteses elaboradas, foi necessário estabelecer um quadro teórico para sustentar nossa argumentação. Inicialmente, apresentamos alguns aspectos da sociedade boliviana e paraguaia antes da guerra. Nas premissas teóricas, discutimos a formação dos Estados-nação na América Ibérica a partir de autores que discutem esse tema em relação à Europa e à América. Discutimos especificamente a formação do Estado-nação boliviano. Como o Chaco era na época uma região onde as fronteiras nacionais não estavam bem definidas e a maioria dos habitantes locais não tinha vínculo com nenhum dos dois Estados, foi necessário estabelecer uma discussão sobre fronteiras. Principalmente para a comprovação da segunda hipótese, trouxemos a discussão dos conceitos de mestiçagem e etnogênese que sustentam e explicam como são as relações de contato entre indígenas e "brancos" em uma região fronteiriça.

Para defender a hipótese de que algumas narrativas históricas ocultam a participação indígena na guerra, primeiramente, estabelecemos quem faz parte da bibliografia que narra a história indígena dessa maneira. Definidos os representantes desses modelos de narrativa a serem analisados, procuramos demonstrar de que maneira eles narram o conflito; logo após, fizemos a crítica a essas obras, procurando mostrar que houve o ocultamento indígena. Em seguida, trouxemos algumas discussões que entendemos estar relacionadas ao ocultamento em questão. Trata-se de uma análise pormenorizada das questões que envolvem o acesso à terra e cidadania na Bolívia, utilizando como uma das fontes as Constituições bolivianas. Analisamos, ainda que brevemente, o discurso patriótico estabelecido pelo governo boliviano durante a guerra, que tinha a função de despertar um sentimento de pertencimento nos combatentes.

Procurando defender a hipótese de demonstrar a participação indígena na guerra, estabelecemos as obras e os autores que seriam utilizados como referencial para a argumentação. Através de dois livros que são referência atualmente na historiografia que procura dar visibilidade aos indígenas das terras baixas na guerra, definimos que a argumentação seria feita com base em grupos que tiveram sua dinâmica afetada com maior intensidade durante o conflito: os Zamucos/Ayoréodes, os Nivaclés, os Angaité, os Enlhet e os Isoseños. Logo após, tratamos de analisar as informações que chegaram até nós através dos antropólogos, etnohistoriadores, historiadores e demais investigadores que escreveram a história indígena da região nessas duas obras. No final, trouxemos uma discussão sobre questões identitárias e sobre as relações entre os grupos indígenas trabalhados e o contato com uma cultura diferente, representada pelos militares, missionários, colônias de estrangeiros etc. Nessa discussão, apresentamos dois pontos de vista: o primeiro abordou a dinâmica das identidades das culturas em contato; o segundo se deteve a tratar de processos de "abertura para o outro" por parte dos indígenas, nos quais a troca é valorada e não a identidade.

Desse modo, acreditamos que as discussões sobre o ocultamento e a participação indígena na guerra do Chaco nos possibilitaram ter um panorama da forma que a história da guerra está sendo interpretada e narrada pela historiografia que aborda o assunto. Transitando entre invisibilidade e visibilidade, compreendemos que a figura indígena está presente nas narrativas mesmo quando se tem a intenção de ocultá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Cartas

CAÑETE, Marqués de, 1914 [1560]: "Carta a S. M., 28-01-1560". In: RICARDO, Mujía: Bolivia-Paraguay, Anexos, La Paz, p. 26-28. MATIENZO, Juan de, 1922 [1566]: "Carta a S. M., La Plata 2-01-1566". In: LEVILLIER, Roberto. (comp.): *La Audiencia de Charcas. Correspondencia de presidentes y oidores,* Madrid: Colección de publicaciones históricas de la biblioteca del Congreso argentino, 1918-22, p. 168-179.

Documentos oficiais

Carnet Patriótico – Campaña del Chaco. La Paz.

Constituição Política da República de Bolívia. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portal/Constituciones/ > Acesso em: 30 de jan de 2013.

Periódicos

El Oriente, Interdiário Libera. Santa Cruz de La Sierra, 24 mar. 1934.

Filme documentário

IYAMBAE – SER LIBRE LA GUERRA DEL CHACO 1932 - 1935. Direção: Jürgen Riester. Bolívia: APCOB, 2005. 1 DVD (35 min.), color., dublado em espanhol.

LIVROS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ANDERSON, Benedict. Pioneiros Crioulos. In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo.* Lisboa: Edições 70, 2005, p. 79-101.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana.* São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ANTEZANA, Luis. *Latifundio y minifundio en Bolivia.* La Paz: Plural, 2011.

ARCE, Eduardo Quiroga. *Documentos para una historia de la guerra del Chaco: seleccionados del archivo de Daniel Salamanca.* Editorial Dom Bosco, 1974. V.02. p. 23-71.

ARGUEDAS, Alcides. *Raza de bronce.* Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2006.

ASCOLANI, Adrián; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Reformas educativas no Brasil e na Argentina: ensaios de História Comparada da Educação (1820-2000)*. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, Pablo; RICHARD, Nicolás. La danza del cautivo. Figuras nivaclés de la ocupación del Chaco. In: CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. *Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).* Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010, p. 121-166.

BEJARANO, Ramón César. *Antecedentes de la guerra con Bolivia.* Asunción: Casa Editorial Toledo, 1959. Disponível em: <http://guerradelchaco1932-1935.blogspot.com.br/search/label/TRATADOS%20SUSCRIPTOS> Acesso em 17 de set de 2012.

BOBBIO, Norberto. *Ensaios escolhidos: história do pensamento político.* São Paulo: C. H. Cardim Editores, s/d, p. 157-184.

_____ *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOCCARA, Guillaume (editor). *Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX).* Quito: Edições Abya-Yala, 2002.

_____ Antropologia diacrónica: dinámicas culturales, procesos históricos y poder político. In: *Logicas mestizas en America.* Chile: Instituto de estudios indígenas, 1999, p. 21-60.

_____ Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. In: Memoria Americana. Buenos Aires: 13, 2005, p. 21-52.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BORNHEIM, Gerd. Natureza do Estado moderno. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A crise do Estado-Nação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 208-227.

BOSSERT, Federico; COMBÈS, Isabelle; VILLAR, Diego. La Guerra del Chaco entre los chané e isoseños del Chaco occidental. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)*. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 203-234.

BREMEN, Volker Von. Impactos de la Guerra del Chaco en la territorialidad ayorea. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas em la Guerra del Chaco (1932-1935)*. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 333-354.

BROCKMAN S. Robert. *El general u sus presidentes: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolivia, 1911-1939.* La Paz: Plural, 2009.

CALHOUN, Criag. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.) *Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 37-70.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. *Bolívia – A criação de um novo país.* Brasília: FUNAG, 2006.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas.* São Paulo: EDUSP, 2008.

CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. *Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).* Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010.

_____ La guerra del Chaco Tierra adentro. Desarticulando la representación de un conflicto internacional. In: CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. *Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).* Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010, p. 11-32.

_____ Los fortines del "desierto": ventanas abiertas sobre la relaciones indígenas/militares. In: CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. *Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).* Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010, p. 83-120.

_____ Crónica de una muerte anunciada: Juan Casiano Barrientos Iyambae. In: CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. *Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).* Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010, p. 177-209.

_____ COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás. Los indígenas en la Guerra del Chaco. Historia de una ausencia y antropología de un olvido. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)*. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 13-66.

_____ BAINES, Stephen Grant. (Orgs). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *A paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.* Cosacnaify, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 65-119.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias.* Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

CHIAVENATO, Julio José. *Guerra do Chaco (leia-se petróleo).* 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado.* São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COMBÈS, Isabelle. El Coronel Ayoroa y los indios del lugar. In: CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. *Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).* Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010, p. 33-82.

_____ *Etno-historias del Isoso. Chané y chiriguanos en el Chaco boliviano (siglos XVI a XX).* La Paz: IFEZ/PIEB, 2005.

CÓRDOBA, Lorena; BRAUNSTEIN, José. Cañonazos en "La Banda". La guerra del Chaco y los indígenas del Pilcomayo medio. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935).* Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 125-148.

CURZIO, Leonardo. O México no século XX: da revolução à democratização. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina.* São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 291-316.

DALLA-CORTE, Gabriela Caballero. *La Guerra del Chaco: ciudadanía, Estado y Nación en el siglo XX. La crónica fotográfica de Carlos de Sanctis.* Asunção: prohistoria edições, 2010.

_____ *Redes y organizaciones sociales en el proceso de ocupación del Gran Chaco.* Revista de Indias, Madrid, ES, v. LXVII, n. 240, p. 485-520, 2007.

DEVOTO, Fernando. Para uma história da Argentina no século XX. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina.* São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 165-216.

EARLE, Rebecca. *Sobre Héroes y Tumbas: National Symbols in Nineteenth-Century Spanish America', Hispanic American Historical Review*, vol. 85: 2005, p. 375-416.

ELIAS, Norbert. Sobre a sociogênese do Estado. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V.02, p. 87-190; p. 284-287.

FLORES, Alberto Galindo. *Buscando un inca: identidad y utopia en los Andes.* Cuba: Casa de lãs Américas, 1986.

FOUCAULT Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber.* 13. ed. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1999.

_____ *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRITZ, Miguel. Indígenas ya la Guerra del Chaco. Lo impacto de lo indicible. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)*. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 149-170.

GARCÍA, Álvaro Linera. *La Potencia Plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares em Bolivia.* La Paz: Clacso, 2008, p. 134.

GILROY, P. *Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça.* São Paulo: Ed. Annablume, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Companhias das Letras, 1987.

GRANIER, Juan Chirveches. *Diario de campaña: fragmento de una vida patriótica en la Guerra del Chaco.* La Paz: Ah! Publicidad, 2004.

GUERRA, François-Xavier. Las mutaciones de la identidad en la América Hispánica. In: ANNINO, Antônio; GUERRA, François-Xavier (coordinadores). *Inventando la Nación Iberoamérica siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 185-220.

_____ A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István. (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 33-60.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (org). *Passados recompostos: campos e canteiros da história.* Rio de janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FVG. 1998, p. 193-202.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX.* 2. ed. São Paulo: Companhias das Letras, 1994.

_____ *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* 4. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2004.

IRUROZQUI, Marta. *Las paradojas de la tributación. Ciudadanía y política estatal indígena en Bolivia, 1825-1900.* Revista de Indias, Madrid, ES, v. LIX, n. 217, p. 705-740, 1999.

JANCSÓ, István. (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

KLEIN, Herbert S. *Origenes de la revolución nacional boliviana.* La Paz: Editora "G.U.M", 2002.

_____ *Historia de Bolivia.* La Paz: Editora "G.U.M", 2011.

LACERDA, Sônia. História, narrativa e imaginação histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro. (org). *História no plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 9-42.

LANGER, Eric. La experiencia chiriguana en la Guerra del Chaco y la destrucción de las misiones franciscanas. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas em la Guerra del Chaco (1932-1935)*. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 235 – 250.

LEFORT, Claude. Nação e soberania. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A crise do Estado-Nação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 55-78.

LE GOFF, Jacques. História: documento e monumento. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi – Volume 1 – Memória-História.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 96-106.

LORINI, Irma. *El Nacionalismo en Bolivia de la pre y posguerra del Chaco (1910-1945).* La Paz: Plural Editores, 2006.

LUIS, José Martínez; GALLARDO, Viviana; MARTÍNEZ, Nelson. Construyendo identidades desde el poder: los indios en los discursos republicanos de inicios del siglo XIX. In: BOCCARA, Guillaume (editor). *Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX).* Quito: Edições Abya-Yala, 2002, p. 27-46.

MESA, José de; MESA, Carlos; e GISBERT, Teresa. *Historia de Bolivia.* 7. Ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia, 2008.

MOISÉS, Beatriz Perrone-. Mitos ameríndios e o princípio da diferença. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Oito visões da América Latina.* São Paulo: Editora Senac, 2006.

NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-nações americanos nos séculos XIX e XX. In: HEINZ, Flávio M.; MARQUES, Marluza. (Orgs) *A história e seus territórios: Conferências do XXIV Smpósio Nacional de História da ANPUH.* São Leopoldo: Oikos, 2008.

NORDENSKIÖLD, Erland. *La vida de los índios.* La Paz: APCOB, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.* São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OPORTO, Henry. *El cielo por asalto: cinco ensayos breves sobre política boliviana.* La Paz: Plural, 2009.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.) *Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX.* Rio de Janeiro: Record, 2008.

PINHEIRO, Marcos Sorrilha. Utopia Andina e Socialismo na Historiografia de Alberto Flores Galindo (1970-1990). 2009. 226f. Tese (Doutorado em História, Direito e Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca – São Paulo.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas.* São Paulo: Editora Contexto, 2008.

POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens de nossa época. In: MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. *História Moderna através de textos.* Textos e documentos 3. São Paulo: Contexto, 2005, p. 43-44.

PRADO, José Nuñez del. *Economias Indigenas: estados del arte desde Bolivia y la economía polítca.* La Paz: CIDES-UMSA, 2009.

PUENTE, Rafael Calvo. *Recuperando la memoria: una historia crítica de Bolivia.* Tomo 1. Santa Cruz: Fundación Colonial Pirai, 2011.

QUEREJAZU, Roberto Calvo. *Historia de la guerra del Chaco.* La Paz: Librería Editorial Juventud, 1998.

QUIJADA, Mónica; BERNARD, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y nación con un estudio de caso: Argentina siglos XIX y XX*. Madrid: CISC, 2000.

_____ La ciudadanización del "índio bárbaro". Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de la pampa y la Patagonia, 1870-1920. Revista de Indias, Madrid, ES, v. LIX, n. 217, p. 675-704, 1999.

RADHUBER, Isabella Margerita. *El poder de la tierra.* La Paz: Plural, 2008.

RATTO, Silvia. *Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo.* In: Memoria Americana. Buenos Aires: 13, 2005, p. 179-207.

REILY, Heather Thiessen. O nacionalismo caudilhista na Bolívia. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.). *Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX.* Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 355-176.

RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas em 146e Guerra 146el Chaco (1932-1935).* Asunción & Paris: Museo 146el Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008.

RIESTER, Jürgen. Iyambae – Ser Libre: La Guerra del Chaco en la memoria indígena isoseña. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935).* Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 183-202.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Região.* Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. V. 08, p. 262-290.

SCHUCHARD, Barbara. Etnias y Estados nacionales durante la guerra del Chaco. Contribuición al problema de la identidad indígena (el ejemplo de los isoceños-guaraníes). In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935).* Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 171-182.

SENA, Ernesto Cerveira de. *De colônias a início dos Estados nacionais: considerações sobre as fronteiras entre Brasil e Bolívia.* Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, MT, v. 5, n. 2, p. 144-130, Jul./ Dez. 2013.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOUZA, Alda Lúcia Monteiro de. *A História dos Chiquitanos: (re) configurações sociais e territoriais.* UNB, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

STEFANONI, Pablo. *"Qué hacer con los indios…" y otros traumas irresueltos de la colonialidad.* La Paz: Plural, 2010.

TORRACA, Mirta Mabel Escovar. *Imigração e Colonização Menonita no processo de legitimação do Chaco paraguaio (1921-1935).* 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2006.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (Org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América.* Niterói: EdUFF, 2004.

UNRUH, Ernesto; KALISCH, Hannes. Salvación - ¿rendición? Los enlhet y la Guerra del Chaco. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas em la Guerra del Chaco (1932-1935).* Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 99-124.

VEYNE, Paul. Nada mais do que uma narrativa verídica. In: *Como se escreve a história.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 13-24.

_____ Foucault revoluciona a história. In: *Como se escreve a história.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 151-198.

VILLAGRA, Rodrigo. Nanek añy'a kempohakme o en aquel tiempo de los enojados. Los testimonios de los angaité sobre la Guerra del Chaco. In: RICHARD, Nicolas (comp.). *Mala Guerra: Los indígenas em la Guerra del Chaco (1932-1935).* Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 67-98.

WEIMAR, Giovanni Iño Daza. *Aportes de la reforma educativa liberal (1900-1920): inicios e consolidación de la formación docente.* Estudios Bolivianos nº 15. La Paz: 2009, p. 175-224.

YOUNG, Eric Van. Revolução e comunidades imaginadas no México. 1810-1821. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.) *Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX.* Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 267-298.

ZAVALETA, René Mercado. *Lo nacional-popular en Bolivia.* La Paz: Plural, 2008.

ZOOK, David H. Jr. *La conducción de la guerra del chaco.* Bs. As. – Asunción: Editorial Lito, 1962.

ANEXOS

Anexo A - Aldeia Maká.

Fonte: (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD; BARBOSA, 2010, p. 4).

Anexo B - Aldeia Tapiete.

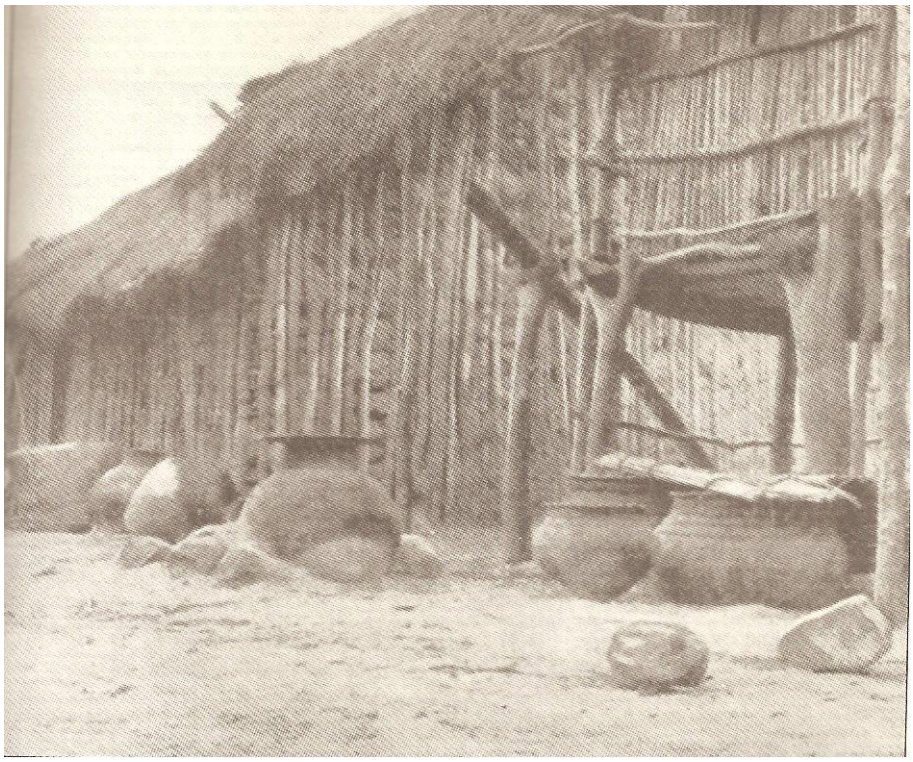
Fonte: (COMBÈS, 2010, p. 44).

Anexo C - Ángel Ayoroa (primeiro à esquerda).

Fonte: (COMBÈS, 2010, p. 76).

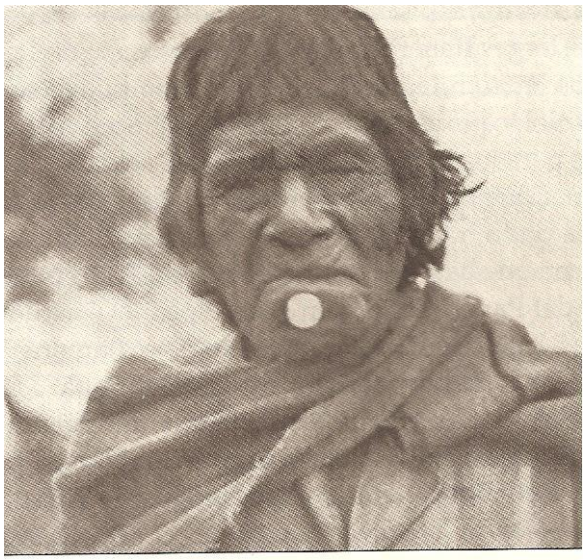
Anexo D - Cabana Mataco, rio Pilcomayo.

Fonte: (NORDENSKIÖLD, 2002, p. 8).



Anexo E - Aldeia Chané.

Fonte: (NORDENSKIÖLD, 2002, p. 161).



Anexo F - Ancião Chiriguano.

Fonte: (NORDENSKIÖLD, 2002, p. 153).

Anexo G - Homem Chané, rio Parapetí.

Fonte: (NORDENSKIÖLD, 2002, p. 142).

Anexo H - Narrador de contos, Chané, rio Parapetí.

Fonte: (NORDENSKIÖLD, 2002, p. 239).